



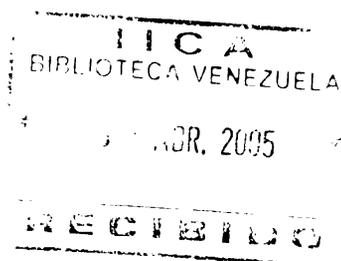
Documento-síntese

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
Eqüidade de Gênero
e Desenvolvimento
Sustentável dos
Territórios Rurais

00013



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)
REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
EQÜIDADE DE GÊNERO
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS TERRITÓRIOS RURAIS**

DOCUMENTO-SÍNTESE

SÃO LUÍS – MA, BRASIL
MARÇO DE 2004

© dos autores
1ª edição: 2004

A publicação deste livro foi viabilizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/03/003 celebrado entre o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seagro), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE).

Direitos reservados desta edição:
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Equidade de gênero e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais: documento-síntese do Seminário Internacional (1ª: 2004: São Luís, MA).

Seminário Internacional sobre equidade de gênero e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais: documento-síntese / Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, IICA; Cristina Buarque, relatora. - Brasília: IICA, 2004.

216p. ; 15 x 23 cm.

1. Equidade de Gênero 2. Gênero 3. Desenvolvimento Territorial Rural – Brasil. I. Título II. Buarque, Cristina. III. IICA.

CDD 305.3

Catálogo na publicação: equipe técnica do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD).

ISBN: 85-98347-04-3

SUMÁRIO

Apresentação	7
Prefácio	9
Prólogo	11
1. Mesa de Abertura	13
2. Conferência Magna	31
Equidade de Gênero e Políticas Públicas	31
<i>Maria Laura Sales Pinheiro</i>	
3. O Empoderamento das Trabalhadoras Rurais	36
Mudando a Sociedade do Jeito que a Gente Quer	38
<i>Maria Adelina de Souza Chagas</i>	
Nós Estamos em Vários Lugares	40
<i>Raimunda Celestina de Mascena</i>	
4. Contextos, Teorias e Perspectivas de Equidade de Gênero	42
Gênero, Equidade e Cidadania	43
<i>Carlos Júlio Jara Martinez</i>	
Gênero nas Políticas de Desenvolvimento no pós-Beijing	55
<i>Ana Isabel Garcia</i>	
Gênero e Atores Sociais no Enfoque Territorial do Desenvolvimento Rural	63
<i>Melania Portilla</i>	
5. Experiências de Incorporação da Perspectiva de Gênero na América Latina e Europa	81

Incorporação do Gênero em Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural: A Experiência Mexicana Rural	82
<i>Nuria Costa Leonardo</i>	
Capital Social, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: Uma Experiência Argentina	89
<i>Maria Del Pilar Foti Laxalde</i>	
A Equidade de Gênero nas Ações de Desenvolvimento Rural: Uma Experiência Espanhola	96
<i>Dolores Merino Chacon</i>	
6. Gênero no Espaço Rural Brasileiro	117
A Dimensão de Gênero no Mundo Rural Brasileiro Contemporâneo	118
<i>Cristina Buarque</i>	
Mediação Social para a Equidade de Gênero nos Territórios Rurais	125
<i>Eliane Dayse Furtado e José Ribamar Furtado de Souza</i>	
7. Experiências Brasileiras em Projetos de Organização de Mulheres Rurais	135
A Experiência do Rio Grande do Norte: Horticultura Orgânica	136
<i>Isolda Pamplona</i>	
Grupos de Fiandeiras de Tauá: “Fiando o Algodão para Tecer Sonhos”	142
<i>Silvia Bezerra de Góes</i>	
A Experiência da Rede Cerrado: Organização de Mulheres dentro da Rede	145
<i>Irene Maria dos Santos</i>	
8. Experiências Maranhenses em Projetos de Organização de Mulheres Rurais	152

A Experiência da Associação de Mulheres da Comunidade de Mojó, Município de Paço do Lumiar: Artesanato com Fibra de Bananeira 154

Irismar Nunes dos Santos

Maria de Jesus

A Experiência da Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão (Assema): Participação das Mulheres na Construção da Proposta Agroextrativista 156

Antônia Vieira Brito de Souza

Ivete Ramos

Diocina Lopes dos Santos

A Experiência da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema): Organização Sindical das Trabalhadoras Rurais 163

Mariana Rodrigues Silva

Saudação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão 165

José Reinaldo Tavares

9. Propostas para a Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas de Desenvolvimento 172

As Políticas de Equidade de Gênero Dirigidas ao Mundo Rural 173

Ana Isabel Garcia

A Mobilização das Mulheres por Políticas Públicas 179

Raimunda Celestina de Mascena

Gênero: História Social e Incorporação nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável 182

Domingos Cantanhede

Trabalhando com Mulheres nos Quintais, nos Roçados e nas Festas 187

Marluze Pastor Santos

**Política Pública Nacional para o Desenvolvimento Regional
com Equidade de Gênero 191**
Humberto Oliveira

10. Atividades Complementares e Paralelas 204

Visita aos Locais de Trabalho das Mulheres Rurais 204

**Momento Exclusivo para o Grupo do “V Curso de Planejamento
do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão” 205**

Pequenas Reuniões entre as Palestrantes 205

Feira de Iniciativa Produtiva de Organização de Mulheres Rurais 206

11. Algumas Palavras sobre Avaliação 207

Anexo: Programação 209

APRESENTAÇÃO

O Seminário Internacional Equidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, realizado no Maranhão, foi o resultado de um esforço conjunto do Governo do Estado, de instituições da sociedade civil e de associações de mulheres que se reuniram para rever e rediscutir o papel histórico de exclusão social, política e econômica da mulher rural. Objetivou também ampliar o espaço de atuação da mulher rural, inserindo-a no desenvolvimento rural sustentável, onde ocorre sua maior participação na economia dos territórios, resgatando, dessa forma, a auto-estima da trabalhadora rural.

O Governo Estadual começa a pensar a equidade de gênero como elemento fundamental e necessário no planejamento das políticas públicas de desenvolvimento local sustentável, buscando construir, em parceria com as comunidades, uma melhor qualidade de vida para as populações rurais do Estado do Maranhão. Assim, nos últimos três anos, o Governo, por intermédio da atual Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seagro), juntamente com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e com o apoio do Banco Mundial, começou a desenvolver uma nova metodologia participativa, em que as comunidades excluídas das políticas públicas voltam-se para um engajamento mais vigoroso e comprometido com os resultados de cidadania e de justiça social que almejamos construir.

O planejamento em conjunto com as comunidades é alicerçado em reflexões e conhecimentos, a partir de sua identidade sócio-econômica e cultural, que resultam em projetos sustentáveis elaborados com o envolvimento das comunidades identificadas, como beneficiárias, e com suas lideranças mais legítimas. O produto mais importante dessas ações é, sem dúvida, o despertar mais profundo da consciência, o despertar para a capacidade de refletir sobre a realidade vivenciada, buscando construir caminhos novos que garantam uma vida melhor em todos os aspectos.

Utilizando-se da citada metodologia participativa, foram realizados também cursos de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável com líderes *afrodescendentes*, remanescentes de quilombos, pescadores artesanais e lideranças indígenas.

O processo de construção coletiva em curso no Maranhão, por meio de debates com as populações que sofrem a exclusão social, tem um objetivo especial: combater a pobreza rural de forma a dignificar e a valorizar a mulher e o homem rural, estimulando o fortalecimento das associações nos povoados e nas pequenas cidades do interior do Estado, como espaços em que se possam discutir a inclusão social, a igualdade de gênero, a igualdade de oportunidades na educação, no trabalho, na participação política, no acesso à terra, ao crédito e a novas tecnologias de produção.

Este seminário, definitivamente uma conjuntura, não um evento isolado, faz parte de uma estratégia definida pelo Governo Estadual para envolver e assegurar a participação dos segmentos interessados nos resultados das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do Maranhão, integrando-se, portanto, ao Pacto de Gestão Compartilhada do Governo do Estado com os movimentos sociais das trabalhadoras rurais e das quebradeiras de coco. Visa, portanto, não só a inclusão econômica das mulheres rurais; mas, também, que as mesmas conquistem a cidadania, a dignidade; que alcancem melhores condições de infra-estrutura nos povoados e a capacidade de criar, coletivamente, meios de produção e meios de renda; fatores que, juntos, constroem um sentimento de alegria, um sentimento de resgate da auto-estima das trabalhadoras rurais maranhenses, ao inseri-las no contexto mais amplo do desenvolvimento.

O documento-síntese do seminário tem uma importância estratégica como processo democrático, pluralista e participativo da discussão da equidade de gênero. A gestão do planejamento de demandas comunitárias já começa a orientar a aplicação das verbas públicas, focando, justamente, a inclusão desses segmentos sociais. Fica, portanto, o registro sistematizado deste grande debate social sobre equidade de gênero, enriquecido com as experiências estatais, comunitárias e as experiências das associações organizadas não-governamentais sobre o processo de transformação das comunidades rurais na construção histórica coletiva de inclusão social e no combate à pobreza rural no Maranhão.

**Drª Conceição Andrade
Secretária de Estado da Agricultura, Pecuária e
Desenvolvimento Rural do Maranhão**

PRÓLOGO

Com o objetivo de analisar os principais aspectos conceituais e operacionais, para incorporar o enfoque de equidade de gênero nas políticas e estratégias de desenvolvimento do território rural, o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seagro), realizou, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), com a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema) e com a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), o Seminário Internacional “Equidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais”. O evento contou com o apoio do Banco Mundial, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais, do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e da Federação do Clube de Mães do Maranhão.

Inserido no contexto do “V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão: Construção de uma Estratégia de Desenvolvimento para os Territórios Rurais com Equidade de Gênero”, o seminário promoveu, principalmente, a expressiva participação de mulheres trabalhadoras rurais nas discussões, reconhecendo o papel produtivo e político dessas protagonistas do desenvolvimento.

De acordo com o objetivo que se dispôs a alcançar, o seminário reuniu apresentações de especialistas em gênero e desenvolvimento territorial rural de diversos países, além de mulheres rurais que evocaram relatos de experiências vivenciadas. Ressalta-se, de logo, os importantes nomes que palestraram no evento: as senhoras Ana Isabel Garcia e Melania Portilla, da Costa Rica; Nuria Costa, do México; Maria Del Pilar Foti Laxalde, da Argentina; Maria Dolores Merino Chacon, da Espanha; e o Sr. Carlos Júlio Jara, da Venezuela. Quanto aos igualmente ilustres nacionais, participaram expositores e expositoras de vários estados: as senhoras Laura Sales Pinheiro, Cristina Buarque, Eliane Furtado, Marluze Pastor Santos, Raimunda Celestina de Mascena, Isolda Pamplona, Sílvia Bezerra de Góes, Irene Maria dos Santos, Irismar Nunes dos Santos, Antônia Vieira Brito de Souza, Ivete Ramos, Maria de Jesus, Diocina Lopes dos Santos e Mariana Rodrigues da Silva; bem como os senhores Domingos Cantanhede e José Ribamar Furtado de Souza.

À relatora, recaiu a incumbência de assistir ao evento e sintetizar as exposições, mantendo a originalidade, a espontaneidade e a interatividade do evento, com o intuito de captar o diálogo ocorrido entre as experiências e as percepções apresentadas pelo conjunto de palestrantes e também de resgatar e expor as contribuições do público presente.

Na organização deste documento-síntese, foram observados dois princípios: o primeiro refere-se ao respeito à expressão oral, fundamentalmente nas falas mais políticas, e à valorização da espontaneidade do fluxo das idéias, considerando que esses aspectos enriquecem o texto e ajudam a manter a interatividade pretendida. Destaca-se que essa forma adotada implica ajustes decorrentes das exigências gramaticais de um texto escrito, o que se buscou fazer da forma mais sutil possível. O segundo princípio, adotado para as exposições resultantes de estudos e de pesquisas, foi o de se apresentar um resumo dos textos, destacando-se aqueles pontos de diálogos que cada palestrante estabelecia com os conteúdos dos demais conferencistas.

Por fim, desde já, expresso desculpas, em público, por possíveis omissões que possam ter acontecido.

**Cristina Buarque
Relatora**

PREFÁCIO

O Seminário Internacional “Equidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais” se insere no contexto dos acordos de cooperação técnica do IICA com o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seagro).

O seminário integrou, também, a grade de conteúdo do “V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável”, que teve por objetivo a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável para os territórios rurais com equidade de gênero no Maranhão. Os participantes desse curso foram lideranças dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, selecionadas nos territórios onde a atividade da quebra manual do coco de babaçu é consideravelmente relevante.

Realizado em São Luís/MA, no período de 23 a 26 de março de 2004, o evento focalizou uma problemática que há muito tempo se discute no âmbito acadêmico e no âmbito dos organismos internacionais, mas que ainda não se concretizou em ações generalizadas oriundas das políticas públicas nacionais: equidade de gênero e desenvolvimento sustentável dos territórios.

Como anfitrião, o Estado do Maranhão desempenhou magnífico papel. Abordou, de forma participativa, e com um número importante de mulheres representantes das organizações e das localidades rurais, a formulação de estratégias e de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais considerando a equidade de gênero.

Se desenvolvimento sustentável é crescimento com equidade, esse processo deve assegurar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso aos recursos, e no conseqüente controle dos mesmos, e aos benefícios que são colocados à disposição das comunidades rurais. Entendemos que equidade de gênero abrange homens e mulheres como co-responsáveis pelo atendimento das necessidades econômicas e sociais, tanto no âmbito privado domiciliar como no âmbito público das organizações e das comunidades. Esse entendimento resulta em um imperativo ainda maior em relação às áreas rurais pobres, pois, nessas localidades, a subsistência familiar recai, na maior parte, sobre as mulheres.

A questão de gênero no desenvolvimento se vincula ao “território” porque este deve ser entendido como um processo de construção social que abrange não só as relações sociais entre os diversos atores que desempenham distintos papéis no seu interior, condicionados pelo contexto nacional e global, mas também as relações econômicas e políticas. O território é precisamente o espaço mais perto da vida cotidiana de homens e de mulheres. É o local onde se pode incidir, de forma mais eficiente, idéias, projetos, políticas, com o fito de alcançar as mudanças necessárias, inclusive, a equidade.

Para tanto, é necessário que as questões de gênero saiam do âmbito privado para transformar-se em um tema da política pública de desenvolvimento que atue na contribuição à sustentabilidade do território, nas suas distintas dimensões ambiental, econômico-produtivo e institucional. As organizações de mulheres, em seus distintos âmbitos de ação, devem transformar esses ideais em realidade.

No seminário, participaram mulheres especialistas na temática do evento e que estão cumprindo diversas responsabilidades na sociedade; mulheres líderes de organizações de trabalhadores e trabalhadoras; artesãs e produtoras de matérias-primas típicas da região e que estão na base da economia rural. Todas unidas pelo mesmo interesse: conhecer, debater e levantar soluções para melhorar as oportunidades das mulheres e dos homens que vivem e trabalham nas zonas rurais.

Finalmente é importante destacar que as experiências maranhenses e brasileiras apresentadas, assim como as de outros países como Costa Rica, México, Argentina e Espanha, embora tenham versado distintas perspectivas na abordagem da questão de gênero e do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, mostraram claramente um traço em comum: as mulheres estão se organizando solidariamente para enfrentar os problemas que as afetam, que são, ao mesmo tempo, os de suas famílias e os de suas comunidades rurais.

Carlos Américo Basco
Representante do IICA no Brasil

> 1. MESA DE ABERTURA

■ 23 de março de 2004

Diante de um auditório repleto de mulheres e homens de todas as idades, de diferentes condições socio-econômicas e pertencentes a diferentes raças, etnias e países; possuidores de saberes formais e informais, defensores de causas distintas e vinculados a estruturas governamentais e não-governamentais, tomaram assento à mesa de abertura dos trabalhos do Seminário Internacional Equidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais representantes de toda essa diversidade para, juntos, refletirem e se posicionarem sobre temas que as trabalhadoras rurais vêm apontando como sendo de interesse para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Os pronunciamentos a seguir refletem o esforço da convergência de diferentes forças políticas em torno dos mesmos objetivos.



Foto 1: Mesa de abertura.

Alexandra Miguel Cruz Tavares – Secretária de Estado Extraordinária de Solidariedade Humana, representando o governador do Estado do Maranhão.

Maria Laura Sales Pinheiro – Secretária adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Conceição Andrade – Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seagro).

Carlos Miranda – Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Domingos Albuquerque Paz – Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema).

Deputado Paulo Neto – Presidente da Comissão de Agricultura do Estado do Maranhão.

Deputado José Luís Pena – Presidente Nacional do Partido Verde.

Maria de Fátima Travassos – Presidenta da OAB, secção Maranhão.

João Batista Ericeira – OAB, seccional Maranhão.

Rócia Silva Oliveira – Representante da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Maria Adelina de Souza Chagas – Representante do Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Natália Soares – Representante da Pastoral da Mulher.

Antônio Gualhardo Prazeres – Subgerente do Núcleo de Programas Especiais (Nepe).

Maria Domingues Marques Pinto – Presidenta do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão.

> **Dr. Carlos Miranda**

- Especialista em Desenvolvimento Rural do IICA

Boa Noite! Peço licença aos membros da mesa para saudar a todos e a todas por intermédio da Doutora Alexandra Miguel Cruz Tavares, secretária de Estado Extraordinária de Solidariedade Humana, que aqui representa o governador do Estado do Maranhão; da Dr^a Conceição Andrade, gerente de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Maranhão; e da Dr^a Maria Laura Sales Pinheiro, secretária adjunta da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República.

Para nós do IICA, a parceria com o Estado do Maranhão é marcada por uma satisfação sempre renovada, em face dos desafios que a Seagro nos coloca a cada proposta de desenvolvimento de atividades conjuntas.

Farei apenas três registros, relacionados diretamente à realização deste seminário. O primeiro, é que não se trata de um evento pontual. Ele faz parte de uma estratégia do governo do Estado do Maranhão com foco no combate à pobreza rural. A participação do IICA, nesse contexto, começou com um trabalho junto aos *afrodescendentes* e depois com os povos indígenas; em seguida o trabalho alcançou os pescadores artesanais e, agora, contribuimos com o aperfeiçoamento da formação de lideranças femininas. O segundo registro visa esclarecer que o presente seminário não ocorre eventualmente: compõe a grade de conteúdos de um curso de extensão no qual trabalhamos com 38 lideranças femininas rurais. Por fim, o terceiro registro refere-se à parceria com o governo do Estado do Maranhão, pois, juntos, nos propusemos a ampliar este seminário para a participação da sociedade maranhense, fazendo um convite amplo, porque, aqui, trataremos da questão da equidade de gênero.

Em outras palavras, vamos tratar da igualdade de oportunidades, de inclusão social, de cidadania e de democracia. Por isso, é uma discussão da sociedade maranhense. Não se trata de uma discussão restrita, somente, a uma sala de aula com 38 pessoas mais os orientadores, professores e monitores, é uma discussão que deve ocorrer com os movimentos sociais,

com as organizações governamentais, com as organizações não-governamentais, com a sociedade em geral. Não é, também, uma discussão de mulheres, com mulheres e para mulheres. É uma discussão de todos nós, uma discussão voltada para uma sociedade que deseja atingir a equidade, a igualdade de oportunidades, a democracia, o desenvolvimento sustentável do Estado. Assim, por esse explícito e justificável motivo, ampliamos a discussão. Obrigado!

> **Domingos Albuquerque Paz**

- **Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema)**

Sr^a Alexandra, representando aqui o Sr. Governador, e Dr^a Conceição Andrade. Por intermédio das duas, desejo saudar toda a mesa. Saúdo também a todas as pessoas, em especial aos sindicalistas, que ajudaram a construir este evento, pessoas que entenderam que o projeto de desenvolvimento sustentável, do qual tanto se fala neste país, só pode ser construído se houver a determinação política da inclusão social brasileira.

A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), ao ser procurada e, conseqüentemente, estabelecer esta parceria, com o intuito de realizar um acontecimento politicamente tão importante, de imediato procurou ajustar a sua agenda com o fito não só de participar, mas também de contribuir, trazendo para a discussão sobre a equidade de gênero a experiência que nós, do movimento sindical, vivenciamos internamente pelo Brasil afora. Assim, colocamo-nos à inteira disposição do seminário, por ser um evento de extrema relevância para a consolidação da equidade de gênero. Acho que o presente momento é importante para reafirmarmos o compromisso de discutir não um tema específico, mas para abrirmos a possibilidade de discutir o planejamento estratégico do Estado, rumo à consolidação de um projeto de inclusão social, à consolidação de um projeto de desenvolvimento rural sustentável.

Não se pode admitir uma discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável sem discutir a questão da juventude, das mulheres, do assalariamento rural que se estende por esse Maranhão e, infelizmente, a questão do trabalho escravo. É este último assunto que coloca o Estado do Maranhão em um patamar que envergonha os maranhenses e os brasileiros.

Em reunião com o Delegado do Trabalho do Maranhão, refletíamos, há pouco, sobre a necessidade de se promover uma grande articulação política no Estado para que, de fato, a questão do assalariamento rural seja

tratada como é necessário. Cabe ressaltar que, nesse contexto, 90% dos 95.000 trabalhadores rurais sequer têm a carteira de trabalho assinada. As carvoarias funcionam utilizando mão-de-obra infantil e representam um palco deplorável. É preciso que haja uma arregimentação dos poderes constituídos para que, de fato, possamos trabalhar na perspectiva de termos um Maranhão que não nos envergonhe em função de práticas como essas.

Este seminário contribuirá para despertar a consciência do povo maranhense e de todos aqueles que se deslocaram de seus países e de seus estados. Com tal corrente de forças positivas, poderemos ter, de fato, um Maranhão e um Brasil diferentes.

Nós, membros da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura, estamos cumprindo uma tarefa que é nossa: *reafirmar*, cada vez mais, o compromisso político e moral de lutar, constantemente, para que a inclusão social possa ocorrer e, dessa forma; *alcançar* uma sociedade que seja igualitária, justa e democrática. Muito obrigado!

> **Maria Domingues Marquez Pinto**

- **Presidenta do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão**

Em nome das quebradeiras de coco, presentes aqui neste seminário, eu gostaria de saudar todos os componentes da mesa.

Quero dizer sobre a satisfação que temos de estar aqui, na qualidade de representantes da categoria de trabalhadoras rurais e quebradeiras de coco; sobre a oportunidade de mostrarmos nossa existência, o que é uma grande satisfação; sobre o fato de estarmos, agora, mostrando e dizendo à sociedade que, embora sejamos muitas vezes mulheres esquecidas, lá, na zona rural, onde trabalhamos como quebradeiras de coco, somos também cidadãs, existimos de fato. Assim, é uma satisfação imensa quando o IICA, a Seagro, na pessoa da Dr^a Conceição, e outras instituições se preocupam com a nossa categoria. Não queremos desmerecer nenhuma outra categoria, mas é que, para nós, discutirmos em um evento tão importante a vida da quebradeira de coco, que é uma vida tão sofrida e que, muitas vezes, pessoas que pertencem à classe média nem imaginam que existam, é efetivamente uma grande satisfação.

Quando pensamos que a quebradeira de coco sai às 6 da manhã e só volta às 6 da noite, quebra 5 quilos de coco e ganha apenas R\$1,50 (um real e cinquenta centavos!!!), podendo trocar por um quilo de arroz, dá até vontade de chorar! Gostaria de dizer para as autoridades presentes: é essa mulher sofrida que, além de todo esse martírio, sofre demais com a discriminação e com o machismo no meio rural, o que torna ainda mais difícil a vida e aumenta ainda mais o sofrimento dessa mulher. Estamos num seminário sobre a equidade de gênero e, nós, na qualidade de integrantes de movimento de mulheres que vivencia isso no dia-a-dia, sentimos na pele o quanto ainda existe de machismo no meio rural. E é por isso que estamos aqui, para dizer à sociedade que somos trabalhadoras rurais e quebradeiras de coco e que sofremos, muitas vezes, essa discriminação.

Gostaria de dizer que muita gente tem tudo e nem é feliz. A mulher quebradeira de coco, essa mulher sofrida, que hoje tem a oportunidade de se fazer representar aqui para discutir os seus problemas, a sua vida no campo, essa mulher merece respeito, merece ser tratada com dignidade,

merece ser cidadã, merece viver como cristã e como cidadã no meio rural. Por isso, vejo o esforço da Dr^a Conceição Andrade e do Dr. Josemar, do IICA, em nos apoiar. Com esse apoio, nós, de Itapecuru e do Estado, estamos conseguindo levantar a cabeça, levantar a auto-estima da mulher trabalhadora rural, da quebradeira de coco, e dizer: mulher levanta a cabeça, tu existes, defende a tua identidade, enquanto mulher! Temos trabalhado nisso e temos conseguido resultados. Companheiras, se todas nós, juntas, trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, dermos as mãos para lutar por nossos direitos, nós venceremos! Com o apoio dessas instituições aqui representadas, e com o apoio do governo, na pessoa da Dr^a Alexandra (pois tenho a convicção de que, agora, ela pode entrar nessa luta junto conosco), nós venceremos.

A quebradeira de coco e o coco babaçu, que representam a grande riqueza do Maranhão, estão abandonados. A grande renda do Maranhão vem da quebra do coco, da quebradeira de coco. Por isso, o babaçu precisa ser valorizado! Hoje, estamos trabalhando não só em Itapecuru, mas em outras regiões também. Fazemos sabonete e tantas outras coisas que se pode fazer com o babaçu. Então, por que não investir nessa planta nativa que Deus nos deu de graça? É esse recado que eu quero deixar, com as minhas próprias palavras, para as autoridades e para as companheiras. É preciso fortalecer a luta em prol dos nossos direitos!

Tenho plena certeza de que, ao sairmos daqui, levaremos a confiança de que este seminário não vai acabar, e de que vamos poder voltar para os nossos municípios e levar essa luta para frente. E mais: que, a partir deste curso, que também tem o mesmo enfoque deste seminário, poderemos dar continuidade à nossa luta e realizar uma multiplicação, de fato, na base, na prática, lá no meio rural. Por fim, tenho plena certeza de que poderemos construir a nossa cidadania e manter a cabeça erguida como verdadeiras cidadãs. Muito obrigada!

> **Conceição Andrade**

■ **Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Maranhão**

Dr^a Alexandra Miguel Cruz Tavares, secretária de Estado da Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana; Dr^a Maria Laura Sales Pinheiro, secretária adjunta da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República; Dr. Carlos Luís de Miranda, representante do IICA; Sr. Domingos Albuquerque Paz, presidente da Fetaema; deputado Paulo Neto, em nome do qual eu cumprimento todos os senhores deputados aqui presentes; Sr. José Luís Pena, presidente nacional do Partido Verde, em nome do qual cumprimento todas as agremiações partidárias aqui presentes; Sr^a Maria de Fátima Travassos, presidenta da Associação de Mulheres de Carreira Jurídica; Sr. João Batista Ericeira, representando a OAB/Maranhão; Dr. Antônio Gualhardo Prazeres, subgerente do Núcleo de Programas Especiais (Nepe); Sr^a Natália Soares, representante da Pastoral da Mulher; Sr^a Maria Adelina de Souza Chagas, coordenadora-geral do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco; Sr^a Maria Domingues Marques Pinto, presidenta do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Maranhão; Dr^a Rócia Silva Oliveira, representante da Agência Brasileira de Cooperação; e Dr^a Adalva Monteiro, presidenta da Ocema; senhoras quebradeiras de coco, trabalhadoras rurais, senhoras e senhores.

Este seminário, como bem disse o Dr. Carlos Miranda, faz parte de uma estratégia do governo e da sociedade civil que está sendo construída aqui no Estado do Maranhão. Nós já tivemos outros momentos importantes e fundamentais que estão nos ajudando muito a discutir a nossa realidade, com os pés no chão e com as cabeças nas nuvens, no céu, no sentido de

que, apesar da realidade ser dura, é preciso continuar sonhando e acreditando ser possível construir um caminho novo, uma nova forma de abordarmos os velhos problemas.

Fizemos um trabalho inicial com as comunidades negras quilombolas do Maranhão, um trabalho semelhante com as comunidades indígenas e, há pouco tempo, fizemos o último curso com os pescadores artesanais. Hoje, estamos fazendo este curso especial para as mulheres, sobretudo para as mulheres do espaço rural: as quebradeiras de coco, as trabalhadoras rurais. O que queremos com isso? Queremos construir uma nova metodologia, para abordarmos as questões de forma mais adequada, e fazer com que as comunidades beneficiárias dos programas, dos projetos e das políticas públicas não fiquem à margem do planejamento. Isso envolve uma discussão macro sobre como nós vamos enfrentar esses problemas. Queremos as mulheres como sujeitos ativos da sua própria história, na construção de um planejamento participativo, no qual todos os representantes dessas massas excluídas possam estar presentes não só por intermédio de seus representantes legais, mas de suas entidades de base, as legítimas representantes desses movimentos. É uma construção difícil, mas acreditamos que, se nos despirmos dos nossos saberes, se nos colocarmos na mesma mesa, em um patamar de igualdade e de responsabilidade conjunta, nós haveremos de encontrar um caminho para o mundo novo que tanto desejamos.

Este seminário, evidentemente, como bem disse Carlos Miranda, não representa um ato isolado: faz parte de todo um processo. Na base desse processo, na sua construção primária, estão aqueles movimentos mais antigos, como as quebradeiras de coco do Maranhão, que foram as primeiras a se organizarem; os movimentos das trabalhadoras rurais, de tantas e tantas mulheres que, ao longo do caminho, juntamente com aqueles homens envolvidos, também, nesta luta, vêm procurando construir uma nova História, não só para o Maranhão, mas para o nosso Brasil. Um caminho para que o nosso povo possa ser mais alegre, mais feliz, e no qual se possa discutir o desenvolvimento não só do ponto de vista econômico, mas como uma força motriz que brota de dentro de nós e que faz acontecer. Por isso, temos uma esperança muito grande de que, deste seminário, em virtude de discussões sinceras, responsáveis e abertas, saiam as diretrizes básicas para uma política pública de equidade de gênero para o nosso Estado do Maranhão.

Nós temos uma expectativa muito grande de que o curso que está sendo realizado, com a participação de 38 lideranças trabalhadoras rurais, escolhidas pelos próprios movimentos das trabalhadoras rurais e das

quebradeiras de coco, presente, em verdade, a força motriz para animar as demais comunidades. Essas lideranças devem entender e participar dessa forma de construir o planejamento estratégico, do qual não vamos mais ficar esperando que o governo diga, apenas, como vai ser feito ou como vai deixar de fazê-lo. Que este curso venha contribuir para que o Maranhão possa elevar o seu Índice de Desenvolvimento Humano, pois ninguém muda esse índice sem mexer com a base e com a vida concreta das pessoas e, muito menos, sem envolver as pessoas nessa discussão, nesse processo que pretende gerar não somente produção, aumento de produtividade e economia, mas, fundamentalmente, vida. E vida de qualidade, como a que estamos buscando construir, é uma construção coletiva.

E vemos, aqui, na pessoa da Sr^a Maria Laura, que representa a Presidência da República, a possibilidade de nossa discussão ser levada para outras esferas, concretizando uma política integrada entre os governos federal, estadual, municipal e a sociedade civil organizada, por meio dos seus vários movimentos. Muito obrigada! Boa sorte e bom seminário para todos nós!

> **Maria Laura Sales Pinheiro**

- **Secretária adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República**

Quero desejar boa noite a todas as pessoas presentes e cumprimentar, na mesa, Alexandra Miguel Cruz Tavares, secretária de Estado da Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana; e Conceição Andrade, gerente de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, com quem nós já tivemos a oportunidade de contar no seminário realizado no ano passado pela Secretaria de Política para as Mulheres. Desejo cumprimentar também o Sr. Carlos Miranda, representando o IICA. Em nome dessas pessoas, a que me refiro, cumprimento todas as outras companheiras, as autoridades e os companheiros da mesa. Quanto ao plenário, eu o cumprimento me dirigindo às 38 lideranças femininas que participam deste curso.

Neste momento, quero trazer um abraço carinhoso da nossa ministra Nilcéia que, por razões de agenda, esteve impedida de vir ao Maranhão. A ausência deve-se à sua responsabilidade de coordenar uma reunião internacional da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), em Brasília, envolvendo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério das Relações Exteriores, e onde será discutido um projeto de interesse de vários países da América do Sul e da América Latina, do qual ela é a coordenadora.

Vemos a realização deste seminário como um momento muitíssimo importante. Já foi destacada a necessidade de se dar visibilidade ao trabalho da mulher e, em particular, à condição da mulher trabalhadora rural e da quebradeira de coco. Nós, do governo federal, temos a absoluta certeza de que, para construirmos um mínimo de igualdade em nosso país, teremos que enfrentar, com todas as forças, as desigualdades e os preconceitos existentes em relação às mulheres. É dessa forma que vamos poder sensibilizar o próprio governo para que as políticas públicas venham atuar no sentido da inclusão da mulher e, particularmente, venham fazer com que a nossa mulher seja, efetivamente, uma cidadã plena. Muito obrigada!

> **Natália Soares**

■ Representante da Pastoral da Mulher

Eu queria cumprimentar a mesa nas palavras da Dr^a Conceição Andrade, que foi a nossa advogada quando trabalhávamos na Comissão Pastoral da Terra. Novamente ela vem nos salvar, poupando-nos da tarefa de anunciar e de comentar a dimensão da importância das personalidades hoje presentes.

Quero chamar a atenção das companheiras, das trabalhadoras rurais que fazem o nosso cotidiano no Maranhão, para as pessoas importantes que estão aqui presentes: senhores, senhoras, mestres, doutores e especialistas que vieram de tão longe. Quero lembrar o motivo que trouxe essas personalidades ao Maranhão: conhecer uma proposta pedagógica que, como disseram, claramente, Dr^a Conceição Andrade e Dr. Carlos Miranda, é voltada para as mulheres do campo.

A Dr^a Conceição Andrade certamente ainda se lembra do tempo em que, neste Estado, militávamos na Comissão Pastoral da Terra. Os conflitos abalavam as nossas lutas e caminhadas, e a matança dos trabalhadores rurais deixava muitas de nós, mulheres, cuidando sozinhas dos filhos, sem eira nem beira, e sem os maridos.

Hoje, existe algo de novo no nosso meio. Como dizemos no linguajar da roça: tem “gente grande” escutando as trabalhadoras rurais. Escutando, inclusive, as mulheres que sequer possuem registro de nascimento. Senhoras e senhores! É uma realidade muito dura! É muito difícil! Porém, já temos, entre nós, a Socorro, uma trabalhadora rural, uma multiplicadora da Campanha de Documentação das Trabalhadoras Rurais, do município de Primeira Cruz, para testemunhar que, em sua lista, que só coube trinta mulheres, muitas não tinham ainda a certidão de nascimento. Hoje também estão presentes pessoas importantes observando as nossas lutas, o que é um estímulo para continuarmos em frente, um apoio que não é pontual, como disse o Dr. Carlos Miranda, mas que pretende ser pedagogicamente progressivo.

Por intermédio desse estímulo, estamos nos capacitando de novo, revendo os conhecimentos para melhorar a nossa qualidade de vida, o nosso dia-a-dia. E esses fatos não estão acontecendo longe de nós. Nos estandes, nas barracas que estão lá embaixo, podemos ver a produção da

luta das mulheres. Uma produção que, para chegar até aqui, precisou quebrar muitos paradigmas do machismo, do conservadorismo, que todo dia nos martela: coisa de mulher não tem valor. Mas agora tem! Estamos vendo! Isso é novo ou não é? É preciso que acreditemos em nós mesmas e que contemos com o apoio do poder público, das instituições e das parcerias para caminharmos melhor. Parabéns a todas nós que estamos aqui! Parabéns também aos homens que estão escutando as mulheres! Vamos em frente! Eu acredito! Obrigada!

> **Rócia Silva Oliveira**

- Representante da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE)

Boa noite, senhoras, senhores, autoridades e platéia. Cumprimento a todos, em nome do embaixador Lauro Moreira, diretor-geral da Agência Brasileira de Cooperação. Com certeza, se pudesse ter conciliado a sua agenda, ele estaria aqui falando o que costuma repetir em nossas reuniões: “é conversando que a gente se entende”.

Este momento, eu acredito, é fruto de cerca de vinte anos de conversa dentro dos sindicatos, das associações e dos movimentos de mulheres. A Dr^a Conceição já falou que é preciso sonhar, e a impressão que tenho é que, parte do sonho, já está acontecendo, quando vemos a Dr^a Conceição Andrade, da Secretaria de Estado; a Dr^a Maria Laura, da Presidência da República; e as quebradeiras de coco reunidas em um seminário dentro de um hotel quatro estrelas. Nesta mesa, acho maravilhosa a presença, junto às autoridades do Estado, do presidente do sindicato e do representante do Partido Verde, da Pastoral da Mulher e das representantes dos países amigos. O sonho já está acontecendo. É claro que sonhamos todos os dias e, cada vez, esse sonho é maior. É assim que deve ser!

É com muita felicidade que vemos a realização deste curso com 38 lideranças de movimentos de mulheres rurais. A Agência Brasileira de Cooperação cumpre, aqui, o modesto papel de mediar a relação entre o governo do Estado e o IICA. Como disse o Dr. Carlos Miranda, não se trata de algo pontual, mas de uma estratégia de governo, que tem como meta, hoje, a formação de lideranças. Isso é um sonho porque, há vinte anos, o governo tinha um outro papel: o de caçar as lideranças. Nesta mesa e nesta platéia, estão todos de parabéns! Muito obrigada e que tenhamos todos um bom seminário!

> **Alexandra Miguel Cruz Tavares**

- **Secretária de Estado Extraordinária de Solidariedade Humana, representando o governador do Estado do Maranhão**

Boa noite a todos! Dr^a Maria Laura Sales Pinheiro, secretária adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, obrigada pela presença; obrigada a Conceição Andrade, gerente de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural; ao Dr. Carlos Miranda, representando o IICA; ao Sr. Domingos Paz, presidente da Fetaema; ao deputado Paulo Neto, presidente da Comissão de Agricultura; ao professor João Ericeira, representante da OAB/Maranhão; à Dr^a Rócia Silva Oliveira, representante da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores; à Dr^a Maria de Fátima Travassos, presidenta da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica/ Comissão do Maranhão; à Sr^a Natália Soares, representante da Pastoral da Mulher; à Sr^a Maria Adelina de Souza Chagas, coordenadora-geral do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu; à Sr^a Maria Domingues Marques Pinto, presidenta do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão; ao Dr. Antônio Gualharo Prazeres, subgerente do Núcleo de Programas Especiais; ao Sr. José Luís Pena, presidente Nacional do Partido Verde; ao Sr. Raimundo Monteiro, superintendente do Incra/Maranhão; aos deputados José Lima, Rubem Brito e Domingos Dutra; à Dr^a Adalva Monteiro, presidenta da Ocema. Minhas amigas quebradeiras de coco e trabalhadoras rurais, em especial as 38 lideranças do curso; senhoras e senhores prefeitos e participantes deste seminário, obrigada! Quero agradecer também a presença das

delegações estrangeiras e estaduais, dos movimentos sociais, das ONGs, do Sebrae, da OAB, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Superintendência do Incra/Maranhão e do Ministério Público.

Antes de tecer qualquer consideração, gostaria de dizer a vocês que eu só acredito no desenvolvimento que se faz com a participação de todos. Acredito que todos, juntos, podemos construir um Maranhão melhor, com base na experiência de cada um dos segmentos da sociedade. Este evento é um passo importantíssimo para vencermos o desafio de transformar a realidade social do Estado. Aqui está o exemplo de uma grande rede solidária de parceiros que, acima de qualquer posicionamento político ou ideológico, quer dignidade, quer um modelo de vida sustentável para a população dos territórios rurais.

Eu, como representante do governo do meu marido, o governador José Reinaldo, estou aqui para dizer a vocês que o compromisso deste governo não é com a perpetuação de um modelo excludente. O atual governo do Maranhão fez a sua opção política pela inclusão social. A maior prova desse compromisso está na meta de aumentar, até 2006, o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado, que é um dos mais baixos do país. Como vocês sabem, esse índice foi criado pela ONU, em 1975, e mede alguns parâmetros tais como o nível de escolaridade, a expectativa de vida



Foto 2: Plenário.

ao nascer e a renda *per capita*. A criação da Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana, sob a minha gestão, é parte fundamental dessa estratégia. O Maranhão, portanto, segue a tendência mundial de colocar em sua agenda temas como a economia solidária, o desenvolvimento humano sustentável e o capital social.

Quero aproveitar a oportunidade e convidar todos vocês – pesquisadores, sociólogos, lideranças rurais – para serem nossos colaboradores, parceiros do governo nesse desafio de estudar as ameaças e as oportunidades, as deficiências e as potencialidades dos maranhenses. Mandem sugestões para nós! Ajudem-nos a fazer do Maranhão – um Estado tão rico em recursos naturais e humanos – um produtor de soluções criativas para problemas que ameaçam o modo de vida das comunidades rurais.

Quase 50% da população maranhense é rural, e eventos como este são fundamentais para a compreensão das necessidades das pessoas do campo e, até mesmo, para que o governo tenha conhecimento detalhado disso.

Desejo saudar a todos os participantes do Seminário Internacional de Equidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e parabenizar Conceição Andrade, nossa secretária de agricultura, por ter incluído este evento na agenda do governo, porque é preciso coragem, Conceição, para enfrentar os problemas de um Estado como o Maranhão! Quero encerrar minhas palavras, repetindo uma frase de Miguel de Cervantes: “*Quem perde os seus bens, perde muito; quem perde um amigo, perde mais; mas, quem perde a coragem, perde tudo*”.

Gostaria, ainda, de fazer uma ressalva. Eu me orgulho muito de ser mulher, mas eu me orgulho muito mais quando vejo mulheres como vocês, lutadoras, que não se abatem, que têm compromisso, e não somente com as suas famílias. As mulheres têm lutado, cada vez mais, pelo bem-estar de seus familiares: elas são arrimo de família e trabalham para sustentar os seus filhos. O que eu vejo em vocês, principalmente, é a dedicação, a vontade de crescer, de ser capaz, de se capacitar. Sei que todas vocês irão conseguir, porque vocês têm o principal: a coragem! Meus parabéns e sucesso!

2. CONFERÊNCIA MAGNA “EQÜIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS”

> **Maria Laura Sales Pinheiro**

■ é secretária adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

O que foi chamado na programação deste seminário de “conferência magna” poderia, realmente, não acontecer. Na verdade, o que estamos vivendo aqui já é um momento magno, onde os saberes de diversas mulheres foram apresentados. Esse saber vivo tem um significado maior do que muitos saberes construídos em outros espaços. Os saberes das mulheres rurais, das quebradeiras de coco, têm uma importância fundamental para a compreensão da realidade: eles vêm da raiz, do cotidiano, da vida das mulheres de vários lugares do país e, aqui, especialmente, da luta das corajosas mulheres do Estado do Maranhão. Assim, poderemos ter, mais do que uma conferência, uma conversa na qual, nós, assumindo a responsabilidade de representantes do governo Lula e da ministra Nilcéia, apresentaremos a posição, a reflexão e os



Foto 3: Explicação de Maria Laura Sales Pinheiro.

compromissos que o nosso governo tem feito no âmbito das políticas que tratam da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável, particularmente nos territórios rurais.

A nossa Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, nasceu da reivindicação histórica dos movimentos de mulheres, das lutas dos movimentos feministas, das mulheres nos movimentos sociais, que entendiam a necessidade de termos, no governo federal, um espaço de discussão e de articulação política para que pudéssemos, em pé de igualdade, junto com os demais ministérios, elaborar e implementar as políticas necessárias à promoção da igualdade de gênero.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) assume, entre as suas principais atribuições, a de garantir o recorte de gênero nas políticas públicas, com ênfase naquelas que se orientam para a superação da pobreza e para a defesa dos direitos humanos e sociais. Nessa perspectiva, a missão da SPM se realiza nos resultados concretos de compromissos assumidos nas parcerias com diferentes setores governamentais e não-governamentais, além dos organismos internacionais e movimentos sociais. Queremos com isso, em nome do governo, cumprimentar as delegações estrangeiras e dizer, em especial às mulheres que representam os órgãos que tratam das políticas de gênero em seus países: vocês são nossas parceiras! A nossa luta, a luta pela igualdade e pela autonomia das mulheres, a luta pela construção de uma democracia real, ultrapassa as fronteiras, fazendo com que nos unamos para construir um mundo mais solidário, no qual as desigualdades deixarão de existir.

Em sua primeira mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional, nosso presidente verbalizou, oficialmente, o seu compromisso com as mulheres, afirmando: “Nosso compromisso com todas as mulheres brasileiras, em sua diversidade, é afirmado no aprofundamento da democracia, no combate aos preconceitos e ao racismo, na ação firme para enfrentar a discriminação e a exclusão. Se a pobreza tem a cara feminina, a luta contra a pobreza também assim a terá”.

A realidade vivida pelas mulheres brasileiras revela a sua face mais dura, mais perversa, nos dados sobre a exclusão social e a pobreza. Gostaria de me referir, aqui, ao problema da violência perpetrada contra um grande número de mulheres, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Quando essa violência de gênero ocorre com as mulheres mais excluídas, ela se reveste de um caráter ainda mais cruel, porque são também essas mulheres aquelas que vivenciam as maiores dificuldades para acessar os caminhos da emancipação. Entre as mulheres brasileiras, as trabalhadoras rurais são

as mais excluídas, as que têm a menor possibilidade de atingir uma cidadania plena. Por isso, este seminário possui uma importância especial. Teremos a oportunidade de analisar as questões que envolvem a promoção da inclusão e da igualdade no segmento das trabalhadoras rurais.

Atualmente, as mulheres representam 51,32% da população brasileira. Deste total, 45% são *afrodescendentes*. As trabalhadoras rurais, por sua vez, representam 16,14% da população e, destas últimas, 24,43% são chefas de família, chegando essa porcentagem a mais de 30% em algumas regiões do país, segundo a PNAD-2001. O presidente Lula, em sua mensagem ao Congresso Nacional, destacou as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho, inclusive as diferenças salariais, mostrando que essas se acentuam em relação às mulheres negras que recebem 60% menos que os homens brancos. A maioria dessas mulheres (56% dos casos) é empregada doméstica que, em regra, trabalha sem carteira assinada. Segundo o IBGE, a grande maioria dos 16 milhões de trabalhadoras rurais enfrenta o trabalho precário, não remunerado, e recebem menos 25% em relação aos homens, embora desempenhe as mesmas funções. O Instituto de Economia do Rio de Janeiro vem informar que, no ano 2000, do total de pessoas sem acesso à renda monetária, no Brasil, 80% são mulheres trabalhadoras rurais. Um estudo da Fundação Perseu Abramo, realizado em 2001, constatou que, das mulheres entrevistadas, 43% declararam ter sido vítimas de violência, sendo 33% atingidas por violência física, 27% por violência psíquica e 11% por assédio sexual.

Como é possível perceber, felizmente os governantes começam a entender que as desigualdades de gênero não podem ser resolvidas por políticas globais, por políticas gerais. O papel da Secretaria de Políticas para as Mulheres é o de provocar uma sensibilização no interior do governo federal, estimulando a sua reprodução nos estados e municípios para que esse recorte seja adotado em todas as políticas. Só assim nós poderemos gerar as condições necessárias para a transformação que todas desejamos.

A incorporação da perspectiva de gênero, nos projetos de desenvolvimento sustentável, constitui-se em uma das formas mais efetivas do processo de inclusão das mulheres, pela via da construção e/ou da recuperação de sua auto-estima e do seu empoderamento. Em primeiro lugar porque, ao dar visibilidade à capacidade produtiva das mulheres, amplia-se o conceito de trabalho e de produção, esclarecendo-se o valor das lidas femininas diárias no campo, na casa e na assistência aos familiares (que sempre resultaram em diferentes tipos de produtos), e que, tradicionalmente, têm sido considerados como ações rotineiras, “trabalho não pago”, logo, sem qualquer valor.

A SPM também evidencia a decisão do Poder Executivo Federal de garantir, ao promover a I Conferência Nacional de Mulheres, no próximo mês de julho do corrente ano, as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do potencial das mulheres como agentes de mudança social reiterando os compromissos do presidente Lula com a igualdade e a equidade de gênero, e com a construção de uma sociedade política e socialmente democrática.

No que diz respeito ao Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, a Secretaria de Políticas para as Mulheres definiu três focos programáticos: o primeiro, voltado para o combate a todas as formas de violência contra as mulheres; o segundo, destinado à equidade de gênero no mundo do trabalho; e o terceiro, concentrado na gestão da política de gênero, cujo objetivo é o de gerar subsídios para apoiar a formulação e a avaliação das políticas implementadas no país e promover o “Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres”. Com esse programa, estaremos construindo a transversalidade de gênero nas políticas nos três níveis de governo, visando instituir um pacto nacional pela igualdade.

Diretamente nos campos do desenvolvimento sustentável e da superação da pobreza, caberia destacar alguns compromissos do governo Lula e, em especial, da Secretaria de Políticas para as Mulheres:

1. **O Programa Fome Zero**, no que toca especificamente às mulheres, está desenvolvendo ações de combate à desnutrição e à mortalidade infantil e materna, um processo educativo na área de saúde, com ênfase na gravidez na adolescência e no estímulo ao aleitamento materno. O cartão-alimentação, por sua vez, uma das principais ações do Fome Zero, que se destina a prover de recursos as famílias de baixa renda para a compra de alimentos, tem como titular preferencial as mulheres.
2. **A promoção e o apoio, rompendo com a divisão sexual do trabalho e garantindo o acesso das trabalhadoras rurais aos programas da agricultura familiar**, voltam-se para a realização de diagnósticos participativos sobre o impacto das políticas de crédito rural para as mulheres e têm como objetivo incentivar as ações voltadas para a vida da mulher do campo.
3. **A criação de estratégias de acesso a crédito integrado, à assistência técnica e à formação profissional para trabalhadoras rurais** constitui um programa que prevê ações de inclusão das mulheres como beneficiárias das diferentes modalidades de crédito, independentemente do seu estado civil, e a promoção do acesso preferencial para as mulheres chefas de família.

4. **A ampliação do acesso à terra, a equipamentos e à infra-estrutura, com enfoque de gênero, é voltada para a implementação de ações de estímulo à titulação conjunta da terra.**
5. **O Programa Mãe-Estudante é uma ação desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação, com vistas à alfabetização das mães do Programa Bolsa-Escola, e está sendo implantada em 12 estados, devendo alcançar, gradativamente, todo o país.**
6. **A Campanha Nacional de Documentação, que já cobre 10 estados brasileiros, e cuja primeira ação é a emissão do registro civil.**
7. **O Programa do Primeiro Emprego, inicialmente previsto para o grupo etário de 15 a 24 anos, por intermédio da Secretaria da Mulher, propõe que sejam priorizados três grupos: mulheres chefas de família; mulheres em situação de violência; e jovens em situação de risco. Uma outra proposta nessa área está voltada para a capacitação técnica e gerencial das mulheres nos setores rural e urbano, e o fortalecimento do empreendedorismo e de ações associativistas para as mulheres.**
8. **A inclusão, no sistema previdenciário, de 40% da população, a maioria mulheres, numa categoria especial de segurados. A secretaria coordena o grupo de trabalho composto pelos Ministérios da Previdência e do Trabalho, e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.**
9. **O Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher aparece, no PPA/2004-2007, como um dos primeiros programas que serão priorizados e prevê a criação de redes de serviços de atendimento, tais como centros de referência, delegacias de mulheres, casa-abrigo e outros. Muito recentemente, foi sancionada uma lei que obriga a notificação compulsória da violência, no atendimento pelo Sistema Único de Saúde.**

Dessa maneira, esperamos que, neste ano de 2004, um ano especialmente dedicado às mulheres no Brasil, possamos contar com muitas iniciativas da importância deste seminário. Os seus resultados, discussões e parcerias, também fortalecerão as ações do governo federal, porque nós temos a certeza absoluta de que a construção vinda da base vale muito mais do que as políticas elaboradas em gabinetes fechados.

Termino conclamando a todos, homens e mulheres, sociedade civil, trabalhadoras e governantes, aqui presentes, a se engajarem na construção do processo da I Conferência Nacional de Mulheres, cujo resultado será o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Obrigada!

3. O EMPODERAMENTO DAS TRABALHADORAS RURAIS

24 de março de 2004

Moderação:
> **Conceição Andrade**

■ é advogada, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

No segundo dia do seminário, as atividades foram reabertas com a fala das mulheres rurais na condição de sujeitos políticos e econômicos de ações em favor da simultaneidade das transformações das relações de gênero e de trabalho no espaço rural.

Os pronunciamentos da Sr^a Maria Adelina de Souza Chagas, representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, e da Sr^a Raimunda Celestina de Mascena, coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Contag, reafirmaram a importância do empoderamento das mulheres para a construção de uma sociedade mais justa e para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, indicando a tônica a ser considerada pelos palestrantes seguintes.



Foto 4: Conceição Andrade (segunda da esquerda para a direita).

Fiel à forte identificação das mulheres rurais com a cantoria, com a música, a Sr^a Adelina inicia o seu depoimento comentando o Hino Nacional e termina cantando, acompanhada das trabalhadoras ali presentes.

Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer;

Participando, sem medo de ser mulher.

Pisando firme, sem pedir nenhum segredo;

Participando sem medo de ser mulher

Participando sem medo de ser mulher.

■ MUDANDO A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER

> Maria Adelina de Souza Chagas

é integrante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Achamos de extrema importância a realização de um seminário deste porte que seja voltado, fundamentalmente, para nós mulheres. Consideramos de extrema importância a capacitação de lideranças e acreditamos, ainda, que o seminário chegou em um momento oportuno, por nos ajudar a compreender as mudanças que estamos impulsionando há vinte anos.

Não podemos perder de vista o conteúdo do Hino Nacional: “os filhos teus não fogem a luta”. Nós não fugimos à luta da reforma agrária! Quanto sangue derramado! Quantas viúvas da reforma agrária estão aqui presentes! Algo já foi feito, mas muito ainda está por fazer. Nossa participação, nosso envolvimento, é esperança da mudança que aguardamos. Não podemos, em nenhum momento, sonhar que o governo, sozinho, realizará as mudanças. Precisamos estar, acima de tudo, confiantes em nós mesmas, porque nós é que vamos realizar as mudanças.

Aproveito este momento para dizer que nós, na qualidade de quebradeiras de coco, trabalhadoras rurais, trouxemos para os estandes da feira, o exemplo dos nossos produtos, da luta das mulheres que trabalham com cerâmica, com bordado, com artesanato babaçu e da luta de quem trabalha só com a quebra de coco; já na qualidade de integrantes de movimento interestadual, trabalhamos a mobilização, a organização e a capacitação das mulheres para organizar a produção e poder chegar à comercialização. Temos, portanto, duas questões gravíssimas a resolver no país, porém quero me ater mais aos estados do Maranhão e de Tocantins que estão mais próximos, o que facilita visualizar o problema muito bem: a primeira, é a questão fundiária não resolvida, que traz a pobreza e a decadência da economia do babaçu no Estado do Maranhão.

Neste panfleto do seminário, não ficam evidentes as verdadeiras causas dessa decadência: concentração de terras, a privatização dos babaçuais e a implantação dos grandes projetos. Esses grandes projetos trazem dois problemas: provocam a degradação do meio ambiente, por meio da devastação dos babaçuais e da busca do carvão vegetal, pelo empresário do babaçu, que está surgindo agora em nosso Estado; e provocam a invasão dos búfalos na baixada maranhense. Essa é uma questão que nós, mulheres, trabalhadoras, cidadãs, mães de famílias, temos que cuidar, pois tudo isso nos prejudica.

Não estamos aqui para dizer que somos coitadinhas, *quebradeiras*, *pobrezinhas*, que estamos morrendo de necessidades. Temos necessidades sim, mas é de políticas voltadas para esse setor. Essa é a nossa maior necessidade, porque, passar fome, nós já estamos acostumadas, e todo o mundo sabe disso. Não precisamos ocupar um auditório para dizer isso. Minha fala é voltada para alertar o governo do Estado e para *catucar* políticas que venham, realmente, favorecer as mulheres trabalhadoras rurais, *quebradeiras de coco*. Estamos na luta por mudanças, por melhores condições de vida.

Quero terminar a minha fala cantando a estrofe de uma música, cuja autoria não me recordo agora, mas que é muito interessante e esclarece o que estamos fazendo aqui:

“Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer;

Participando, sem medo de ser mulher;

Pisando firme, sem pedir nenhum segredo;

Participando sem medo de ser mulher”.

Muito obrigada! Era isso que eu queria dizer!

■ NÓS ESTAMOS EM VÁRIOS LUGARES

> Raimunda Celestina de Mascena

é coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Contag.

Para nós, da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura, e para todas nós trabalhadoras, tanto aquelas que estão no dia-a-dia da roça, quanto as que estão no espaço da representação da nossa categoria, este seminário é muito importante. Muitas de vocês estiveram, no ano passado, no primeiro seminário, em Natal, realizado pelo IICA. Hoje, quero render homenagens às coordenadoras do Maranhão por conseguirem reunir tantas trabalhadoras rurais.

No dia 8 de março de 2003, marcharam, nas ruas do Maranhão, mais de dez mil trabalhadoras em busca de libertação. Então, é preciso dizer, em momentos como este, que outros movimentos já aconteceram, outras ações já aconteceram. Para chegarmos aqui, para que espaços como este existam, outras mulheres já lutaram, como as companheiras feministas que foram as pioneiras nessa jornada. Antigamente, um espaço como esse não era comum. Hoje ele é importante pelo fato de as mulheres terem construído, ao longo da história, uma trajetória, um caminhar para chegar até um evento como este e encontrar outras mulheres que estão no poder e que estão sensibilizadas para a transformação. Há muito tempo, as reivindicações que nós, trabalhadoras rurais, fazemos aos poderes públicos, aos governos, são mais do que justas e devem, portanto, ser atendidas, pois, para que haja inclusão nesta sociedade, é preciso haver uma transformação muito grande. Transformação essa que passa não só pelos homens, mas também pelas mulheres que estão no poder.

Vivemos hoje, em nosso país, uma situação extremamente importante, e, nós, mulheres, especialmente nós, trabalhadoras do campo, que começamos a nos organizar na década de 1980, dentro ou fora dos sindicatos, nas associações ou em outros movimentos, vamos vigiar cada passo que será dado. Nós estamos em vários lugares, mas temos um objetivo comum: a transformação das desigualdades, que representa a libertação das mulheres trabalhadoras de todas classes, de todas as cores, de todas as idades e especificidades.

Quero dizer, principalmente às mulheres que estão fazendo este curso, que ele é muito importante desde que se perceba que ele não é nenhuma doação. Este curso é uma correção, porque este país tem uma dívida social

muito grande com as mulheres, e essa dívida precisa ser corrigida, dando a quem de direito o que lhe cabe. O governo do Maranhão e o IICA, ao promoverem este curso, estão fazendo uma correção. Então, que participemos e saiamos do curso com uma capacidade crítica elevada, em favor da transformação das desigualdades entre homens e mulheres.

Em eventos como este, a Contag se faz presente e ajusta alianças. Nós acreditamos que quem tem o poder, se quiser, pode transformar. Parabenizamos o IICA por ter a iniciativa de acolher as reivindicações que as mulheres vêm fazendo ao longo dos anos e de respondê-las por intermédio de ações, como a realização de cursos e seminários desta natureza. Por fim, que bom que estamos aqui! Que bom que podemos sair daqui com uma consciência ainda mais crítica em relação às transformações que esse país tanto precisa e em favor dessas transformações! Obrigada!

4. CONTEXTOS, TEORIAS E PERSPECTIVAS DE EQÜIDADE DE GÊNERO

24 de março de 2004 ■

Moderação:

> **Conceição Andrade e
Claudete de Jesus Ribeiro***

*é presidenta da Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (Funac).

As exposições voltaram-se para a contextualização e para o aprofundamento da questão da equidade de gênero no âmbito dos programas de desenvolvimento sob os enfoques de cidadania, de implementação de políticas públicas e da abordagem territorial.

As falas do Dr. Carlos Jara, da Dr^a Ana Isabel Garcia e da Dr^a Melania Portilla trouxeram posições teóricas diferenciadas em relação ao tema central do seminário, o que não só enriqueceu o debate, mas também esclareceu a dimensão e a profundidade que devem assumir as ações para enfrentar, com objetividade, as desigualdades de gênero numa sociedade em que o poder é marcadamente masculino.

Carlos Jara deu especial ênfase à necessidade de integração entre a razão e a sensibilidade como saída para o impasse das desigualdades sociais, econômicas e de gênero.

Em uma perspectiva teórica feminista, a Dr^a Ana Isabel preocupou-se em contextualizar o sentido das políticas públicas nacionais para a equidade de gênero e para a promoção das mulheres face aos compromissos assumidos pelos estados-nações na IV Conferência Mundial sobre a Mulher.

Melania Portilla discutiu a necessidade de se focar as especificidades do território e a cultura como pontos de partida para uma construção dialógica, real e inclusiva de desenvolvimento rural. Segundo ela, as instituições governamentais e não-governamentais também devem contribuir com o processo de coesão do tecido social, posicionando-se como mediadores e interlocutores na capacitação de atores sociais de grande importância nesse processo. Alertou que se faz necessário uma avaliação de como a perspectiva de gênero está sendo trabalhada.

■ GÊNERO, EQÜIDADE E CIDADANIA

> Carlos Julio Jara Martinez

equatoriano, é consultor do IICA no Brasil.

As políticas e programas de *des-envolvimento*, no Brasil, promovem um homem econômico unidimensional, afastado da ética, da estética, da ternura e do cuidado. Com isso, se alimentam as desigualdades de gênero. Criamos um padrão de *necessidades não necessárias* que, de maneira consciente ou inconsciente, levam à desigualdade, à violência e às agressões ambientais. Falta-nos uma espiritualidade capaz de nutrir novos modos éticos de experiência humana. Ao mesmo tempo em que a sociedade se moderniza, em que o capitalismo cresce e se expande, há falta de segurança e de esperança, de paz amorosa e de respeito, na malha do relacionamento social. A forma dominante de consciência da realidade prioriza a dimensão econômica e, por conseguinte, identifica a racionalidade do comportamento humano com a maximização do auto-interesse¹.

Para resolver os problemas sociais que o sistema econômico não consegue resolver precisamos realizar uma transformação radical nos padrões culturais existentes, uma reviravolta nas estruturas de pensamento e de sentimentos. Precisamos aprender a agir com sensibilidade, autoconfiança, solidariedade e com muita coragem para superar os valores e as práticas hegemônicas.

A humanização do desenvolvimento passa pela reconstituição dos relacionamentos e pela distribuição das oportunidades, ou seja, trata-se de um empreendimento de longo prazo. Aprendemos a discriminar; então deve ser possível desaprendermos a discriminar. Valorizamos a competência, a arrogância, o racionalismo, o machismo, o patriarcalismo, o egocentrismo, o etnocentrismo, o individualismo, a acumulação, a prepotência, o conhecimento racional, a explicação objetiva e,



Foto 5: Carlos Jara, consultor do IICA.

1 AMARTYA Sem. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

entre outros, o poder sobre os outros. Esse *des-envolvimento* unilateral das atitudes e dos valores masculinos, das minorias dominantes, tem negligenciado os valores e as atitudes complementares (os femininos) das maiorias dominadas².

Muitos dos problemas de iniquidade de gênero, na sociedade latino-americana e brasileira, decorrem desse estilo de “envolvimento” cultural. O masculino não é o modelo universal do humano. Exclusão social, perda de vínculos de solidariedade, mortalidade infantil, desintegração comunitária, crise de identidade, empobrecimento da classe média, ausência de cidadania, descrédito democrático, corrupção das instituições políticas, aumento da violência, racismo e agressões ambientais representam fenômenos patológicos que marcam, no Brasil, uma lógica insustentável de desenvolvimento. A maioria desses problemas não pode ser resolvida dentro da visão convencional mecanicista de mundo, obcecada com a dominação e o controle, decorrentes de uma cultura liberal e patriarcal³. O desenvolvimento humano e sustentável deve, através da sensibilidade, estimular a transcendência do ser humano. Sem sensibilidade, não é possível resgatar a dimensão ética desse processo.

Se o desenvolvimento humano é um resultado intangível, qualitativo, é lógico que os fatores que o impulsionam pertencem a essa dimensão. O que faz da pobreza um fenômeno perversamente persistente não é, essencialmente, o nível de renda dos pobres, a sua exclusão dos bens, os serviços e as oportunidades. A exclusão é sempre o produto de um determinado tipo de relacionamento. Quando as receitas convencionais não conseguem erradicar relacionamentos excludentes e discriminatórios, é preciso transcender para outras categorias de pensamento e de sentimento. Partir do *ser* para ter capacidade de *fazer* e chegar a *ter*. Falamos do *ter* porque a equidade floresce no conceito de justiça social. Há alguns bens que todos devem *ter*, há necessidades humanas básicas que devem ser satisfeitas. A vida deve ser cuidada e protegida, e a política deve ser direcionada com imparcialidade, transparência e justiça, para tais fins. Somente valorizando o *ser* será possível construir maior equidade no *ter*. Essa perspectiva indica maneiras diferentes de *empoderar* os grupos

2 FRITJOF, Capra. *O Tao da Física*, São Paulo: Cultrix, 1983.

3 Segundo Adrienne Rich: “O patriarcado é o poder dos pais, um sistema familiar, social, ideológico e político em que os homens – pela força e pela pressão direta, ou por intermédio de rituais, da tradição, de leis, da linguagem, dos costumes, da etiqueta, da educação e da divisão de trabalho – determinam qual função a mulher irá ou não desempenhar. É um sistema em que a fêmea está em toda parte, subordinada ao macho”.

excluídos, partindo dos seus ativos, talentos e capacidades, por insignificantes que pareçam. Falar de empoderamento é falar de energias espirituais e de capacidades: as forças que governam a nossa subjetividade. Tais forças dinâmicas não estão sendo consideradas pelos programas de *desenvolvimento* local e territorial.

As desigualdades brasileiras

O Brasil não é um país pobre: é um país injusto e desigual, com muitos pobres e excluídos. Neste sistema de economia mundial, o grito convencional é o de exportar e exportar, para ficar no mesmo lugar. É crescer, crescer, sem mexer com as estruturas, sem aumentar a demanda interna, sem considerar os enormes custos social e ambiental e, principalmente, sem valorizar o papel estratégico da agricultura familiar⁴. Quanto mais concentrada e desigual for a economia, mais fragmentada é a sociedade civil. A perspectiva de uma distribuição de renda justa e de igualdade no acesso a recursos e serviços sociais é um problema de economia política que depende da capacidade de negociação e da força dos movimentos sociais. Estamos falando de processos e de decisões negociados democraticamente. A dinâmica da economia política sempre depende do confronto entre poderes desiguais, das negociações entre interesses e valores culturalmente sedimentados. São as políticas *distributivas* que fortalecem os processos de desenvolvimento sustentável, dando significado ao conceito de equidade. Tais políticas devem possibilitar o acesso aos recursos e as capacidades indispensáveis para o *envolvimento* dos segmentos, que sofrem a brecha de gênero, nos processos de empoderamento. Devem, por conseguinte, desafiar os relacionamentos de poder, tomando consciência das forças e dos mecanismos que oprimem as pessoas e os grupos por motivos de classe, etnia ou sexo. Cinquenta e três milhões de brasileiros, no umbral da miséria, traduzem um patológico estado de sofrimento coletivo, tecendo uma malha de relacionamentos sociais onde predominam depressão, fome, suicídio, criminalidade, ignorância, desesperança, angústia, alcoolismo e uma multiplicidade de distúrbios de comportamento que enfraquecem a força vital da sociedade.

4 IGNACY, Sachs. *Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empregadores de pequeno porte no Brasil*. PNUD/Sebrae, 2002.

A magnitude da pobreza é intensificada pela desigualdade de gênero. Essa desigualdade aumenta nas áreas rurais, afetando, principalmente, as mulheres camponesas, as negras e as indígenas. Os pobres e indigentes são, sobretudo, as crianças, as mulheres, os negros e os índios. As elites dirigentes usam e abusam do Estado para realizar seus projetos de classe, consolidando a estrutura de apatção existente. Os seres discriminados e oprimidos se confrontam, permanentemente, com o desamparo existencial, com a raiva, o desprezo, a indignação e também com a culpa, resultante da experiência da vergonha. A vida do subalterno é contaminada por uma contínua censura e por um rancor a si mesmo, com pouca consciência disso. Temos que sair dessa culposa gaiola cultural, questionando nossos modos habituais de pensar e de sentir, dissipando a ignorância que alimenta o nosso sofrimento, e penetrar no mundo da autoconsciência, mudar a visão do próprio sentido e partir para o político. Neste marco de entendimento, acreditar que a desigualdade de gênero vai se reverter, mediante a ciranda dos mecanismos produtivos, econômicos e comerciais da competitividade, traduz burrice ou má-fé. Podemos e devemos contestar essa reduzida estratégia unidimensional de *envolvimento*.

Perante a pobreza, estamos acostumados a nos mover orientados pelo mapa das carências, das deficiências, da ausência do *ter*. O discurso das autoridades sobre as carências das comunidades afirma e pereniza os estereótipos patriarcais. As palavras se repetem, e as atitudes se encarnam com tal força que as pessoas terminam acreditando que são portadores naturais de carências, tornando-se dependentes⁵, o que gera falta de auto-estima. Talvez a perda do amor próprio seja a maior de todas as pobreza, algo que machuca muito mais que a falta de *ter*, pois a nossa vitalidade está enraizada em nossa integridade⁶. Todo projeto deve levar, na sua essência, uma estratégia de empoderamento capaz de apagar as pulsões sombrias que insultam e oprimem as pessoas. Elas são objetiva e subjetivamente funcionais para a manutenção da desigualdade.

As mulheres nos processos produtivos e as iniquidades de gênero

O aumento da participação das mulheres no processo produtivo não parece caminhar na direção de uma mudança social e política. Os novos processos produtivos impactam sobre a morfologia da sociedade e definem

5 AUGUSTO DE FRANCO, Carta. DLIS, 8, abr., 2002.

6 REMEN, Rachael. *As bênçãos do meu avô*. Sextante, 2001.

novos vínculos assimétricos e novas subalternidades. As estratégias empresariais buscam reduzir os custos de produção mediante o trabalho das mulheres. Persiste a economia da desigualdade, e não muda a posição social da mulher. Os impactos sobre a dinâmica de gênero dependem muito da organização social, do investimento em capacidades, da mediação entre atores e agentes institucionais, do empoderamento. Estamos muito longe de uma mudança no conceito e na cultura do trabalho, incorporando e valorizando as atividades reprodutivas que fazem parte da experiência feminina⁷. Alardeamos as conquistas no mercado de trabalho, mas as mulheres não passaram a influir nas decisões. Quando participam, devem enfrentar os relacionamentos excludentes de uma economia machista. Essa entrada geralmente outorga às mulheres um lugar marginal no mercado de trabalho, legitimando a noção do salário feminino como complementar. As mulheres pobres sempre trabalharam mais intensamente. Muitas mulheres trabalhadoras são essencialmente utilizadas como simples energias básicas. O outro lado do emprego não é a equidade de gênero. E os direitos sociais?

A divisão patriarcal do trabalho por gênero e a crença na inferioridade da mulher não fazem parte da ordem natural. Esses padrões constituem sombras profundamente enraizadas e não esclarecidas na cultura das sociedades patriarcais. Quando os comportamentos excludentes se repetem, de geração em geração, eles naturalizam a segregação. Os pensamentos sempre estão vinculados às emoções. Os hábitos e pensamentos negativos, arquivados na história de vida cultural dos grupos subalternizados, reaparecem incessantemente. Daí a necessidade do empoderamento, trazendo à consciência o que é invisível, mergulhando nas memórias dos grupos subordinados e oprimidos, nas questões mal resolvidas, nos sentimentos de inferioridade. Quando se enfrenta corajosamente a subalternidade, ela perde força, os grupos subalternos ganham confiança em si mesmos, aparecem sentimentos de integridade e auto-estima, surgem dinâmicas interativas. A tomada de consciência semeia autoconfiança, que traduz empoderamento, que também é *espiritualidade-política*⁸. Todos somos filhos de uma cultura, de um sistema de valores que é interpretado

7 GUERRA, Elda. *El trabajo de las mujeres: "modelos interpretativos para comprender el presente e imaginar el futuro"*. In: *Sociología del Trabajo*, n° 3, Nueva Epoca, 1988.

8 "A minha prece, em nome dos povos indígenas, é que vocês tenham oportunidade de conhecer vários caminhos. Que vocês possam, nos seus estudos, nas suas lutas, ter a capacidade espiritual para vencer as dificuldades. Vocês não podem abandonar o espírito de vocês: o espírito é a maior força que o ser humano possui. Se nós não fortalecemos o nosso espírito, seremos fracos. Podemos ter força física, mas o espírito não vai responder na hora que precisarmos dele. Cada dia, cada tarde, que vocês possam aprender e ensinar aos seus irmãos mais novos, aos filhos, a amar a terra. Isso não é poesia, é verdadeiro: a terra de vocês tem que ser sagrada para vocês". Marcos Terena, 2000.

como evidente. Esse *sentipensar evidente*, naturalizado, nega a existência das diferenças raciais e de gênero. Por isso, freqüentemente, é difícil acreditar que não estamos fazendo as coisas certas.

Todo processo de mudança e de transformação é um trabalho íntimo contra os estados mentais negativos, de descoberta dos relacionamentos excludentes, de colheita de sensibilidade, de protesto, de organização das energias políticas, de acesso à informação e à consciência das interdependências. São elementos que disparam os processos de liberação social, ganhando corpo nas práticas sociais e ativando os projetos coletivos. Essas forças internas – que expressam emoções em forma positiva – podem acionar redemoinhos políticos, estimular a mobilização das pessoas em ações cidadãs. Uma energia política, quando movimentada democraticamente, assume traços de responsabilidade cidadã.

A desigualdade de gênero tende a destruir as identidades culturais. Quando as pessoas são discriminadas ou excluídas por um longo período de tempo, por temor às frustrações, elas tendem a se afastar do mercado, se retraem socialmente porque sofrem erosão em sua auto-estima, o que as leva a se perceberem como inferiores perante a sociedade⁹. De que serve a cidadania, então, quando os direitos ficam na formalidade sem cuidar da integridade do ser? Na medida em que tivermos um melhor entendimento dos mecanismos que estruturam a subalternidade de gênero, agiremos com coragem, não por medo aos castigos, à falsa culpa produzida pelas transgressões condicionadas, mas por respeito à dignidade do nosso próprio ser.

É difícil falar das mulheres como uma categoria homogênea, mesmo existindo uma identidade essencial. Na dialética da subordinação de gênero, existe uma diversidade de vínculos sociais que marca e reproduz variadas formas de subalternidade. Cada segmento de mulheres rurais ocupa uma determinada posição mais ou menos subalterna, configurada culturalmente, expressando, em geral, pouco poder. Como se constroem, por exemplo, as relações de dependência e subordinação na vida social das quebradeiras de coco babaçu? As posições são heterogêneas e, cada uma delas, está marcada por uma variedade de discursos encobridores e de relacionamentos entrecruzados. O movimento social, portanto, expressa necessariamente uma força diversa e unificada ao mesmo tempo. A estratégia política está na identificação dos elementos convergentes entre condições e posições, o que permite esclarecer as estratégias específicas de empoderamento, definir as demandas concretas e encaminhar a luta pelos direitos, prin-

⁹ KLIKSBERG, Bernardo. *Nuevas direcciones en el debate mundial sobre la pobreza y el desarrollo social*. Venezuela, 2001.

principalmente os novos direitos, ao mesmo tempo em que é possível aumentar a sinergia no interior do(s) movimento(s).

O que caracteriza as lutas dos movimentos sociais é, precisamente, a heterogeneidade das reivindicações subjetivas e a possibilidade de politizar essa multiplicidade. Os relacionamentos de gênero são construídos de diversos modos, porém as lutas contra a subalternidade precisam ser definidas de forma específica. A subordinação de gênero não pode ser facilmente medida pelos métodos quantitativos tradicionais¹⁰. Podemos quantificar a condição social, mas fica difícil medir a multiplicidade de relações sociais que constroem as diferenças culturais entre os sexos¹¹. Existem poderes invisíveis – como a manipulação e a desinformação – que bloqueiam ou silenciam as demandas das mulheres e as decisões. A falta de equidade e a desigualdade têm fundamentos simbólicos e culturais bem sedimentados. Não é possível entender a desigualdade desvinculada da história e da cultura dos territórios, pois vem de longe, enraizada na escravidão, na abolição tardia, no coronelismo, no elitismo, no paternalismo, no clientelismo, nas atitudes e ideologias autoritárias, no egoísmo individualista. O paternalismo levou à dominação do indivíduo do sexo masculino. Em nome do individualismo, temos quase liquidado o emocional da solidariedade. O autoritarismo bloqueia os processos democráticos, alimenta a corrupção e o abuso de poder.

A articulação entre os conceitos e a inteligência cega

Democracia, equidade, cidadania, solidariedade, justiça, direitos humanos, identidade, participação, solidariedade e desenvolvimento sustentável são conceitos intimamente relacionados. Eles podem ser definidos isoladamente, no estilo liberal, na perspectiva mecanicista. Entretanto, isso não permite organizar um novo pensamento unificado, um novo paradigma que possa influir na visão e na construção de um mundo eticamente humanizado e *biocêntrico*. Podemos continuar desintegrando conceitualmente essas realidades e acabar batendo contra um muro de inteligência cega, que apaga as totalidades e isola os significados daquilo que necessariamente os abraça e envolve¹². Não podemos separar a cidadania da justiça, a cooperação da alteridade, a participação da organização social, os

10 Vide Indicador de Disparidad de Género (IDG) e Indicador de Potenciación de Género (IPG).

11 Quanto mais *cartesianos* nos tornamos, menos veremos os relacionamentos que configuram as desigualdades de gênero e como esses relacionamentos se organizam, se vinculam e se reproduzem numa sociedade determinada.

12 MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

direitos sociais da espiritualidade, como dimensão profunda do ser humano. Todos esses conceitos formam um tecido de interações e de determinações funcionais ao desenvolvimento humano e sustentável, porque, se o caminho for o do sentido da solidariedade, a tendência é abrir espaços de participação; e, se houver abertura à oportunidade de influir nas decisões, é preciso aceitar as pluralidades, possibilitando, assim, processar as diferenças. A cooperação favorece o intercâmbio de experiências e de informações, sendo possível chegar a construir complementaridades, acordos, pactos. É imprescindível que busquemos a confluência das energias políticas dos diferentes grupos subalternos para que elas, cooperativamente, construam uma nova sociedade¹³.

Do ponto de vista político, os relacionamentos assimétricos de gênero resultam de um acordo social perversamente excludente, que não aceita a cidadania para todos, expressando uma manifestação degenerativa da vida democrática. Resulta da reduzida capacidade social dos segmentos excluídos para influir na esfera de tomada de decisões, trocar visões do mundo e experiências e articular interesses, num contexto caracterizado pela concentração excessiva de poder nas mãos das elites. Foram esculpidas posições de privilégio social e político, e, uma vez gravadas, demandaram obediência incondicional, subalternidade. Os direitos e as oportunidades ficaram segregados por algumas variáveis: cor da pele, etnia e sexo. Essa segregação é nutrida pela institucionalidade, pela lei, pelos discursos que mascaram as diferenças de classe e de gênero. O sistema capitalista apropriou-se da democracia e conseguiu o poder para esculpi-la a seu modo, segundo os seus interesses. O que se vende hoje como democracia é, na realidade, um mito configurado pelo liberalismo, sacrificando os princípios éticos de co-responsabilidade e participação, desaprovando o pluralismo, a expressão reflexiva dos atores coletivos, as identidades e os interesses diversos¹⁴.

A democracia ruim e a cidadania ruim

O Estado brasileiro foi predominantemente modelado por decisões da elite. Em virtude disso, a democracia é ruim e a cidadania é ruim. A cidadania é ruim, principalmente, porque a arena política permanece muito fechada, apropriada pelas organizações econômicas, mediada pelo sistema político-

13 Tudo isso democratiza a democracia e melhora a qualidade do tecido social, sendo fundamental para impulsionar processos de desenvolvimento sustentável.

14 Conforme Juan Antonio Blanco, em Marta Hamecker, 2000.

partidário. Não existe discussão aberta e transparente, troca de informações e perspectivas: os pontos de vista alternativos não são escutados. Assim, os destinos dos grupos excluídos – as *sincronicidades* negativas de gênero – são afetados por decisões tomadas em instâncias não representativas, nem plurais. Isso define a negação da finalidade básica da democracia como um processo que estimula a transcendência da sociedade humana para construir sociabilidades serenas, confiantes, criativas, respeitadas e *unidiversas*.

O Estado brasileiro tem se mostrado incapaz de corrigir os efeitos da desigualdade sobre o bem-estar coletivo e o desenvolvimento humano. A forma democrática brasileira configurou o cidadão como receptor passivo de direitos, recebendo de cima para baixo a proteção da lei. Sabemos que as leis e as regras geralmente são surdas e cegas às diferenças individuais e grupais. Onde existem grupos opressores e grupos oprimidos, a formulação das leis e de políticas vai se movimentar a favor dos privilegiados. A consciência dos direitos na vida cotidiana dos grupos subalternos, excluídos e oprimidos, a cada dia sofre a experiência da segregação, que os leva a se autodefinirem como cidadãos de segunda. O velho discurso da igualdade, da fraternidade e da liberdade vai perdendo credibilidade, numa sociedade hierárquica e dividida como a brasileira.

O pensamento político liberal – que domina o discurso da modernização – defende o conceito universal de cidadania, apagando as diferenças sociais e culturais. Supostamente, o *status* de cidadão confere a todos os indivíduos, independentemente das desigualdades, a mesma categoria cívica, política e jurídica perante a esfera pública. Essa cidadania foi ganha no interior da estrutura de poder e ideologia patriarcal. Por isso, tardou tanto em reconhecer a mulher como sujeito de direitos cidadãos, explicando-se a desvalorização das capacidades e qualidades da maioria das mulheres. O contrato social original traduz um contrato machista, sutilmente racista. A igualdade entre homens e mulheres não supõe relacionamentos neutrais, mas um tratamento igualitário, para que sejam aceitos como diferentes. Supõe uma cidadania sustentada no direito a transcender mediante o acesso ao saber, sendo diferente dos outros; no direito a obter respostas e explicações verdadeiras, de sentir-se envolvido, escutado, considerado, respeitado, estimado, dono do seu destino, *empoderado*.

O *empoderamento* expressa um desafio aos relacionamentos de poder sobre o(a)s outro(a)s. É preciso que as mulheres reconheçam a existência de uma ideologia que legitima e reproduz as discriminações. O empoderamento surge da alma das pessoas, desafiando os próprios

sentimentos de inferioridade. A cidadania, neste sentido, deve ser entendida como uma identidade política diferenciada e universal ao mesmo tempo. “Eu sou, nós somos cidadãs e temos direitos a ter direitos, nossos direitos”. “Somos mulheres trabalhadoras”. Isso se conquista¹⁵. Estamos propondo *re-politizar* a vida pública dentro de uma nova institucionalidade capaz de incorporar uma cidadania diferenciada em função do gênero, ou seja, uma esfera pública heterogênea.

A democracia não se reduz à racionalidade que desvaloriza as emoções. Segundo Humberto Maturana, “todo sistema racional tem um fundamento emocional”¹⁶. O emocional político pode ser destrutivo ou construtivo. Uma demanda carregada de emoção pode levar, e leva, a respostas diferenciadas. Impossível negar a emoção. Somente o fortalecimento dos vínculos de solidariedade, a organização dos grupos subalternos, o acesso ao conhecimento e a criação de capacidades podem, de maneira estável, aumentar o nível de sensibilidade política de uma sociedade. Daí a importância da *reflexividade* como prática política e da solidariedade como princípio orientador. O desenvolvimento humano não é o resultado de algo transitivo (“eu te desenvolvo”), mas de algo reflexivo (“eu me desenvolvo”), significando que não é possível construí-lo sem participação¹⁷. É preciso cultivar a paciência e a tolerância para minimizar a hostilidade e a agressão, mas nunca devemos apagar a indignação moral contra a opressão e as injustiças.

O poder político e as opressões

A subordinação e a opressão das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, dos índios é, sobretudo, um problema de poder político¹⁸. “Aquele que degrada ao outro me degrada. E tudo o que se diz ou se faz finalmente

15 MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

16 MATURANA, Humberto. *Emociones y lenguaje en educación política*. Colômbia: TM Editores, 1997.

17 Conforme Jose Maria Tortosa, *El juego global: mal desarrollo y pobreza en el capitalismo mundial*, Icaria & Antrazyt, Barcelona, 2001.

18 Iris Marion Young argumenta: “Concretamente, un grupo está oprimido cuando una o más de las siguientes condiciones es aplicable a la totalidad o a una de sus miembros: 1) los beneficios derivados de su trabajo o energía van a otras personas sin que éstas les recompensen recíprocamente por ello (explotación); 2) están excluidos de la participación en las principales actividades sociales, lo que en nuestra sociedad significa básicamente un lugar de trabajo (marginación); 3) viven y trabajan bajo la autoridad de otras personas (falta de poder); 4) como grupo están estereotipados y, a la vez, su experiencia y situación resulta invisible en el conjunto de la sociedad, por lo que tienen poca oportunidad y poca audiencia para expresar su experiencia y perspectiva sobre los sucesos sociales (imperialismo cultural); 5) los miembros del grupo sufren violencia y hostigamiento al azar merced al miedo o al odio del grupo (...)”.

volta para mim"¹⁹. Falar da perspectiva de gênero nos processos de desenvolvimento é falar do resgate da dimensão ética. Ela exige que o ser humano volte a ser humano; volte a ser uma pessoa com direitos, deveres, responsabilidades, valores, maneiras de amar e de curtir a vida. Chega de pensar *des-envolvimento* restrito ao acesso aos chamados ativos produtivos: terra, trabalho, água, crédito e tecnologia! Temos que aprender a cultivar sentimentos e valores amorosos e *biocêntricos*, superando os bloqueios condicionados pelos monopolizadores do *ter*, do *saber* e do *poder*²⁰. Bloqueios tangíveis e intangíveis: machismo, racismo, xenofobia, neoliberalismo. É preciso introduzir a ética no diálogo democrático. Construir debates com a participação de todos os atores sociais na identificação dos relacionamentos que marcam as desigualdades e na proposição de soluções possíveis. O diálogo ético não elimina o conflito.

É um mito reduzir a experiência política a um permanente esforço de concentração. Toda sociedade expressa uma característica fundamental, uma estrutura social diferenciada se revela formada por diferentes grupos sociais com interesses variados e específicos. Suas demandas, valores, reivindicações e papéis, muitas vezes são contraditórios, fazendo com que a vida social nem sempre seja tranquila. A vida social é mutante, complexa e imprevisível, novos atores sempre aparecem no cenário, e seus interesses, contraditórios ou não, precisam ser processados. As contradições, os conflitos, fazem parte da vida social. Toda transformação gera conflitos que expressam diferentes cargas energéticas, mobilizando forças e resistências, em particular quando se procura mudar as relações de poder. Esses conflitos precisam ser trabalhados e traduzidos em decisões políticas que possam afetar o destino das pessoas de maneira positiva ou negativa. Eis outro significado de empoderamento.

A consolidação de uma sociedade civil articulada, de uma verdadeira rede de organizações sociais, capaz de dar energia e substância à democracia, de um tecido social e empresarial ativo e solidário, ajuda a dinamizar os processos de desenvolvimento. O cerne das políticas de enfrentamento da desigualdade é a capacidade de vincular a heterogênea sociedade civil. A organização reticular da sociedade civil traduz uma estratégia de luta democrática e de cooperação entre os grupos sociais da sociedade fragmentada. Constituem uma nuvem de energias políticas e malhas de *contrapoder*. Desde outra perspectiva, o movimento social deve

19 WHITMAN, Walt. *Hojas de hierba*, Poesia.

20 BOFF, Leonardo. *A água e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ser interpretado como uma *socioterapia* de atores coletivos. Trata-se de uma verdadeira alquimia social, uma *psicodinâmica* emocional de amplitude democrática que busca entrelaçar um tecido partindo de retalhos configurados como interesses diferentes. Expressar significados e sentidos, sonhos e necessidades, traduzidos em demandas; gerar e acumular energias políticas. Nas palavras de Germaine Greer: *“A liberdade é aterradora, mas também cheia de êxtases. Uma luta em que não há alegria é uma luta errada”*.

■ GÊNERO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO PÓS-BEIJING

> Ana Isabel Garcia

é socióloga, diretora executiva da Fundação de Gênero e Sociedade.

O nosso tema é muito amplo e exigirá muita concentração e paciência para que, no pouco tempo que temos, consigamos abordar todos os aspectos envolvidos: do conceitual ao metodológico, entremeados de um pouco de relato histórico. Seguirei um roteiro composto pelos seguintes pontos:

- o processo das conferências mundiais de mulheres;
- o significado da Conferência de Beijing;
- as políticas públicas para a igualdade de direitos e de oportunidades;
- as questões conceituais e metodológicas de gênero;
- o método de *gender mainstreaming*.

O processo das conferências mundiais de mulheres

A realização da IV Conferência Mundial de Mulheres tem, por trás, um longo processo que buscaremos explicar a seguir. No espaço internacional, quando se considera que o tratamento de uma temática deve ser elevado ao *status* de discussão mundial, é porque, para que se promovam mudanças



Foto 6: Ao centro, Ana Isabel Garcia expõe idéias.

nos países, é necessário que haja um consenso mundial sobre ela. A iniciativa pela realização de conferências mundiais é tomada, geralmente, pela Organização das Nações Unidas, como órgão máximo de regulação internacional, do qual participa a maioria dos nossos estados, representados por nossos governos. Diferentemente da questão da mulher, do meio ambiente, da pobreza e dos direitos humanos, outros temas não chegam a alcançar o *status* de uma conferência mundial.

De princípio, devemos dizer também que a elevação da discussão da temática da promoção dos direitos das mulheres, a título de conferência mundial, é resultado de uma luta de dois séculos, impulsionada pela metade da população mundial e, mais especificamente, por um grupo de mulheres que, com muita perspicácia e audácia, vem denunciando o fato de as mulheres não gozarem dos mesmos direitos nem das mesmas oportunidades que os homens. Dessa maneira, é muito importante entendermos que, quando a ONU define ou definiu a realização de uma conferência mundial para tratar os direitos das mulheres, é devido ao tema ter identidade própria, devendo ser tratado mundialmente. Com isso, fica claro, ainda, que as conferências mundiais sobre as mulheres não são reuniões de mulheres ou uma reunião a mais, e sim, reuniões impulsionadas por mulheres para que os governos se conscientizem da temática e tomem decisões de Estado, no sentido de promover equidade de direitos para a metade de sua população.

O ano de 1975 coroou os esforços de elevar, ao patamar mundial, a discussão sobre os direitos das mulheres. Foi por ocasião da I Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México. Depois, seguiram-se as conferências de Copenhague (1980), Nairobi (1985), Beijing (1995), na China, e Beijing + 5, em Nova Iorque.

No México, os estados-membros tomaram a decisão, pela primeira vez, de aceitar e declarar, como dever do Estado, a promoção da igualdade de direitos e as oportunidades entre homens e mulheres. Cinco anos mais tarde, em Copenhague, fez-se uma avaliação do que se havia realizado naquele intervalo. Em Nairobi, dez anos depois da I Conferência, além de uma avaliação, tinha-se um diagnóstico da situação, reconhecendo-se, então, a necessidade de delimitar uma estratégia. Tal decisão tornou-se necessária porque já não bastava a declaração de uma vontade para se alcançar a evolução em todos os campos.

Ao chegarmos em 1995, depois de muita ação estatal e não-governamental, após terem sido definidas estratégias, constatamos que se avançava de maneira desigual entre países, entre regiões, entre setores, e também que faltava aos governos ações concretas. Reconheceu-se, ainda, que, não obstante a abrangência das discriminações de gênero, eram

necessárias políticas específicas, porque não somos todas iguais, sob nenhuma condição: existem discriminações de gênero com relação às mulheres, entre as populações indígenas, entre as populações de diferentes etnias, no meio da pobreza e da não-pobreza. O denominador comum entre as mulheres não anulava as especificidades. Essa é a evolução fundamental do entendimento sobre a questão das mulheres.

O significado da Conferência de Beijing

Inegavelmente a IV Conferência Mundial sobre a Mulher é um marco na evolução das discussões sobre mulher e desenvolvimento. Em Beijing, foram ultrapassados o caráter declaratório e o avaliatório das conferências realizadas anteriormente, e os governos dos estados-membros da ONU assumiram o compromisso político e moral para a ação, definindo as políticas públicas nacionais como campo estratégico para trabalhar a equidade de gênero e a promoção das mulheres. Primeiramente, essa mudança significa a superação do longo período de debates relativos: 1) ao reconhecimento da discriminação histórica das mulheres; 2) à validade ou não da criação de organismos específicos de promoção das mulheres *versus* transversalidade de gênero nas políticas nacionais; 3) à adoção do conceito de gênero; e 4) ao entendimento de ação positiva. Significa também, num segundo momento, a ampliação do papel do Estado que, de acordo com a Plataforma de Ação Mundial, e com o compromisso moral e político assumido pelos governos, passaria a imprimir, à ação pública, um caráter estratégico voltado para alcançar a equidade de gênero, deixando para trás a etapa de ações pontuais, desconectadas entre si, realizadas por setores da administração pública, pela cooperação internacional ou por organizações não-governamentais.

• A Plataforma de Ação Mundial

A Plataforma de Ação Mundial, produto que saiu da IV Conferência Mundial, definiu que a igualdade de gênero e a promoção das mulheres deveriam ser tratadas de maneira simultânea e integral, sem hierarquias, em 12 grandes áreas: do combate à pobreza, da educação, da saúde, da violência, das situações de conflito armado e pacificação, da economia, do trabalho e emprego, do poder e tomada de decisões, dos mecanismos necessários para promover a igualdade de oportunidades, dos direitos humanos, dos meios de comunicação e do meio ambiente. Contemplando uma especificidade das regiões africanas, surge também a indicação de

se trabalhar com uma determinada faixa etária: a infância. Contudo, cabe ressaltar que nenhuma dessas áreas poderia ser considerada mais importante do que outra. Essa definição amplia a complexidade e as necessidades técnicas e políticas com as quais devem se confrontar os estados para implementar políticas públicas para promoção da equidade de gênero.

Para trabalhar de forma articulada essas 12 áreas, os estados precisariam elaborar os planos nacionais de ação, construídos com o conjunto da sociedade, mesmo que a realização de mais de 80% das ações seja de responsabilidade dos governos.

A aplicação da Plataforma de Ação Mundial exige a adoção de medidas voltadas para criar ou fortalecer os mecanismos nacionais para a promoção das mulheres. E esses mecanismos, já anunciados e, em parte, implementados em alguns países, a partir da I Conferência, são os conselhos, as coordenadorias, as secretarias e os ministérios. São eles, por excelência, os espaços governamentais dotados das prerrogativas para discutir e impulsionar as políticas de gênero. Em 1995, porém, os governos assumem a responsabilidade de fortalecer esses mecanismos, garantindo-lhes orçamento e recursos financeiros de forma a fazer com que as políticas definidas para o setor sejam políticas reais, concretas. Assim, os mecanismos de promoção das mulheres não podem ser frágeis, devendo estar no nível mais alto da hierarquia dos governos, como os ministérios e as secretarias estaduais e municipais. Ou seja, para que existam políticas para o setor é necessário que exista um órgão reitor da matéria. Portanto, essa instituição deveria estar dotada de autoridade política e de competência técnica para incidir sobre as demais instituições da administração pública. Isso é muito importante, pois existe a tendência de compreender que as políticas de gênero e de promoção das mulheres é um tema ou um problema das mulheres – ou apenas desse órgão reitor – quando as desigualdades de gênero são, na realidade, um problema de toda a sociedade, de homens e mulheres, do governo. Logo, todas as áreas da administração pública estão envolvidas na questão, até mesmo porque não há desenvolvimento quando existe desigualdade de gênero.

As políticas públicas para a igualdade de direitos e de oportunidades

As políticas públicas se concretizam por meio de planos de ação, e a perspectiva estratégica da ação governamental deve contemplar quatro sentidos:

- do conteúdo, por intermédio de ações voltadas para a mudança nas relações eqüitativas de gênero e não, exclusivamente, na vida das mulheres;
- da cobertura, abrangendo a dimensão nacional e envolvendo o conjunto da população, não somente os setores empobrecidos;
- da ação político-administrativa, assumindo compromissos de governo, executados pelo conjunto das instituições públicas, não limitando-se aos órgãos especializados; e
- do campo da articulação *estado-sociedade*, promovendo a convergência entre distintas forças políticas, organizações da sociedade civil, organismos governamentais, nacionais, internacionais, locais.

As políticas públicas são, em geral, processos de ação estatal, cujos produtos estão destinados a provocar impactos sobre a sociedade. No caso das políticas públicas para equidade de gênero, o produto é a transformação da condição de gênero das pessoas – mulheres e homens – no sentido da igualdade de direitos e de oportunidades. As políticas públicas podem ser formuladas em diversos níveis – nacional, estadual e local – mas, o que se procura, é uma lógica de coordenação dessas políticas públicas de baixo para cima e de cima para baixo, do nacional ao local, observando-se as particularidades do país, da região e do local. E são essas particularidades que determinam as prioridades face àquelas doze áreas que já mencionamos. Por esse motivo, tal perspectiva, em geral, se aproxima da visão territorial.

A política pública, definida no marco de um plano de ação, e a partir de uma perspectiva estratégica, dá visibilidade à vontade dos poderes públicos, do governo, e organiza a atuação institucional, possibilitando que se possa saber se estão sendo postos em prática ou não. São exemplos disso os compromissos morais e políticos de promover a equidade de gênero, assumidos em âmbito internacional. Fora desse marco, é muito difícil avaliar, corrigir e avançar na equidade de gênero.

As questões conceituais e metodológicas de gênero

Faz pouco tempo que os países vêm trabalhando as questões de gênero no espaço do desenvolvimento, pois começaram em meados dos anos 1950. Por sua vez, o conceito de gênero é novo e inovador, tendo sido formulado pelas feministas, de uma forma evolutiva, na qual a observação

das práticas foi apontando as direções a serem definidas nas estratégias para a equidade, seja no âmbito dos governos, da cooperação internacional, das organizações não-governamentais ou das próprias entidades feministas.

De uma maneira ampla, podemos distinguir duas grandes perspectivas de trabalho envolvendo gênero e desenvolvimento até a década de 1990: “Estratégias de Mulheres no Desenvolvimento” e “Estratégias de Gênero e Desenvolvimento”. A primeira perspectiva parte da visão de integrar as mulheres ao desenvolvimento, considerando que *o que as mulheres fazem não contribui para o desenvolvimento*. Nesse enfoque, as ações estão dirigidas às mulheres e às suas necessidades práticas de tempo e de carga de trabalho. A segunda, considera que as mulheres, desde sempre, participaram do desenvolvimento como sujeitos, e *o problema é a falta de reconhecimento da sua contribuição*. Nessa visão, consideram-se homens e mulheres como sujeitos do desenvolvimento, mesmo que existam as discriminações. As ações são, então, dirigidas para a transformação das relações entre homens e mulheres, com base nas necessidades estratégicas destas últimas, que dizem respeito à divisão das responsabilidades pelo trabalho que se faz no espaço doméstico, com os homens, com a sociedade, com o governo. Tal visão representa uma mudança fundamental de objetivo e enfoque porque, por um lado, as ações não estão voltadas para inserir as mulheres na produção nacional, pois elas já estão inseridas e, por outro, partem do reconhecimento de que os homens, como parte dos problemas, são, também, parte das soluções. Assim, as necessidades estratégicas de gênero não são apenas das mulheres.

Contudo, existe uma crítica à visão de gênero e de desenvolvimento fundada na constatação de que, apesar de conceitualmente gênero se referir ao relacional, na prática, as ações continuam dirigidas às mulheres, não havendo um tratamento das dificuldades e das necessidades da condição de gênero dos homens, devendo-se avançar nos campos político e metodológico para superar esse impasse.

• Beijing + 5

No último período, a partir do ano 2000, com as avaliações feitas em Beijing + 5, sobre o avanço dos países nos compromissos assumidos na plataforma de ação, registrou-se que, não obstante os avanços, não se consegue a equidade desejada, inclusive nos países nórdicos, que são os mais avançados. A partir daí alguns setores feministas e os governos começaram a defender a necessidade de se avançar nas estratégias. Uma

das perspectivas para se avançar constitui-se em buscar, na prática cotidiana, o comprometimento dos homens com a igualdade, desenhando-se ações voltadas para eles. Continuar-se-ia a priorizar e enfatizar as mulheres, reconhecendo que estas representam a metade da população mais inferiorizada, porém passar-se-ia a cuidar também da outra metade. Vários estudos têm apontado que os homens estão tendo problemas de orientação quanto a sua identidade de gênero, que vai além da crítica ao machismo. As mulheres mudaram em muitos aspectos nesses últimos anos, porém os homens continuaram com o mesmo modelo de masculinidade. É o que precisa ser trabalhado, embora não se saiba ainda muito bem como. Tal visão também se baseia no fato de que as formas pelas quais os homens se comportam diante da guerra, da violência e do exercício do poder, por exemplo, estariam fora das metas e dos objetivos das mulheres para a sociedade. Ou seja, a igualdade desejada jamais foi referida no perfil masculino, daí haver-se adotado, explicitamente, as expressões “igualdade de direitos” e “igualdade de oportunidades”. Tudo isso levaria à afirmação de que a mudança da identidade e da condição de gênero dos homens é um objetivo estratégico das mulheres, um objetivo estratégico de gênero, um objetivo estratégico da sociedade, do governo, cujo tratamento exige um afinamento político e metodológico para se conseguir a equidade.

Na nossa visão, o trabalho com os homens seria voltado para *desconstruir* um determinado modelo de masculinidade, enquanto, para as mulheres, seria fortalecer os pontos que elas já avançaram. A preocupação mais séria com relação à perspectiva de uma convocatória mais decisiva aos homens, presente na proposta de gênero inclusivo, é o fortalecimento que ela poderia sugerir ao enfoque familiar conservador, antifeminista.

- Democracia de gênero

O enfoque de democracia de gênero é a orientação estratégica mais recente que surge buscando superar a inconsistência do enfoque de gênero, que teoricamente é relacional e integral, mas que, no entanto, na prática, opera apenas *com* e *para* os estratos femininos. Neste sentido, a proposta da democracia de gênero (DG) procura a coerência conceitual e prática do enfoque, partindo do amplo consenso teórico de que gênero não é igual a mulheres e do reconhecimento da necessidade da integração da mulher ao conjunto social, onde cada situação específica ditará a combinação dos instrumentos para a promoção da equidade.

O fundamental a ser entendido é que houve uma evolução do conceito de gênero, que o distingue como uma referência crítica às relações e às condições de homens e mulheres, e que a análise dessas relações produziu uma acentuada mudança de paradigmas no campo das políticas públicas de gênero, envolvendo os projetos de desenvolvimento.

O método de *gender mainstreaming*

Na mesma direção da busca de novas estratégias, surge, no cenário metodológico, o método de *gender mainstreaming*, trazido por mulheres feministas, mesmo que alguns homens comecem a participar. A tradução desse termo apresenta algumas dificuldades, porém o seu significado é introduzir gênero na corrente principal de uma entidade ou processo. O seu objetivo é solucionar, na prática, a inclusão de mulheres e homens nas ações para a equidade e promoção das mulheres. Em alguns casos, confunde-se *gender mainstreaming* com “transversalidade de gênero” ou “gênero inclusivo”. Porém, enquanto a transversalidade convoca a incorporação sistemática de gênero em todos os componentes de uma estrutura, o *gender mainstreaming* busca garantir que o gênero seja incorporado à matriz estrutural da ação, sem que isso signifique, necessariamente, sua incorporação em todos os componentes, no mesmo nível. Por isso, esse método tem uma conotação estratégica, ainda que seja fundamentalmente um método. Com efeito, o que se entende, geralmente, por orientação estratégica ou enfoque estratégico de gênero, inclui a incorporação conceitual, o desenvolvimento operativo, o que implica, ainda, incluir método e ferramentas compatíveis. Por isso, o método está associado ao enfoque estratégico.

Para finalizar, na América Latina e no mundo, estão sendo usados, simultaneamente, vários enfoques estratégicos, combinados com diferentes métodos, ferramentas e instrumentos, de acordo com as condições administrativas, orçamentárias e, ainda, com o nível de avanço de cada país em relação às questões de gênero. Teremos oportunidade de tratar desse aspecto no painel do último dia deste seminário.

■ GÊNERO E ATORES SOCIAIS NO ENFOQUE TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

> **Melania Portilla**

é antropóloga, mestra em Estudos do Desenvolvimento com ênfase em Políticas e Estratégias de Desenvolvimento.

O tema desta apresentação trata algo do qual o Brasil tem grande experiência e muitíssimos subsídios para intercambiar com outros países da América Latina e do Caribe (ALC). Tal experiência relaciona-se com saber identificar e reconhecer as aspirações das populações de diferentes territórios, estimulando-as a produzir uma mobilização social voltada ao desenvolvimento sustentável. Essa mobilização não se dá por estímulos mecânicos. Ela se desencadeia a partir da ativação e da compreensão do plano simbólico que está na base do pensamento subjetivo e coletivo de cada população quanto à sua cosmovisão, sensação de segurança, pertencimento, afetividade, bem-estar e imagem de futuro. Ou, ainda, por uma reação de contestação diante da falta de reconhecimento e da marginalização. Os frutos da mobilização, ativada pela base simbólica, são percebidos na existência de um tecido social territorial, cada vez mais articulado, capaz de promover uma maior autonomia e autodeterminação nos processos de desenvolvimento. E essa autonomia e autodeterminação constituem o princípio da sustentabilidade, pois como diz Jara²¹ *“A ênfase do desenvolvimento sustentável está nas coisas que as pessoas podem fazer, nas realizações que definem o ser das pessoas, e não o ter”*.



Foto 7: Melania Portilla, palestrante internacional.

Fomentar esse tipo de ação coletiva, como *infra-estrutura social do desenvolvimento territorial*, implica em uma série de mudanças de perspectiva, quanto às formas de planejar, mediar e realizar o desenvolvimento rural. Tem que haver mudanças, principalmente na orientação política dos grupos organizados, na organização territorial, na concepção e na ação da assistência técnica, no modo de visão e no papel do Estado.

21 JARA, Carlos Julio (2001). *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. IICA, Brasil.

O sentido integrativo do conceito de território

As *re-configurações* do espaço através do tempo têm se traduzido em distintos processos sociais, econômicos e políticos, gerando territórios muito diversos como comunidades, cidades, estados-nações, regiões. O território é um conceito integrativo e histórico muito antigo, sendo intrinsecamente cultural e social. A perspectiva de território é basicamente a perspectiva da integração. Ela se apresenta, hoje, na América Latina em decorrência da crise de integração social que se expressa na miséria, nos desequilíbrios ambientais, na injustiça social, que ameaça as democracias da região. Partir do território como unidade de planejamento e gestão do desenvolvimento implica tomar como meta o *fortalecimento da cultura para a integração social e territorial*.

Com essa concepção busca-se, fundamentalmente, a integração de espaços, recursos, atores, atividades instituições, mercados e políticas públicas, em favor da união dos territórios rurais no seu interior e nas suas relações com a economia nacional e supranacional. Busca-se a sua revitalização e reestruturação progressiva, além da adoção de novas funções e demandas.

O fato de o território ser um produto social e histórico lhe confere um tecido social único e uma determinada base de recursos naturais, com as quais articula formas particulares de consumo, de produção, de troca, e uma rede de instituições e de formas de organização cultural que favorece a coesão.

As políticas e estratégias de desenvolvimento territorial são, por natureza, diferenciadas, tanto pela heterogeneidade própria dos territórios como pela necessária visão holística, multidimensional e intertemporal que, entrelaçando o social, o político, o econômico e o ambiental, implica o desenvolvimento sustentável. Essa visão exige que os desejos referentes ao presente estejam articulados a um projeto de país.

A gestão do desenvolvimento sustentável busca os seguintes resultados: 1) a construção de estratégias, de planos e de modelos de desenvolvimento sustentável, com base nos contextos territoriais específicos, a partir de processos de planejamento ascendentes; 2) a identificação de desequilíbrios e de desigualdades, e a construção de soluções por meio da cooperação e da divisão de responsabilidades entre instituições, grupos e atores sociais; 3) a valorização dos recursos territoriais, ambientais, econômicos, sociais e culturais; 4) a identificação de complementaridades entre atividades, atores, mercados e recursos, que facilitem a coesão do território e sua articulação com outros territórios nacionais e internacionais; e 5) a cons-

trução de políticas de desenvolvimento territorial sustentável que possam se harmonizar com políticas setoriais e nacionais superiores.

As políticas públicas setoriais de desenvolvimento na América Latina e no Caribe são a marca registrada da lógica centralista. Elas tiveram o papel de paliativo, face às necessidades básicas daqueles grupos, com pouca integração nas dinâmicas mais eficientes da economia agrícola. Também funcionaram, nos anos de 1970, os esforços dirigidos à inserção de ações de promoção das mulheres rurais nas políticas e estratégias de desenvolvimento.

As questões de gênero *versus* política setorial

A partir da declaração da ONU, instituindo a década de 1970 como a década da mulher, iniciou-se, no espaço governamental, a preocupação com o tema. Diversas ações tornaram visíveis as desigualdades, assim como o potencial e a contribuição das mulheres, tanto na esfera produtiva como na reprodutiva. Iniciou-se uma série de fomentos à criação de organizações e redes. As perspectivas de promoção das mulheres e da equidade de gênero chegaram a penetrar na estrutura e nos modelos do Estado.

Para Melania, a Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pela ONU em Beijing (1995), representou um marco histórico na reflexão sobre o tema, exigindo a avaliação e a introdução de uma série de mudanças favoráveis à transição definitiva da perspectiva de *gênero no desenvolvimento* para a de *gênero e desenvolvimento* (GED), mediante o princípio central da equidade de gênero. Nesse processo, exposto aos impactos da globalização, em termos de descentralização e de *desregulação*, e onde surgem desafios mais complexos, a capacidade dos setores governamentais que presidem as ações em favor da promoção da mulher e da equidade de gênero vêm se debilitando. Por outro lado, segundo a expositora, não obstante a maior incursão das mulheres no mercado de trabalho e nas atividades de geração de renda, as velhas assimetrias fundamentais e estruturais entre os sexos, como o acesso ao crédito, à terra, tecnologia e capacitação, se mantém, assim como as desigualdades, nas garantias e nos benefícios laborais.

Deve-se pensar na mudança de uma práxis histórica: passar de uma lógica setorial, paliativa e compensatória da marginalização, a uma lógica integrativa de políticas, recursos, atores e grupos sociais. Não se trata de erradicar a política setorial, e sim de reconsiderar e de reposicionar a sua função dentro de um conjunto de políticas de desenvolvimento.

A coesão entre os distintos atores

Um dos principais propósitos do desenvolvimento rural é o de conseguir fazer coincidir projetos de distintos atores sociais com projetos mais amplos de desenvolvimento territorial. Entendendo por *atores sociais* aquelas coletividades ou sujeitos com interesses, condições e características particulares, capazes de construir uma transformação social para o bem-estar comum de um território. O poder dessa ação é capaz de alcançar autonomia, sustentabilidade e coesão social.

As ações dos atores em um determinado espaço, por um tempo contínuo, geram mudanças no padrão de interação. Somados a isso, os elementos de diversidade e de equidade (i.e., dimensão social), de sustentabilidade (i.e., dimensão ambiental), de competitividade (i.e., dimensão econômica) e de governabilidade (i.e., dimensão político-institucional) se entrelaçam para possibilitar essa mudança.

A constituição equitativa e pluralista de atores sociais em um território implica no desencadeamento de um processo de desenvolvimento de capacidades, pois nem todos os grupos sociais se encontram nas mesmas condições de participação social, nem com o mesmo reconhecimento sobre a sua contribuição.

A ênfase na pluralidade e na diferença leva em conta as relações de poder e de conflito, que condicionam a viabilidade dos planos de desenvolvimento sustentável nos territórios. Esse problema radical de desigualdade, na distribuição de poder, constitui, em si mesmo, um problema cultural. Por isso, a capacidade de atuação equitativa, que compõe um plano territorial de desenvolvimento sustentável, sobre os âmbitos político, econômico e social, implica a construção de uma nova cultura.

Tal cultura abrange todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação dos sentidos do desenvolvimento. Ela não só representa, mas também produz sentido, reelaborando-o a partir de uma capacidade heurística. Sem essa perspectiva de diversidade cultural, inúmeras desigualdades podem ser geradas.

A enorme pluralidade dos atores sociais constitui, em si mesma, uma *matriz social territorial*, onde as relações e assimetrias de gênero e os problemas de equidade são abordados em um processo de transformação política e de gestão de alternativas e de conhecimento.

É fundamental que se realize um desenvolvimento de capacidades congruentes com as especificidades locais; um plano que seja capaz de

atender às necessidades coletivas. Do contrário, conhecimento e informação ficam fragmentados e distribuídos de forma desigual na população, servindo para fins e interesses apenas de alguns pequenos grupos.

O desenvolvimento sustentável equitativo possui espaço em qualquer sistema social e culturalmente aberto, podendo, ou não, ser diferenciado por condições econômicas, de gênero, de idade, de etnia e outras.

A intervenção das instituições pode fortalecer o processo de coesão social. A relação das instituições públicas e privadas com os atores sociais deve criar mecanismos, para uma participação social e democrática capaz de gerar uma melhor qualidade de vida, respeitando as especificidades culturais e territoriais. Existem, no entanto, algumas implicações metodológicas quanto às formas como as instituições, que apóiam o desenvolvimento e a promoção da população rural, devem desempenhar os seus papéis.

Os objetivos e os conteúdos de aprendizagem e de conhecimento devem ser orientados para o desenvolvimento rural sustentável do território e construídos, conjuntamente, com os atores, os grupos sociais e os mediadores do processo.

Ação das instituições governamentais e não-governamentais

As instituições governamentais e não-governamentais devem agir sobre os territórios e a população de maneira a mediar os processos de aquisição de conhecimentos, de capacidades e de ferramentas que facilitem a construção de um desenvolvimento sustentável. Para tanto, devem atuar apenas como *interlocutores dos processos*.

A concepção neoliberal utilitarista de descentralização, como fórmula política para combater a ineficiência e o crescimento do Estado centralista, criou a idéia de transferência de tarefas, implicando uma redistribuição do poder e, portanto, de uma *multiplicação dos núcleos de poder político*. A sua adoção só se justifica quando os objetivos são para uma oferta mais equitativa de serviços públicos e uma melhor distribuição da renda.

Há uma relação entre descentralização e autonomia. Esta última se passa na infra-estrutura social e institucional do âmbito local, na vontade de gerar e de desempenhar capacidades, por parte dos grupos, e de fortalecer os atores sociais. Os governos locais podem ser instituições fundamentais para fomentar esses processos se a vontade e a visão de

desenvolvimento, de sua base política, se orientar para tal fim. Mas, em nenhum momento, a ação dos governos locais pode substituir a ação dos atores locais, na conquista de sua autonomia e bem-estar. Portanto, a distribuição do poder político é uma das condições para o processo de desenvolvimento territorial.

Há três funções básicas que o Estado deveria exercer para o desenvolvimento territorial²², que são a produção de bens públicos, a regulação da economia e a construção da democracia.

Como aspiração maior do desenvolvimento rural, a equidade de gênero é uma meta de transformação social profundamente ética e, portanto, uma tarefa da sociedade em geral.

O avanço para a equidade tem como limite, e principal desafio, a criação de uma nova institucionalidade capaz de ampliar a capacidade inclusiva da sociedade, tanto no aproveitamento dos benefícios como no compromisso com os problemas-chave e tarefas urgentes.

Um desses problemas-chave é a ampliação das políticas de desenvolvimento, para incluir os territórios como objeto, onde a cultura, o gênero e o fortalecimento de atores locais sejam redimensionados como aspectos fundamentais para a coesão do tecido social. Os grupos e os atores sociais devem ser capazes de construir demandas e de mobilizar-se para criar soluções. É necessário, ainda, que se construa uma outra fórmula que incorpore, estruturalmente, o poder e o potencial da sociedade civil.

Na trajetória dessa transformação, o enfoque territorial é centrado no presente, visando o futuro. No presente, é que se construirá a dialógica do desenvolvimento, considerando a cultura e fortalecendo os atores sociais, que deverão ser capazes de propiciar uma institucionalidade aberta e incluyente.

²² ECHEVERRY (2002). *Cohesión social y cohesión territorial para la superación de la pobreza en América Latina*. Versión Borrador. Dirección de Desarrollo Rural Sostenible, IICA.

DEBATES

:: PERGUNTA

José de Ribamar Sales Rocha

presidente das associações comunitárias de São Luís

O Brasil é um país de grande riqueza natural, porém, política e economicamente, somos escravos das grandes potências. Qual seria a solução para esse problema?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Carlos Jara**

Discordo do conceito. Não acho que estamos ficando escravos. Estamos, sim, ficando mais dependentes, vulneráveis, fracos, insustentáveis, desorganizados e desarticulados. Por outro lado, na América Latina, estão fervilhando os movimentos sociais que reclamam uma só coisa: que nós sejamos aceitos como diferentes, para sermos iguais. As dificuldades para sair desse marco de “escravatura” estão relacionadas a diversos aspectos. Trabalhar gênero (homens e mulheres) é também uma forma de sair da dependência. É preciso enfrentar os relacionamentos assimétricos e extremamente complexos a partir da organização do povo, da sociedade civil. Contudo, temos que ter consciência de que essa dependência não aconteceria se não houvesse no interior do Brasil, do Equador, dentro dos países latino-americanos, classes sociais e dirigentes que compartilham desse estado de negatividade, de exploração, de dependência. A liberação começa de dentro para fora.

> **Rócia Silva Oliveira**

representante da ABC

Sinto-me na obrigação de falar sobre a questão. Hoje, não podemos nos deixar levar por uma mídia que não tem interesse na libertação das classes trabalhadoras. Em janeiro, vários jornais brasileiros afirmaram que o presidente Lula estava “metendo os pés pelas mãos”, porque queria reunir os *Amigos da Venezuela*. O que nós vemos, atualmente, é que um grupo de países, na América Latina, tomou para si a questão da Venezuela e está resolvendo a questão, internamente, na região, sem a interferência dos Estados Unidos.

Em relação à guerra do Iraque, o Brasil se colocou de maneira correta, prudente, como liderança, marcando a nossa independência quanto aos Estados Unidos. Funciona no Itamarati, a Secretaria Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica. Além disso, temos uma sistemática de reuniões com a União Européia e com os países latino-americanos, onde nos posicionamos, claramente, sobre o que queremos do Mercado Comum Europeu e da ALCA. Portanto, não somos mais escravos da política internacional, nem o Brasil, nem a Argentina, nem o Chile, nem a Venezuela. A mídia, em geral, tenta ridicularizar essas posições no sentido da independência. Porém, o Brasil tem se posicionado de forma exemplar, inclusive como liderança no Conselho de Segurança da ONU. A Amazônia é nossa, as águas não são internacionais, são *(trans) fronteiriças*, e os povos indígenas são população brasileira.

:: PERGUNTA

Edson Ramos Araújo

integrante do Instituto de Terras do Maranhão (Iterma)

Observamos, nas áreas de assentamento, a ausência das mulheres nas associações comunitárias. Mais de 90% das associações rurais são dirigidas por homens. As mulheres não têm interesse. Conclamamos as mulheres para que assumam os seus lugares na direção dessas organizações.

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Jucenilde Silva dos Anjos**

representante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara – aluna do V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável, PDLS

Quero responder ao colega que me antecedeu. Estamos lutando para ocupar todos os lugares que nos negaram, pois capacidade nós temos para isso. Capacidade, nós a estamos adquirindo por intermédio das lutas.

> **Zulmira de Jesus Santos Mendonça**

integrante do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) – aluna do V Curso de PDLS

Quero parabenizar as mulheres e não deixar de parabenizar também o homem que teve a coragem de dizer que as mulheres não querem presidir associações. Pergunto a esse companheiro, quantas vezes ele votou em uma mulher para ocupar a presidência da associação de uma comunidade rural?

Todo o mundo sabe que este seminário não é para ficarmos nos digladiando, homens e mulheres, pelo poder, inclusive porque, até agora, o mundo foi dominado pelos homens, e o resultado é o desequilíbrio desse processo. Para que se tenha uma sociedade justa, é preciso que homens, mulheres e jovens

estejam à frente. Os jovens são o futuro e se formam no dia-a-dia. Quero dizer ainda que, se estamos tendo a oportunidade deste seminário, não significa que os homens são *bonzinhos*: significa que estamos numa luta que começa dentro das nossas casas, pois o sistema nos imputou a idéia de educarmos os nossos filhos com explícitas diferenças entre o que é ser homem e o que é ser mulher! Nós estamos corrigindo mais esse erro, que é, inclusive, de cunho cultural. Sem perder o equilíbrio da cultura, temos que dizer o que está errado e *onde* e *como* essa questão da cultura prejudica as mulheres. Finalmente, acrescento que quem busca essa oportunidade, quem está nessa luta, não são apenas alguns setores do governo. Para mudar essa realidade, talvez, nesse primeiro momento, não se precise estar na presidência, no governo. Já tivemos uma mulher no governo do Maranhão e, nem por isso, tivemos a oportunidade de estar discutindo em um seminário de gênero. Não basta ser mulher! Não basta ser homem! É preciso mudar! Não haverá mulher realmente no poder, porque os homens não votarão nelas, pois a consciência deles é consciência de macho!

:: PERGUNTA

Pedro Sales Lopez

empreendedor social, funcionário do Incra

Faço parte da comissão que está elaborando o Plano de Reforma Agrária para a região. Nós já trabalhamos a questão de gênero nos assentamentos rurais. Porém, as propostas são enviadas para Brasília e engavetadas. Sentimos que faltam mulheres nos cargos de decisão deste país. O que está sendo feito, pelo Movimento Feminista, para colocar mulheres nos cargos de decisão, de forma que elas possam decidir os seus destinos e, realmente, mudar este país?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Carlos Jara**

Concordo com o que disseram as duas últimas companheiras. Com muito respeito, eu quero responder as questões. As associações comunitárias são organizações antigas, clonadas, dependentes. Foram construídas de cima para baixo e pertencem a um paradigma superado. Elas não empoderam nem a homens, nem a mulheres. Elas criam dependência, são instrumentos para acessar projetos, para confundir a ação do Estado com a sociedade. São patriarcalistas, reproduzem uma cultura de assistência, e tudo isso está acontecendo nos assentamentos. É preciso construir uma forma de organização para promover o empoderamento de mulheres e de homens.

> **Isabel Garcia**

A participação da mulher é, efetivamente, um dos campos a serem trabalhados para se alcançar a equidade de gênero. Tal questão se localiza no âmbito do poder e é um dos três temas

mais difíceis de se fazer avançar, juntamente com a questão dos direitos sexuais e reprodutivos e o combate à violência doméstica, perpetrada por homens contra as mulheres dentro de casa.

Temos alguns mecanismos afirmativos para tratar a participação política das mulheres em distintas esferas do poder, como as cotas. O Brasil é um dos 40 países que estão assumindo essa política. Porém, considerando todos os países do mundo, o Brasil está entre os cinco países com menor nível de participação política das mulheres nas câmaras legislativas municipais, estaduais e federais. Possui, apenas 8% de representação feminina no Congresso Nacional e 6% no poder executivo municipal. O Brasil está na mesma situação que Armênia, Honduras, Nepal e Servia, de modo que se encontra, praticamente, em uma etapa inicial da participação das mulheres nos espaços de decisão. Isso acontece, não porque tenha deixado de legislar, mas porque está havendo deturpações da idéia das cotas. Existe um princípio, que é um consenso mundial, de que, quando um setor da população não atinge pelo menos 30 % dos cargos de representação, ele não incide, efetivamente, nas tomadas de decisão. Por isso, se estabelecem as cotas de 30% ou 20% por ser justo, e para se respeitar esse princípio democrático. Alguns países já ultrapassaram esse nível, no que tange às cotas de gênero, e estão lutando pela paridade.

É preciso ser entendido que as cotas se constituem em uma medida afirmativa que busca mudar, no tempo, a cultura pessoal, a cultura institucional e a cultura política, em favor da equidade. Elas têm o efeito demonstrativo de fazer com que a população – crianças, adultos, idosos – veja que o homem e a mulher podem e têm as mesmas capacidades e os mesmos direitos de opinar e contribuir com o desenvolvimento, não obstante as diferenças. Homens e mulheres têm distintos pontos de vista, determinados pela própria condição de gênero, inclusive no marco das discriminações, que todos reconhecem existir. Por outro lado, há universidades, como a de Haward, que identificaram que certas qualidades femininas, desenvolvidas pela própria condição de gênero, nos fazem melhores gerentes, melhores líderes, como a de sermos mais solidárias e a de termos uma visão panorâmica dos problemas, unindo o público e o privado, e a de realizarmos muitas coisas ao mesmo tempo, qualidades que os homens não têm. Os homens realizam apenas uma única tarefa, e ponto! A

nossa característica de maior emotividade, também construída a partir da nossa condição de gênero, traria para o campo das decisões um tratamento mais humanizado das questões. Tudo é de interesse das grandes corporações. Naturalmente, será necessário que os homens adquiram essas qualidades. Porém, enquanto isso não acontece, continuamos detendo algumas qualidades importantes para exercer aquelas funções. Contudo, como homens e mulheres têm algumas habilidades, alguns pontos de vista e alguns exercícios de poder diferentes, a sociedade, como um todo, se beneficiaria em ter ambos nos cargos de poder. Dessa forma, poderíamos dar visibilidade, principalmente àquelas questões que, milenarmente, não foram postas sobre o tapete. E, não apenas, àquelas referentes às discriminações de gênero, mas em relação a muitos outros temas. O que teríamos a dizer, nós mulheres, sobre a globalização, sobre as estratégias de combate à pobreza, quando são as mulheres as mais efetivas nas estratégias de sobrevivência, nos marcos de pobreza, como todos os estudos vêm comprovando?

Sem dúvida, no Brasil, é preciso continuar lutando para mudar os níveis de participação de homens e de mulheres nas instâncias de poder, principalmente porque existe uma resistência masculina em dividir o poder. No âmbito das organizações do meio rural, esse é um tema difícil, e o começo da solução está na consciência que todos nós devemos ter, principalmente as mulheres, de que temos os mesmos direitos e devemos ter as mesmas oportunidades aos cargos de liderança. Será uma questão de opção se, depois, exercermos, ou não, tais cargos. O direito e a oportunidade devem estar garantidos, pois o importante é que a política seja uma opção, e não uma limitação. Ela não pode ser algo do qual estejamos eliminadas de partida, nem sob o argumento de que não temos educação, formação, ou porque temos muito trabalho e nos faltam oportunidades. Sem dúvida, as mulheres têm mais tarefas do que os homens, uma vez que se dedicam à produção, à comunidade e ao trabalho doméstico. A política, sem dúvida, lhes exige ainda mais horas de trabalho. Por isso mesmo, são necessárias as mudanças e a criação de condições para que as mulheres cheguem aos cargos de liderança.

:: PERGUNTA

Pedro Suarez Lopes

Antes, trabalhávamos com a idéia de microrregião. Ultimamente, o conceito de território vem ganhando força nas discussões, e existe uma tendência de mudança de paradigma do conceito de microrregião para o de território. Isso causou impacto em algumas áreas mais desenvolvidas que ficaram fora dos territórios. O critério estabelecido para participar do território foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim, participariam aquelas áreas mais pobres, mais miseráveis. A concepção de território é um modismo? É uma posição política do governo atual, ou ela veio para ficar?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Melania Portilla**

O enfoque territorial é muito recente e ainda tem muito a caminhar. As agências bilaterais e multilaterais de cooperação têm o propósito institucional de continuar apoiando as políticas territoriais. Os conceitos de microrregião e de território não são, obrigatoriamente, excludentes. Pode haver territórios formados por um único município e territórios formados por vários municípios. Por isso, o território é definido como unidade de gestão e de planificação do desenvolvimento. Tudo depende das capacidades regionais de apoiar um processo como esse e da vontade política do tecido social, das organizações sociais, para levá-lo a cabo.

Quanto à segunda pergunta, dei ênfase ao poder da integração social. Contudo, também existem os conflitos sociais, que sempre existirão, entre os atores sociais. O questionamento é saber quanto somos capazes, apesar dessas diferenças e desses conflitos, de levar um processo que resulte ganhos em termos de desenvolvimento rural sustentável. Esse ganho, basicamente, é o bem-estar para o conjunto da população.

:: PERGUNTA

Socorro

agente ambiental, membro do Fórum das Organizações da Sociedade Civil (Funasc)

A juventude representa, hoje, 20,7% da população brasileira. Como os jovens e as jovens podem se inserir, como atores sociais, nas políticas territoriais?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Melania Portilla

As políticas territoriais partem do pressuposto de que existem grupos que não têm condições de exercer o papel de atores sociais. Porém, fica a questão: será que a juventude não se constitui em um setor suficientemente estratégico para desenvolver políticas públicas? Pensamos que sim e, pelo menos, em três sentidos: (i) no da necessidade de renovação da gerência das parcelas e dos lotes, porque os estabelecimentos de pequeno e médio porte estão sendo gerenciados por pessoas mais velhas, que convivem com mais dificuldade com processos de inovação tecnológica e de reconversão da cadeia produtiva; (ii) no fato de não se articular os jovens de maneira justa, digna, pois representa um fator de *migração da juventude*; (iii) em termos de capital social, pois a inclusão dos jovens é algo fundamental para o desenvolvimento territorial sustentável.

:: PERGUNTA

Zulmira de Jesus Santos Mendonça

Como o conceito de território contribui para transformar a pirâmide dos poderes?

As decisões são tomadas no espaço político e, nesse espaço, como é do nosso conhecimento, as relações são muito desiguais. Hoje acontece a mesma coisa com relação à política territorial?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Melania Portilla**

A pirâmide é um símbolo que não ajuda a ver a transição. Socialmente, se ela reflete o que está acontecendo em muitos dos nossos países, não reflete, porém, o cenário que se deseja no desenvolvimento sustentável. Tampouco a sua inversão é um resultado desejável. O território seria um lugar privilegiado do planejamento e da execução do desenvolvimento, a partir de uma lógica ascendente que o articula com os outros níveis – municipal, estadual, regional, federal e internacional –, o que lhe diferencia do desenvolvimento local. A grande complicação da perspectiva de desenvolvimento local foi essa desarticulação. O desenvolvimento local tem trazido muitos ganhos, mas, infelizmente, tem perdido força nas outras esferas. Os limites a que estão expostos os atores locais, em relação às legislações nacionais, torna o desenvolvimento local, muitas vezes, insustentável. Não podemos deixar o território desarticulado dos sistemas nacionais.

:: PERGUNTA

Pedro Suarez Lopes

**Como seria feita a assistência técnica no âmbito dos territórios?
Ela será feita pelo Estado ou será terceirizada?**

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Melania Portilla**

Nas experiências que conheço, tem havido muita terceirização. No Equador, por exemplo, foi terrível! Pode haver um certo nível de terceirização. Contudo, o Estado tem que estar presente. O Estado não pode substituir as suas obrigações pelos atores sociais. Existe a necessidade de regulação da terceirização, por parte do Estado, e também de investimentos. Existe a necessidade de se avaliar o que se vai fazer e como se vai fazer. Na ausência do Estado, não será possível beneficiar as camadas mais desprotegidas e, sem os atores sociais, não há sustentabilidade.

:: PERGUNTA

Jucenilde Silva dos Anjos

De que maneira o Estado apóia os territórios como espaço de democracia se não podemos participar das decisões das prefeituras e das políticas públicas?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Melania Portilla**

É certo que isso não acontece hoje. O enfoque territorial, porém, é um marco orientador que pode ajudar a repensar qual seria a forma de relação entre o Estado e a sociedade civil e, a partir daí, que mecanismos seriam necessários para melhorar essa participação. Os atores sociais são contestatórios diante do Estado. O Estado deve colocar-se, então, como sócio, e não como oposição aos atores sociais. Não poderemos voltar aos modelos anteriores. Fora desse avanço, o Estado pode até ser legal, mas não se legitima.

5. EXPERIÊNCIAS DE INCORPORAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA E EUROPA

24 e 25 de março de 2004

> Moderação:
Carlos Miranda

Nuria Costa defende a inclusão da perspectiva de gênero nas agendas de desenvolvimento e de políticas públicas e alerta para as dificuldades que podem surgir caso a questão seja tratada de maneira superficial e secundária. Relata ainda a bem-sucedida experiência “Mujeres en el Desarrollo Rural” (MDR) que contribuiu com o quadro de inclusão, organização, empoderamento e melhoria da qualidade de vida das mulheres rurais mexicanas.

Maria Del Pilar contribui com a discussão sobre o desenvolvimento sustentável a partir de uma abordagem territorial com enfoque de gênero, articulando a sociedade civil e o governo. Analisa a experiência Argentina do Programa de Desenvolvimento Local (Prodel) e destaca as melhorias nas condições de vida das mulheres rurais e os impactos positivos sobre a atividade têxtil. Salieta ainda que as questões de gênero devem ser trabalhadas nos âmbitos privado e público para que, efetivamente, as ações de desenvolvimento venham a minimizar as desigualdades entre os sexos. Por fim, Pilar defende a economia solidária como opção para substituir o atual modelo e atingir o desenvolvimento desejado.

Dolores Merino valoriza a existência de uma organização em massa voltada para mulheres rurais como instrumento para o empoderamento econômico e social das mulheres no setor rural. Descreve a experiência espanhola da *Federación de Mujeres y Familias del Ámbito Rural* (Amfar) e chama a atenção para a importância de um trabalho organizativo, estruturado a partir de objetivos e metas claramente definidos, e dotado de área técnica capaz de acessar e repassar informações para as bases, bem como assessorar projetos produtivos.

■ INCORPORAÇÃO DO GÊNERO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: A EXPERIÊNCIA MEXICANA

> Nuria Costa Leonardo

é mexicana. Mestra em desenvolvimento rural, presidenta da *Red Nacional de Mujeres Rurales A.C.* México e consultora principal da Food and Agriculture Organization (FAO).

A “*feminização da agricultura*” é um fenômeno recorrente em todo o mundo, inclusive no México, devido ao crescimento da participação das mulheres na agropecuária e à correspondente diminuição dos homens. É provocada, sobretudo, pela migração. Nesse contexto, observa-se, no México, o crescimento das mulheres como chefas de família, o aumento da *feminização* da propriedade social da terra e o aumento da pobreza. Em razão desse quadro, faz-se ainda mais necessário reconhecer e promover as capacidades das mulheres rurais nas estratégias de desenvolvimento agrícola e de segurança alimentar.

A inclusão da perspectiva de gênero nas estratégias de desenvolvimento rural deve vir acompanhada por uma forte sensibilização, da sociedade em geral, para a importância, condição e posição das mulheres na produção agropecuária, na segurança alimentar, na reprodução da economia campesina e na transformação na qualidade de vida do meio rural.

O contexto rural mexicano

O processo de urbanização é um processo de desigualdades que contribui com aumentos progressivos da população urbana. Se nessa



Foto 8: Nuria Costa Leonardo, mestra em Desenvolvimento Rural.

dinâmica, por um lado, a população rural perde importância relativa; por outro, continua apresentando taxas de natalidade mais elevadas do que as zonas urbanas. As áreas rurais contam, ainda, com a população indígena do México, a maior do continente americano. Dos 23,3 milhões de habitantes que compunham a população rural, em 1990, 49,8% eram mulheres e, desse percentual, de 10% a 12% estavam

incorporadas ao mercado de trabalho do primeiro setor, realizando atividades produtivas remuneradas.

No ano de 2000, na proposta de *Desarrollo Rural y Agroalimentario/ 2001-2006*, se assinalou que 60% das unidades rurais de produção eram menores que 5 (cinco) hectares e que a maioria tinha superfícies agrícolas menores do que 2 (dois) hectares, produzindo, sobretudo, cítricos, localizados, a maior parte, na região Nordeste; e café e cana-de-açúcar, localizados na região Central e na região Sul. Algumas regiões no México, como a região Nordeste, geravam uma produtividade agrícola muito maior do que outras.

A pobreza moderada, aquela na qual a família é capaz de adquirir os alimentos necessários para evitar a desnutrição, mas lhe faltam outras necessidades como educação, saúde, cultura, transporte e outros, afetou, em 1992, cerca de 29,2% da população rural. Já a pobreza extrema é um fenômeno basicamente rural e encontra-se concentrada, principalmente, nas regiões Central (Guanajuato, Hidalgo, Morelos, Puebla, Querétaro, Tlaxcala) e Sul (Chiapas, Oaxaca y Guerrero).

O alto percentual de pobreza extrema no meio rural é decorrente da situação dos pequenos produtores e minifundiários. Nota-se, também, uma distribuição geográfica desse tipo de pobreza, coincidindo com a distribuição étnica. Os estados com maior percentual de população marginalizada são, ainda, os que tinham maior proporção de população indígena. Em nove dos estados com os maiores índices de marginalização, os indígenas constituíam 25% da população total e 32% da população rural²³.

Os trabalhadores imigrantes, em sua maioria indígenas, mulheres e crianças, constituem outro segmento da população rural em pobreza extrema, caracterizando-se por não possuírem estabilidade no emprego, pouca ou nenhuma terra e uma alta taxa de analfabetismo.

Em razão desse quadro, faz-se necessário promover um desenvolvimento rural integral que possa ser entendido como uma junção de esforços, políticas e programas da sociedade civil e dos três níveis de governo na proposta por uma melhor qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento e a dignidade humana. O objetivo imediato é uma maior equidade na distribuição do ingresso, uma menor desigualdade inter-regional e intersetorial e o acesso aos serviços básicos e bens públicos.

²³ Os nove estados com maiores níveis de etnicidade são: San Luis Potosí, Querétaro, Hidalgo, Puebla, Chiapas, Yucatán, Guerrero, Oaxaca y Quintana Roo.

As bases para estratégias de desenvolvimento rural

Para desempenhar estratégias de desenvolvimento rural é necessário: considerar a família, unidade básica, para o desenvolvimento rural integral; criar alternativas para o aumento da renda familiar, proporcionando a sua inclusão na economia geral do país e melhorando a qualidade de vida no meio rural; valer-se de políticas públicas específicas para jovens e mulheres, considerando suas problemáticas e posições diante da família, comunidade e sociedade em geral; gerar e reforçar alternativas produtivas para o setor, partindo de uma perspectiva de competitividade, equidade e sustentabilidade, e aproveitar, de forma inovadora, os recursos locais; estimular a articulação *inter* e *intrainstitucional* em uma soma de esforços e de recursos para uma maior eficiência e atenção ao setor rural; impulsionar uma política capaz de considerar as potencialidades regionais e os problemas particulares; incentivar a participação conjunta e ativa da sociedade civil, de organizações governamentais e não-governamentais e de centros acadêmicos e de pesquisa; estimular a tomada de decisões dos indivíduos, transformando-os em atores sociais organizados, representados democraticamente e presentes na instância da decisão política; e utilizar os conhecimentos existentes: técnico, organizativo, comercial, gerencial e financeiro.

As mulheres no desenvolvimento rural

A partir do enfoque na instituição, buscaremos descrever e analisar a estratégia chamada *Mulheres no Desenvolvimento Rural (MDR)*, com destaque para os programas que a integram (Grupos Organizados de Mulheres no Desenvolvimento Rural e Fundo de Microfinanciamento para Mulheres Rurais (Fommur)) e para os resultados, observados em um estudo de caso, decorrentes de sua aplicação no Estado de Puebla durante o período 1996 a 2000.

O MDR teve início como uma estratégia transversal, dando suporte às ações da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural, ligada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seagro), em 1996. Tinha por objetivo incorporar e valorizar as mulheres rurais por intermédio de uma política pública com perspectiva de gênero, facilitando o acesso dessas mulheres a todos os programas da subsecretaria. Foi concebido, em primeira instância, como uma política transversal, dentro das políticas de desenvolvimento rural, e com a finalidade de integrar e impulsionar as

estratégias e as linhas de ação contempladas pela Subsecretaria de Desenvolvimento Rural numa política para a inserção de uma ampla gama de mulheres do setor (artesãs, indígenas, jovens, mães de família e outros) e no planejamento e acompanhamento das políticas de desenvolvimento rural, contando com apoios derivados de diversos programas da Secretaria de Agricultura, por meio de uma estratégia denominada “Aliança para o Campo”.

Quanto aos objetivos, o MDR se propôs a:

- 1) promover a sensibilização e a formação de recursos humanos, em particular dos técnicos, prestadores de serviços profissionais, para a apropriação de uma metodologia de trabalho capaz de atender à problemática das mulheres quanto ao desenvolvimento produtivo;
- 2) informar as mulheres sobre os programas derivados da “Aliança para o Campo”;
- 3) estabelecer os mecanismos *inter e intrainstitucional* necessários para somar esforços e recursos, no apoio a projetos produtivos e no desenvolvimento social em benefício das mulheres no setor;
- 4) promover e estabelecer mecanismos de participação e de coordenação com ONGs, centros de estudos superiores e outras instituições para o fortalecimento das ações de apoio às mulheres rurais;
- 5) impulsionar um trabalho de investigação e de sistematização que permita a elaboração de uma estatística capaz de quantificar a participação econômico-produtiva das mulheres rurais; a evolução do impacto das ações e apoios outorgados às mesmas; a elaboração de propostas de política pública com perspectiva de gênero; e o fomento de ações coerentes à problemática, à condição e ao potencial das mulheres rurais.

O primeiro passo, no desenho da estratégia do MDR, foi formar uma rede constituída por um representante de cada órgão do Ministério da Agricultura (32), nomeados como “Responsável Estatal de Mulheres no Desenvolvimento Rural”. Paralelamente, impôs-se que os governos estaduais, responsáveis pela execução dos recursos destinados à descentralização federal, indicassem, também, uma pessoa para o MDR. Essas pessoas exerciam as funções de instrutores, articuladores, difusores, assessores, mediadores, investigadores, implementadores, informantes e avaliadores de ações. Os dois tipos de responsáveis do MDR passaram a integrar as comissões de desenvolvimento rural, analisando propostas, identificando microrregiões, linhas de ações e apoios dados às mulheres, garantindo os recursos. Essa

iniciativa resultou no aumento constante do número de mulheres beneficiadas pelos diferentes tipos de apoio oferecidos pela *Aliança para o Campo*, o que propiciou a criação dos dois programas direcionados a atender as especificidades das mulheres rurais: o “*Programa para Grupos Organizados de Mulheres no Desenvolvimento Rural*” (PGOMDR) e o “*Fundo de Microfinanciamento para Mulheres Rurais*” (Fommur).

Iniciado em 1999, o PGOMDR realizou um trabalho dentro de uma perspectiva de gênero, visando promover o processo de empoderamento das mulheres rurais, promovendo a sua organização em níveis microrregionais e apoiando o desenvolvimento de microempresas capazes de gerar ingressos e de melhorar o processo de capacitação, assistência técnica e organização para a produção e a comercialização.

Em relação às estratégias adotadas, o programa buscou (i) diversificar as atividades econômicas e a integração das cadeias produtivas; (ii) fortalecer a participação e a retroalimentação nos níveis locais e microrregionais; (iii) desenvolver sistemas de recuperação e de reinvenção produtiva; (iv) promover estratégias de segurança alimentar; (v) melhorar as tecnologias ligadas às atividades produtivas; (vi) integrar as mulheres rurais nos espaços de tomadas de decisões comunitárias, municipais, regionais e estaduais; (vii) desenvolver o capital humano e social; (viii) criar sistemas de monitoramento e avaliação; e (ix) difundir e consolidar experiências exitosas.

O PGOMDR integrou três componentes básicos de apoio: o financiamento de projetos produtivos diversificados; a criação de redes microrregionais integradas pelos grupos financiados; e a reprodução e a demonstração de módulos integrais da produção em *traspatio* (quintais).

Para a aplicação da estratégia, considerou-se necessário: (a) identificar grupos de mulheres nas linhas limites das áreas indicadas como prioritárias; (b) manter a formação metodológica e operativa da rede; (c) ampliar a equipe atraindo especialistas; (d) promover a integração e o funcionamento de redes microrregionais; (e) introduzir inovações tecnológicas; (f) promover mecanismos de sustentabilidade dos projetos; e (g) elaborar uma metodologia participativa de avaliação.

Quanto ao financiamento, o programa contemplou, como público-alvo, os grupos de mulheres das regiões e dos municípios rurais identificados como prioritários e de atenção imediata, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de População (Conapo). A escolha dos projetos foi feita a partir de 5 (cinco) critérios previamente definidos, não havendo exclusão de grupos que trabalhavam com produtos fora da

agropecuária tradicional. Eram considerados prioritários aqueles projetos que gerassem bem-estar social; rentabilidade social e rentabilidade econômica.

As redes se integram, consideram a área geográfica comum aos grupos e permitem a participação de 7 a 30 grupos. As redes microrregionais eram formadas por dois representantes de cada grupo e constituíram um componente central do *PGOMDR*, cujo objetivo maior era o de gerar encontros entre as mulheres dos grupos organizados, propiciando o fortalecimento da mulher e as trocas de experiências. A partir daí, avaliava-se o desenvolvimento dos projetos, detectavam-se os problemas, propunham-se soluções, identificavam-se necessidades de capacitação, analisavam-se objetivos e formas de associação cooperativa e estimulava-se a participação das mulheres na avaliação dos impactos econômicos e sociais dos apoios recebidos. O funcionamento das redes era subsidiado no primeiro ano, e sua continuidade dependia dos esforços dos grupos. Para isso, criou-se um fundo da própria rede. As(os) consultoras(es) da rede eram avaliados pela própria assembléia da rede a que estavam vinculadas(os).

Foi contemplado o apoio a modelos demonstrativos de um *traspatio* integral, adequado às condições regionais e aos modelos reprodutivos. Tais apoios se deram a partir da participação de grupos, indivíduos, ONGs, centros de pesquisa, escolas técnicas e outros, sempre centrados no fomento de uma política de suficiência e de qualidade alimentar familiar. Mulheres e famílias foram capacitadas para reproduzir o modelo demonstrativo.

O Fommur é uma estratégia complementar ao *PGOMDR*. Em dois anos destinou cerca de US\$5,7 milhões para a promoção de uma alternativa de serviços financeiros dirigidos às mulheres rurais, proporcionando-lhes *microcréditos* e oportunidades de desenvolvimento de seus projetos. Os objetivos do Fommur eram estabelecer um programa de poupança e de empréstimos e proporcionar *microcréditos* acessíveis e adequados às condições das mulheres rurais para projetos produtivos, recuperáveis em prazos curto e médio.

A estratégia do MDR permitiu resultados como maior visibilidade e valorização das mulheres, agentes de suma importância no processo de desenvolvimento rural; inclusão de uma perspectiva de transversalidade, envolvendo todos os programas da subsecretaria; criação do *PGOMDR* e do *Fommur*; desenvolvimento de 195 redes microrregionais com mais de 55.000 mulheres rurais trabalhando e mais de 4.500 empresas formadas; e aumento da participação das mulheres nacionalmente.

No Encontro Nacional de MDR (2000), as mulheres rurais apontaram, como resultados do programa, a maior integração familiar, a melhor alimentação, a diversificação da produção, o maior cuidado com o meio ambiente, a maior capacidade de negociação dos produtos, a geração de trabalho na própria comunidade, a promoção da força interior, a solidariedade e a integração entre o grupo e o reconhecimento e a autoconfiança adquirida.

Quanto à participação na rede microrregional, as mulheres ressaltaram a melhoria na organização, o apoio governamental, a liberação de alguns tabus, a capacitação em temas específicos, o desenvolvimento pessoal e o ganho de auto-estima, inclusive o reconhecimento como líderes em suas comunidades.

O fortalecimento da organização das mulheres garantiu-lhes maiores e melhores informações além da ampliação das possibilidades de participação em eventos, dentro e fora da comunidade, para discutir as questões que lhes são inerentes.

A nova administração do ano 2001 considerou favorável o trabalho do MDR e organizou os projetos específicos em 3 (três) programas: Papel (Programa de Apoio ao Investimento Rural); Prodesca (Programa para o Desenvolvimento de Capacidades); e o Profemor (Programa de Fortalecimento Empresarial e Organização Rural). Esses três programas específicos estariam cruzados por três estratégias: a) fortalecimento municipal; b) cadeias produtivas; e c) grupos prioritários.

Apesar da luta em todos os países, e dessa experiência que julgo muito importante, a incorporação da perspectiva de gênero nas agendas de desenvolvimento e políticas públicas ainda não é um fato concreto. A falta de consciência e de sensibilidade em relação à necessidade de fortalecer uma política com perspectiva de gênero representa um retrocesso nessa luta.

A nova Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável do México, aprovada em 2001, comunica que *“se considera de interés público el desarrollo rural sustentable que incluye la planeación y organización de la producción agropecuaria, su industrialización y comercialización, y de los demás bienes y servicios, y todas aquellas acciones tendientes a la elevación de la calidad de vida de la población rural, según lo previsto en el artículo 26 de la Constitución (...)”*. Apesar de em alguns trechos haver referência à perspectiva de gênero, o assunto apresenta-se de forma escassa e pouco aprofundado, o que significa uma involução no processo de promover a equidade de gênero.

■ CAPITAL SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA EXPERIÊNCIA ARGENTINA

> Maria Del Pilar Foti Laxalde

é argentina. Socióloga, especialista em formulação e gestão de políticas, programas e projetos de desenvolvimento sócio-produtivo com perspectiva de gênero.

A partir da experiência realizada entre os anos de 2000 e 2001 pelo Programa de Desarrollo Local (Prodel), programa implementado pelo Conselho da Família e Desenvolvimento Humano no município de Benito Juárez, província de Buenos Aires, tenta-se interpretar e extrair algumas conclusões para impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável (DTS), considerando uma perspectiva de gênero. Essa experiência teve como objetivo maior o de contribuir para o desenvolvimento territorial, trabalhando conjuntamente com o município, o Prodel e as organizações da sociedade representadas no Centro Ideb Benito Juárez.

Em um primeiro momento, tentou-se criar e valorizar aqueles trabalhos que formam parte das relações de produção solidárias como as cooperativas. Em seguida, objetivou-se a promoção do capital social para a formação de uma economia que favorece uma maior competitividade nos mercados, um feito que se deu mediante a criação da Federação de Cooperativas de Trabalho Têxteis do Sudeste (Fecosud), que tem o intuito de formar cooperativas do município integradas exclusivamente por mulheres. O capital social promove, também, a vinculação da sociedade com o governo local e a gestão associada do território.

O conceito de capital social adotado é aquele que o visualiza como constituído por grupos e organizações de segundo grau (organização de organizações), de homens e de mulheres que interagem com diferentes graus de equidade.



Foto 9: A socióloga Maria Del Pilar Foti Laxalde.

Dessa maneira, nos propusemos a contribuir com: 1) a modificação daquelas relações que se estabelecem entre mulheres, e destas com os homens, que possam estar dificultando o gerenciamento, com autonomia, de sua própria empresa social, para então cumprir com os objetivos da federação de Cooperativas; 2) a ampliação do

capital social de gênero, objetivando formar uma rede mais ou menos duradoura de grupos e organizações de mulheres e homens, que não sejam parte da federação, mas que possam se articular com ela, para encarar diferentes atividades econômicas, políticas, sociais e culturais, tendo como foco o território, e também se vincular com o governo local com o intuito de propiciar uma gestão associada do desenvolvimento territorial.

A experiência local pode servir para alimentar os sistemas de informação regional e nacional e as condutas dos políticos, bem como, interativamente, fortalecer as políticas territoriais. Neste sentido, para conseguir modificações sustentáveis, em matéria de equidade de gênero, é preciso que esta se converta em uma política de Estado.

“O Estado e a sociedade civil local precisam assumir que o desenvolvimento sustentável é uma questão de todos, que se aborda desde as dimensões políticas, sociais e culturais, e que a dimensão econômica é esse conjunto de instrumentos que permite operacionalizar os acordos nas dimensões mencionadas.” (Caracciolo Basco, 2000.)

Assim, desenvolvimento territorial é essa nova forma de análise local e microrregional, produto da complexidade e da integração dos processos rurais e urbanos. O desenvolvimento territorial sustentável deve ser equilibrado, equitativo, e se dar neste território *rur-urbano*, cuja meta deve ser o desenvolvimento humano.

Berdegú e Schejtman (2003) concebem:

*“(...) o território não como um espaço físico ‘objetivamente existente’, e sim como uma **construção social**, quer dizer, como um conjunto de relações sociais que dão origem e por vez expressam uma identidade e um sentido compartilhado por múltiplos agentes públicos e privados (ainda que a construção implique muitas vezes transitar por processos de conflito e negociação)”.*

Como lembra, Miranda e Matos (2002), o planejamento para o desenvolvimento sustentável, na localidade, é um processo participativo de caráter técnico e político.

O conceito de desenvolvimento é entendido, aqui, como um processo de crescimento econômico com equidade social (na distribuição de recursos e benefícios), melhorando a condição de vida da maioria da população em um território determinado. Deve desenvolver uma ou mais atividades articuladas (cadeias econômicas de agregação de valor) para dentro e para fora do território (integração horizontal e vertical), compondo o que se chama “perfil econômico” do território ou da localidade.

Para completar a dimensão econômica de análise do DTS, é necessário focalizar as inter-relações existentes entre os subsistemas em que consiste a economia: o subsistema público, o subsistema empresarial e o subsistema da economia social ou solidária (esta última, com a presença de unidades com um alto grau de informalidade), que estão inter-relacionados.

Quando essas 'cadeias econômicas horizontais e verticais de agregação de valor' se formam como eixos do desenvolvimento local ou territorial, constituem uma *multissetorialidade* do desenvolvimento, integração territorial entre o rural e o urbano e vantagens competitivas.

No desenvolvimento territorial ou local, as ações devem ser encaradas de forma conjunta e chegar a um acordo por meio de formas flexíveis de organização entre os diferentes atores públicos e privados. Essa nova institucionalidade pode reorientar os comportamentos dos atores para a cooperação e a inovação, no âmbito territorial, e fortalecer a competitividade para encarar um processo de DTS.

Para se compreender a importância estratégica do DTS é necessário explicitar, previamente, alguns conceitos-chave. Pierre Bourdieu (1980) entende a sociedade como sendo integrada por diversas formas de 'capital', como conjuntos de 'relações sociais' que se expressam em determinadas 'práticas', que instrumentam certos 'recursos' e que produzem distintos tipos de 'benefícios' para determinados atores e setores sociais: o *capital econômico* (relações sociais de produção e circulação de bens e serviços econômicos), o *capital cultural* (relações sociais de produção e circulação de conhecimentos e bens culturais), o *capital político* (relações sociais de produção e circulação de poder), e o *capital social* (relações sociais de produção e circulação de 'articulações ou conexões' entre organizações).

O *capital social* é uma dimensão da sociedade constituída por relações ou conexões entre duas ou mais organizações primárias e um agrupamento ou 'rede' de organizações que se articulam com diferentes graus de intensidade e que está na base ou 'atravessa' todos os demais tipos de 'capital'. Ele pode ser classificado em função dos objetivos principais das organizações primárias que o constituem em *capital social econômico*, *capital social cultural* e *capital social político*.

O *capital social econômico* pode ser de dois tipos, de acordo com a relação social de trabalho: economia empresarial, relação de trabalho assalariada, e economia social ou solidária, trabalho não assalariado, igualitário e solidário. No interior da economia social ou solidária, funcionam três tipos de organizações econômicas: 1) de autoprodução; 2) de subsistência; e 3) capitalizada. A primeira tem por objetivo a produção

de bens e serviços *autoconsumidos* para ‘assegurar a vida’: tarefas normalmente de responsabilidade feminina, tais como lavar, passar, educar. A segunda relaciona-se com a produção e/ou comercialização no mercado de bens e serviços para ‘assegurar a vida’, empregando tanto o trabalho familiar quanto o associativo, como as pequenas propriedades e microempresas rurais. O terceiro tipo diferencia-se do segundo por produzir e/ou comercializar bens e serviços com o objetivo de “melhorar a vida”, como no caso dos grandes proprietários rurais.

O desafio é transformar a *economia solidária* em uma alternativa de troca do atual modelo sócio-econômico, que gera desigualdade e exclusão. A promoção do *capital social* da *economia social ou solidária* busca construir relações sociais mais sustentáveis e igualitárias no que diz respeito à geração de trabalho e de oportunidades para um crescimento econômico com equidade.

Para captar a diversidade e dinâmica da ‘trama social’, que se apresenta em nossos dias, foi introduzida a noção de um estágio de *capital social simples*, que consiste em ‘agregados’ informais (relações de parentesco, vizinhança geográfica ou laços étnicos), que se articulam para manejar riscos, desenvolver estratégias de auto-ajuda e enfrentar dificuldades de subsistência em âmbito menor, ‘micro’ (vizinhança, o bairro e outros); para estágios mais complexos de *capital social ampliado*, nos quais os grupos vão estabelecendo ‘vínculos’ ou ‘conexões’ mais formais com outros grupos ou organizações, constituindo associações, redes ou federações que se desenvolvem em âmbitos mais ‘macro’ (municipal, provincial, nacional e, inclusive, internacional), ao redor de propostas econômicas mais sustentáveis e complexas (fontes de trabalho, geração de ingressos e outros).

A nova institucionalidade que requer o DTS deve fundar-se, necessariamente, na equidade entre setores e atores sociais, sendo a dimensão de gênero (igualdade de oportunidades entre homens e mulheres) a que “atravessa” todas as outras equidades fundamentais.

Atualmente, fala-se do enfoque ‘*gênero inclusivo*’, baseado em estratégias de cooperação entre homens e mulheres que permitem analisar e operacionalizar ações que promovam a co-responsabilidade de homens e mulheres na gestão do território, afetando: 1) os papéis de homens e mulheres, em diferentes âmbitos (reprodutivo-doméstico, produtivo, comunitário, político e cultural); 2) o acesso e controle (poder de decisão) sobre os recursos e os benefícios; 3) as necessidades, interesses e direitos; e 4) as oportunidades de cada um.

Parece necessário centrar o diagnóstico na desigualdade das relações entre homens e mulheres, que se expressa tanto em âmbitos privados como públicos e se fundamenta na sobrecarga do trabalho doméstico, percebida culturalmente como tarefa 'natural' das mulheres. Um enfoque de equidade de gênero, para ser efetivo, requer considerar que o âmbito doméstico forma, também, parte do território. Adicionalmente, considerar que o doméstico e o público constituem um mesmo sistema, formado por homens e mulheres com papéis que interagem, que dependem um do outro e que podem variar.

O enfoque de 'gênero inclusivo' trata de modificar as relações de poder, abandonando as formas tradicionais de exercer o poder 'sobre', que significa dominação, subordinação, dependência do outro, e substituí-lo pelo poder 'para', que implica decidir, criar e transformar idéias em ações. O poder 'com' aponta para fazê-lo juntos; e o poder 'interior' significa fazê-lo desde a auto-estima, o respeito pelos outros, a tolerância, o saber escutar e o conhecer as necessidades próprias e as dos outros. Esse exercício de poder 'para', 'com' e 'interior' é fundamental na construção do capital humano e do capital social que fará possível as mudanças nas práticas produtivas, econômicas, sociais e ambientais, implicadas no desenvolvimento territorial sustentável.

O território (quarteirão, bairro, distrito) importa para a questão de gênero porque é o espaço mais adequado para a interação do doméstico e do público, ou seja, é o local onde a frequência das interações entre mulheres e homens é maior porque se encontra facilitada pela proximidade geográfica.

O Programa de Desenvolvimento Local (Prodel) é uma experiência paradigmática da aplicação do enfoque territorial do desenvolvimento, tanto em suas conquistas como em suas dificuldades. Foi desenvolvido em 130 municípios e conta com uma estratégia de gestão associada entre o governo municipal e as organizações locais, mediante a figura dos comitês técnicos de projetos (do tipo comunitário, produtivo e trabalhista), integrando cinco programas sociais pré-existentes.

Equipes técnicas regionais tinham, como principal tarefa, que promover conselhos de desenvolvimento local nos municípios, cuja função devia ser a definição dos planos estratégicos para a implementação dos projetos do Prodel e outros da política social. O Prodel se estruturou por intermédio de quatro componentes ou subprogramas: desenvolvimento comunitário, desenvolvimento produtivo, capacitação para o trabalho e reconversão do antigo programa *Manos Bonaerenses* (um dos cinco programas pré-existentes).

O município de Benito Juárez, contemplado pelo Prodel, é um importante centro comercial, de educação e de serviços em que radicam ou confluem as mais importantes vias e meios de comunicação do distrito. Economicamente, encontra-se na categoria de 'território com perfil econômico em crise', isto é, aquele que passou (ou passa) por uma quebra brusca em sua produtividade econômica.

A *Asociación Civil Centro Ideb Benito Juárez* é um exemplo de gestão associada entre governo e organização do capital social. Trata-se de uma agência descentralizada de desenvolvimento, e funciona como uma associação civil de direito privado com enfoque de desenvolvimento territorial ou local, na qual se integra o setor público e o privado.

Na Federação das Cooperativas de Trabalho Têxteis do Sudeste (Fecosud) existem oito cooperativas de trabalho, no distrito de Benito Juárez, que integram 59 mulheres no total. Cada cooperativa é composta por 6 a 8 participantes, em geral mulheres de meia idade, com muita experiência na área têxtil, e também jovens operárias. Muitas vezes, essas mulheres são chefas de família, ou não têm marido, ou este está desempregado. Assim, o rendimento da mulher no mercado de trabalho passa a ser o principal sustento da família e, às vezes, o único do lar.

Essas cooperativas de trabalho têxteis foram formadas com mulheres desempregadas da indústria têxtil, em meados da década de 1990, pelo *Programa Manos Bonaerenses*. A partir do ano de 2000, o governo municipal convocou as cooperativas para constituírem uma federação. Neste sentido, implementou uma estratégia de apoio produtivo, com enfoque no fortalecimento da organização, para a sua integração competitiva no mercado. A partir do ano de 2003, já se observou uma brusca caída das importações, e índices significativos de recuperação da atividade no âmbito nacional.

A federação objetiva realizar uma integração horizontal e vertical do processo produtivo entre as distintas cooperativas para constituir uma economia em escala regional que lhes permita reduzir os custos de insumos. Visa ainda ampliar o volume e a diversificação da produção, melhorar a sua qualidade, e outros, a fim de poder se integrar, competitivamente, ao mercado e assegurar a continuidade do trabalho das cooperativas de base.

Quanto às questões sócio-econômicas, o principal êxito da Federação foi o de possibilitar o ingresso das mulheres no mercado de trabalho de forma a contribuir significativamente no âmbito familiar. Nessa experiência, por intermédio da Federação, as mulheres vão conseguindo alcançar o sustento familiar.

As próprias mulheres puderam diagnosticar os principais processos *'dificultadores'* de sua tarefa empresarial: a dupla carga de trabalho e a pouca valorização própria e familiar, em relação ao seu papel como cooperativista; a falta de visão estratégica do mercado têxtil; o pouco interesse em se formarem como gestoras de uma empresa social e a dificuldade para negociar, de maneira mais eqüitativa, com outros agentes da cadeia de produção-comercialização. Tal diagnóstico contribuiu para um quadro de valorização de suas capacidades, não somente as manuais, mas, também, aquelas que lhes garantiam um papel como mediadoras e negociadoras dentro dos conflitos familiares, aplicadas, nesse caso, ao âmbito da economia.



Foto 10: Cristina Buarque, Nuria Costa, Maria Del Pilar e Carlos Miranda.

■ A EQÜIDADE DE GÊNERO NAS AÇÖES DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA EXPERIÊNCIA ESPANHOLA

> Dolores Merino Chacon

é filóloga e presidenta Nacional da *Federación de Mujeres y Familias del Ámbito Rural (Amfar)*.

Eu quero trazer minha experiência como presidenta nacional de uma rede de mulheres rurais da Espanha, a ***Federación de Mujeres y Familias del Ámbito Rural***. A minha exposição conta com algumas imagens das atividades que realizamos, e as fotografias que vocês vão ver a seguir são de mulheres espanholas. Eu penso que isso possibilitará uma maior aproximação entre nós e vocês, frente à realidade do meu país. Quando começamos a nossa tarefa associativa, na Federação de Mulheres e Famílias no Âmbito Rural (Amfar), colocamos três questões muito simples, que para vocês podem parecer até absurdas. A primeira: quem somos nós, as mulheres rurais? Por que existe um coletivo específico de mulheres rurais? A segunda questão foi: o que queremos como mulheres rurais? O que necessitamos, o que pedimos à sociedade espanhola e europeia, ao governo espanhol, ao governo europeu? E a terceira questão: o que faremos nós, mulheres, trabalhadoras rurais, para conseguir o que queremos? O que vamos fazer por nós mesmas?

Na reflexão sobre o que somos, chegamos à conclusão de que, na Espanha, as trabalhadoras rurais somam 5 milhões de mulheres. Somos poucas em comparação ao Brasil, que é um país tão grande e populoso. Porém, na Espanha, somos cinco milhões de mulheres com uma identidade, uma cultura, uma tradição, um trabalho e uma organização social diferentes, que nos distinguem do resto da população. Ser mulher rural corre nas veias, como o sangue. E essa identidade própria deveria se refletir em nossa organização de mulheres rurais. Neste sentido, delimitamos o nosso campo de atuação a cinco milhões de mulheres.

O conceito de rural adotado por nós é aquele que define como municípios rurais os que têm menos de dez mil habitantes. Esse critério é utilizado por toda a União Europeia. Desse modo, todas as mulheres que vivem nesses municípios são consideradas rurais. Por outro lado,



Foto 11: Dolores Merino Chacon, palestrante espanhola.

o fato de existir menos de dez mil habitantes em um município faz com que o nosso país, e qualquer outro da União Européia, limite os seus investimentos em infra-estrutura e serviços, o que passa a gerar discriminações. Logo, ao definirmos o que éramos, como mulheres rurais, fizemos uma campanha informativa junto aos meios de comunicação. Isso porque, na Espanha, identificava-se a mulher rural como exclusivamente aquela que se dedicava ao setor agrário e, não, também, aquelas que se encontravam no entorno e tinham atividades voltadas para o campo – donas de casa, mulheres jovens e idosas, que trabalhavam em vários serviços, mas não, exclusiva e obrigatoriamente, no setor agrário.

Para responder ao que desejávamos de nós mesmas, da sociedade e do governo, passamos a fazer uma grande quantidade de reuniões por todo o país. A Espanha tem mais de oito mil municípios e, nessa busca por descobrir o que as mulheres rurais queriam, fizemos reuniões com muitas mulheres, como esta aqui hoje, e reuniões com cinco, dez, vinte mulheres, de acordo com o município. Como resultado dessa jornada, tivemos duas respostas: 1) havia um grupo grande de mulheres que não sabia o que queria e/ou que não queria nada, eram felizes da maneira como estavam, ou melhor, tinham uma felicidade baseada no desconhecimento de suas necessidades; 2) um outro grupo de mulheres desejava apostar em algo novo, ou seja, em diferentes linhas de trabalho.

Em primeiro lugar, não nos convencemos de que as mulheres estavam bem e passamos a provocá-las. Usamos vários instrumentos de provocação para que tais mulheres falassem. Como instrumento, lemos um trecho de uma obra de um filósofo francês, lida inclusive aqui, no Brasil, em minha exposição no seminário de Natal, que dizia “para os homens, a política, a hierarquia, o templo e a coragem; e, para as mulheres, a arrumação da casa, a doçura, a obediência, e, em geral, facilitar a liberdade e o êxito dos homens”.

Depois disso, as mulheres começaram a falar, a discutir; elas despertaram daquela felicidade, e nós passamos a trabalhar com vontade. Descobrimos que, no campo, existiam mulheres que trabalhavam com vacas de leite, com mariscos, com pesca, com cultivo, e que eram donas de casa. Mas, descobrimos também que a Espanha, assim como toda a União Européia, tinha um outro problema: o envelhecimento da população rural, o que gerava o despovoamento do mundo rural. A média de idade das pessoas naqueles municípios espanhóis é de 55 anos. Isso significa que tais pessoas vão morrendo e, com elas, levam a nossa cultura, a nossa identidade. Esse despovoamento também está relacionado às questões de gênero, pois as mulheres jovens saem do campo em busca

de outras oportunidades. Esse movimento produz, por sua vez, um outro tipo de complicação: a *masculinização* e o *solteirismo* para os homens, que ficam sozinhos no campo, sem um projeto de vida, porque não existem mulheres. Eles poderão trabalhar, estudar, ter a propriedade da terra, do dinheiro, ter tudo o que desejam, mas não terão mulheres para compartilhar e para constituir uma família.

É muito triste constatar que a história, a cultura e a ignorância dividiram os papéis e as atividades. Quanto a nós, mulheres, sem que nos perguntassem, nos deram a pior parte do filme: o papel secundário! Sim, nos deram as funções privadas, domésticas e sem remuneração econômica. Para os homens, coube a função pública, a econômica e a da representação e da remuneração. Com isso, está marcada a história até o século XX.

No século XX, houve a grande revolução das mulheres: nós não quisemos mais aceitar essa distribuição de papéis, mesmo que aquelas funções tivessem que continuar existindo. Portanto, havia que se fazer uma nova distribuição entre homens e mulheres, e, agora, de uma forma eqüitativa. Essa grande revolução das mulheres foi conquistando vários espaços. O primeiro foi o direito ao voto, direito de serem eleitas e elegerem, o que significa a condição de cidadãs. O outro ganho foi o acesso das mulheres à formação, oportunidade em que, a elas, abriram-se as portas das escolas e das universidades. Isso significa que deixamos de ser analfabetas e ignorantes, que adquirimos conhecimentos, que podemos falar, participar, dizer o que queremos e ter a nossa auto-estima. Um outro êxito das mulheres espanholas, no século XX, foi o reconhecimento constitucional da igualdade de direitos entre mulheres e homens. Contudo, chegamos ao século XXI com uma igualdade que se reflete nas leis e nos direitos, porém não nos fatos. Uma coisa é o direito que eu tenho; outra coisa é a realidade que estou vivendo, sofrendo, porque muitas dessas leis não são cumpridas.

Fala-se que o século XXI será das mulheres e, aqui no Brasil, o ano de 2004 foi elevado à categoria de Ano Nacional das Mulheres. Pois, para que isso se concretize, que se faça realmente existir a equidade de gênero e a igualdade de oportunidades.

Voltemos à Espanha. A resposta ao que desejávamos fazer foi a de criar a Associação de Mulheres e Famílias do Âmbito Rural (Amfar), em 1991, com estatutos e com o objetivo de cumprir todas as exigências legais existentes na Espanha. O nosso primeiro trabalho foi na minha província, em Ciudad Real, a terra de Dom Quixote e dos moinhos de vento. A Amfar, então, começou a trabalhar em favor dos direitos e dos interesses

das mulheres rurais. Para isso, era preciso lutar contra a invisibilidade das mulheres rurais, que vocês também conhecem. Era necessário dar visibilidade ao nosso trabalho nas estatísticas, revelar a nossa contribuição ao produto interno bruto do país. Tínhamos que lutar pelo nosso trabalho, pelo bem-estar social e pela proteção social das mulheres rurais. Além disso, como rurais, queríamos a igualdade de oportunidades com os homens e com toda a sociedade. Deveríamos lutar, também, por políticas que garantissem a participação efetiva das mulheres rurais em todos os espaços da sociedade espanhola.

Então, para trabalhar o que queríamos, definimos três grandes linhas de atuação:

1. informação e assessoramento às mulheres;
2. formação das mulheres; e
3. reivindicação à sociedade, ao governo espanhol e à Comunidade Européia.

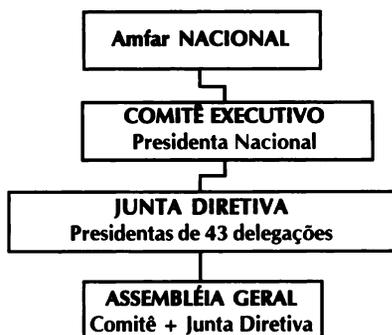
Na linha de informação, as mulheres demandavam conhecimentos relacionados a emprego, trabalho, ou empreendimentos próprios que lhes levassem à independência econômica. Essa é a maior demanda das mulheres rurais na Espanha. Uma outra informação demandada pelas mulheres referiu-se à questão agrária. A Espanha faz parte da União Européia, que hoje está formada por 15 países e, logo, serão 25. Na União Européia, a política agrária é a uma única política comunitária existente. Dessa forma, os países europeus não podem fazer o que querem, em termos de política agrária. Tudo tem que ser resolvido na União e, depois, implementado em cada país. Antes, tínhamos apenas que produzir; agora, temos que produzir com um nível de qualidade determinado. Portanto, se quisermos ter emprego, se quisermos que a juventude fique no campo e que as mulheres produzam e tenham mercado, todas as informações que transitam em Bruxelas são do nosso interesse.

As mulheres também demandavam informações sobre ajudas e subvenções, para realizar os seus projetos. Elas precisavam saber que instituições podiam lhes apoiar, precisavam saber como se faziam os projetos, até quanto se podia pedir, e outros. O desenvolvimento rural sustentável e os programas europeus foram, também, indicados como temas de interesse das mulheres. A Europa gera muitos programas, mas falta, às mulheres rurais, acesso à informação sobre esses programas. São cinco temas ao todo. Assim, a Amfar criou um serviço de informação voltado para o tema *emprego*. Por outro lado, rompemos com o nosso isolamento

e passamos a tomar parte das discussões que havia em outros lugares. Hoje, participamos da Associação de Jovens Empresários da Espanha e da Comissão de Mulheres Rurais da Comunidade Européia. O que fizemos e fazemos, afinal, é garantir às mulheres rurais o direito à informação.

Na linha de formação, buscamos todas as instituições que trabalham com o tema e fomos buscar fundos e recursos nos Ministérios da Agricultura, do Trabalho, no Instituto da Mulher, na União Européia e em outras entidades que poderiam financiar a formação que necessitavam as nossas mulheres rurais. Criamos cursos de informática, cursos de gerenciamento de negócios, de segurança do trabalho, de artesanato, de manejo agroecológico. Em um leque variado tanto em oferta quanto em demanda, realizamos seminários, jornadas e oficinas nos âmbitos local, regional e internacional. Participamos de congressos e de atividades oferecidas por outras instituições; promovemos feiras para valorizar os nossos produtos agrícolas e não-agrícolas; enfim, estamos em contato com tudo o que se relaciona com as nossas atividades, tanto como mulheres rurais quanto como cidadãs.

A Amfar possui mais de 82 mil associadas, e a sua forma de organização é a descrita abaixo, sendo a assembléia-geral o seu órgão máximo de decisão. Nossas associadas pagam uma cota à Federação, como forma de estabelecer responsabilidades mútuas.



A Amfar desenvolve, ainda, atividades para se aproximar de jovens e de crianças, pois é uma organização voltada para as mulheres e para a família; é uma organização preocupada tanto com o envelhecimento da população quanto com o afastamento da juventude do campo. Na Espanha, as pessoas jovens não querem viver nem trabalhar no campo. Como

atividades para as crianças, fazemos, nas férias, acampamentos em inglês, onde elas aprendem esse idioma e as mães aproveitam para descansar.

Uma outra área que desenvolvemos é a promoção do nosso patrimônio cultural rural. A Espanha atrai muitos turistas, mas o grande fluxo se dirige para a costa, para as praias. Então, começamos a valorizar o nosso patrimônio para chamar a atenção do turismo. Com isso, começaram a surgir os pequenos negócios, as pensões, as lojinhas de artesanatos, as novas oportunidades de empreendimentos e outros. Tudo feito por mulheres. Temos apostado nas novas tecnologias de comunicação e de informação, uma vez que permitem promover os nossos produtos, o nosso patrimônio cultural, a nossa formação, informação e comunicação, sem precisarmos sair de onde estamos. Logo, a internet é uma via fundamental, porque rompe as distâncias, rompe com as barreiras do que é rural, urbano, nacional e internacional.

Nas reivindicações, nos dirigimos ao governo, para que ele conheça qual é a situação das mulheres rurais da Espanha e para que nos dê as ferramentas que levaremos para o campo. Não necessitamos que ninguém nos organize: sozinhas, fazemos isso muito bem. Porém, queremos abrir o mundo rural para toda a sociedade, para a região que estamos, para o mundo internacional. Não temos que ficar aí, caladas e isoladas. Precisamos fazer com que nos conheçam. Para isso, temos uma revista e uma página na WEB.

Por fim, quero falar do *Programa Líder*, pois tem sido muito importante para as mulheres rurais. Na primeira fase, ele não conseguiu muito impacto, mas foi evoluindo e conseguindo chegar às mulheres e aos jovens rurais, trazendo uma perspectiva econômica de diversificação produtiva. Passou-se a compreender, então, que o mundo rural não era apenas agricultura, pesca e gado, mas também atividades complementares que criam emprego e riquezas e fixam a população, tendo como prioridade as mulheres e os jovens, pois, por eles, passa o futuro do mundo rural. Hoje, em sua 3ª fase, esse programa tem definido que os seus órgãos de decisão devem estar compostos por 50% de agentes governamentais e os outros 50% por agentes sociais do território. Assim, somos beneficiárias, mas ainda decidimos o que deve ser feito.

Por fim, além de todo esse trabalho, nós, da Amfar, apostamos em gerar uma maior confiança e solidariedade entre as mulheres. Portanto, precisamos permanecer juntas, gerar uma força muito maior para transformar o mundo rural em um espaço de bem-estar e de trabalho para todas as pessoas. Obrigada!

DEBATES

:: PERGUNTA

Jucenilde Silva dos Anjos

Mediante a mudança de governo, as mulheres continuaram a trabalhar? Elas tinham autonomia para trabalhar com outras mulheres?

Existem outros países que participam da rede de mulheres, ou dessa rede fazem parte somente as mexicanas?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Nuria

Primeiramente, acho que precisamos entender que as políticas públicas, com a perspectiva de gênero, se desenvolvem como processos. Não é uma fórmula de programas e ações. Em todo processo, o fundamental é a formação, a capacitação dos quadros, não apenas governamentais, mas também da sociedade rural, sejam homens, mulheres ou jovens. Além disso, deve haver investimentos para o fortalecimento do movimento autônomo de mulheres, considerando as suas especificidades e as do local onde se encontram. As políticas são diferenciadas e devem ser apropriadas para as regiões. Porém, no que toca à formação e ao fortalecimento das organizações sociais, deve-se buscar mecanismos para transferir algumas funções, como a administração própria de seus empreendimentos e de seus recursos. Entretanto, trata-se de um processo para o qual os períodos governamentais são muito curtos. Em seis anos, como no México, não se consegue ter uma política pública que caminhe independente. É preciso continuar as lutas, inclusive no campo internacional.

Como rede, nós não estamos ligadas a nenhum outro país. Aqui, tivemos conhecimento da Rede Latino-Americana e do Caribe (Redelac). No México, temos relação com a Rede de Promotoras Rurais.

:: PERGUNTA

Conceição Andrade

secretária da Seagro

Na sua avaliação, que mecanismos podemos desenvolver para dar sustentabilidade às políticas públicas de forma que essas atravessem os governos?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Nuria

Na minha experiência pessoal, o amplo trabalho de capacitação e de formação de rede, semeando as organizações autônomas de mulheres, nos âmbitos regional e nacional, não nos garantiu manter as políticas públicas, com a perspectiva de gênero, que mal começavam, mas fortaleceu a capacidade das mulheres de continuar pressionando, demandando, exigindo lugares nos espaços de decisão. Isso não se constrói da noite para o dia, mas cada passo contribui para que as mulheres sejam mais vigilantes e cobradoras, o que possibilita que as mudanças não desapareçam.

:: PERGUNTA

Maria do Socorro Mendes

Coletivo de Mulheres Rurais

Como foi criado o Fommur e quais foram os projetos mais comuns e mais ousados que vocês financiaram?

Nos pequenos créditos, eram cobrados juros?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Nuria**

Com relação ao Fommur, a maior demanda por financiamento esteve ligada à área de serviços e, nela, ao comércio; fundamentalmente, à compra e à venda de alimentos e de produtos. Ou seja, operações que permitissem um retorno rápido dos investimentos.

Agora, na rede nacional de mulheres, a estratégia está sendo diferente. Buscamos articular, ter informações e monitorar, de maneira tal que possamos identificar as diferentes linhas de investimentos das mulheres e, com isso, fortalecer as suas iniciativas, apoiando as cadeias produtivas. Fora do Fommur, a atividade de maior busca nacional é a criação de animais de pequeno porte.

Em relação aos juros, no espaço do Fommur, eles não passavam de 5% (cinco por cento) ao mês. É um juro alto, porém, os custos de operação do microcrédito, para comunidades distantes, como temos no México, também são altos. A média foi a de 3% (três por cento) ao mês.

:: PERGUNTA

Celine Oliveira da Silva Moura

STTR/MIQCB/Assema – aluna do V Curso de PDLS

Há alguns anos, os padres e as pastorais ajudavam a população na educação, na nutrição. Será que se essas pessoas se juntassem e recebessem mais apoio, elas poderiam ajudar mais as populações?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Nuria

No que concerne a um maior apoio às pastorais, eu penso que isso seria bom. No Brasil, a igreja teve grande importância. No México, a participação desses organismos é menor que no Brasil, assim como também é menor a participação das ONGs. A nossa ação foi mais institucional, mais governamental. Temos a aprender, e muito, com a experiência brasileira.

:: PERGUNTA

Graça Sena

Embrapa

A representação que as mulheres têm delas mesmas, ainda, é a de coadjuvante, de ajudantes, de quem gera uma renda complementar, mesmo quando executam a maioria das tarefas no espaço rural? Como fortalecê-las realmente?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Maria Del Pilar**

Na Argentina, trabalhamos com uma metodologia que vocês devem conhecer. Pedimos, primeiro, que as mulheres observem todo o seu dia de trabalho e mensurem as horas que gastam com as atividades reprodutivas e produtivas. Depois, solicitamos que definam um valor monetário para cada atividade e que estimem um valor monetário para o que a família economiza, por intermédio das atividades que elas desenvolvem. Essa metodologia é aplicada, inicialmente, com as mulheres e, quando estão conscientes do valor financeiro do seu trabalho, convocamos a família, em particular os homens. Com isso, vemos que quanto mais pobres são as famílias, mais as mulheres assumem a maioria das atividades e aparecem como as maiores trabalhadoras. A partir daí, é sempre mais fácil contar com a aceitação dos homens, para que as mulheres se formem, se capacitem.

:: PERGUNTA

Amarildo Carvalho

assessor da Contag

Estamos concluindo a participação da delegação internacional, e eu quero voltar à questão do território. No Brasil, se trabalhou o espaço rural com o conceito de comunidade. Depois, passou-se ao conceito de local e, agora, ao de território. Quem define essas mudanças, o governo ou as populações?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Maria Del Pilar**

Essa questão tem a ver com a expressão *dar novos nomes a velhos problemas*. Quando se falava em comunidade, na década de 1950, o enfoque das políticas do Estado era voltado para o assistencialismo. Nas décadas de 1970 e 1980, começou-se a falar do local e, também, do fortalecimento das organizações, visando o empoderamento das populações mais deprimidas. Creio que, agora, ao se falar em território, está havendo uma evolução no sentido de que as políticas públicas sejam mais eficazes. Digo isso porque, na Argentina, a primeira definição de território chegou com a reforma constitucional, nos anos 90, relacionada à descentralização do poder político, em direção aos municípios. O mesmo aconteceu com a maioria dos países latino-americanos. Ou seja, houve um movimento de descentralizar tanto o planejamento quanto a execução de políticas públicas.

A partir daí, na Argentina, passou a haver eleição de prefeitos e de vereadores, fato que não acontecia anteriormente. Com isso, houve uma reformulação na autonomia dos poderes que tinham os municípios e, no campo institucional, a participação tornou-se um aspecto muito mais estratégico na perspectiva de território.

Outro importante recorte, relacionado à perspectiva de território, é o econômico. No território, é possível articular os recursos e as potencialidades que estão aí. E, como já existe um certo poder político, a partir de uma maior participação dos setores mais deprimidos, é possível carrear os recursos nacionais para esse espaço, colocando-os a serviço dos interesses da população. Assim, há duas referências importantes na visão territorial: a de descentralização política; e a de estimulação econômica. Por isso, é muito importante que os grupos se organizem e participem, para ter acesso ao poder e pressionar o município, provocando, enfim, a ruptura com o clientelismo político.

:: PERGUNTA

O(a) participante não se identificou

Em que idade homens e mulheres estão fora do mercado de trabalho?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Maria Del Pilar

Essa é uma boa pergunta no âmbito da discussão de gênero. Em princípio, é difícil para os jovens, atualmente, entrar no mercado de trabalho. Porém, creio que há uma desigualdade de oportunidades entre os sexos, à medida que os empregadores consideram que as mulheres vão se casar e ter filhos. Penso que isso pesa e, talvez, para os rapazes, existam mais oportunidades do que para as moças. Quanto a estar fora do mercado de trabalho, as mulheres em idade reprodutiva se casam e começam a ter filhos. Esse é, claramente, um fator para sua saída, sobretudo hoje, quando muitas conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, na Argentina, estão sendo perdidas em decorrência da flexibilização laboral. Antes, desde a época de Eva Perón, havia algumas leis que protegiam as mulheres, que garantiam que elas não fossem demitidas quando se casavam e tinham filhos. Agora, elas são em maior número de desempregadas, trabalham mais no setor informal e sob condições mais precárias do que os homens. Assim, as desigualdades de gênero permeiam toda essa situação.

:: PERGUNTA

O(a) participante não se identificou

Como funciona a unidade de autoprodução?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Maria Del Pilar**

Eu falei de unidade econômica de autoprodução, de subsistência e de unidade econômica capitalizada. A unidade de autoprodução seria aquela unidade econômica em que a família produz para consumo. Essa classificação era destinada para aqueles segmentos mais pobres e marcou a época em que estudávamos o campesinato. Porém, era raro encontrar alguém que produzisse apenas para consumir. É incrível, mas tal fenômeno surge, na Argentina, com o desemprego. Muitas famílias, nos subúrbios, cultivam, em lotes muito pequenos, hortas brancas e fazem refeitórios comunitários para subsistir. Essa estratégia de produção para o autoconsumo é fortemente liderada pelas mulheres. Com a onda neoliberal, o Estado abandonou completamente a pobreza.

Os “piqueteros” são outro fenômeno. Trata-se de potenciais microempreendedores, voltados puramente para a subsistência, formados pelos desempregados dos campos e das cidades. O governo atual começou a desenvolver um programa para apoiá-los. Isso porque, já se tem ciência que existe um percentual deles que não terá um emprego formal, mesmo que a economia volte a se restabelecer. Assim, existe, hoje, na Argentina, uma política para fortalecer essas iniciativas de forma que elas se tornem microempresas e ascendam até se capitalizarem.

:: PERGUNTA

Kátia

Existe uma marca única para comercialização dos produtos?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Maria Del Pilar

Há a perspectiva de desenvolver uma marca própria, porém, efetivamente, ela ainda não existe. Isso porque, no início, como não se contava com um capital de trabalho suficiente, houve uma integração com marcas reconhecidas no mercado. Ou seja, empresas importantes financiavam parte dos insumos e compravam a produção, que aparecia no mercado com marcas como Cacharel, Wangler.

Na realidade, hoje, existe a consciência de que, no começo, era interessante essa estratégia, porque não havia outra forma. Por outro lado, essas marcas, que tinham por trás grandes fábricas, com o processo de globalização, começaram a quebrar e a oferecer trabalho em domicílio para baratear os custos. Então, as mulheres se integraram a essa nova estrutura econômica. É claro que, quando conseguirem se capitalizar, vão querer ter uma marca própria, pois, com isso, poderão auferir lucros maiores.

:: PERGUNTA

Claudia

Que mensagem você deixaria para as lideranças de mulheres rurais?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Maria Del Pilar

A mensagem que posso deixar, a partir de minha experiência, de tantos reveses, é a de que nos processos políticos, o que fica, o que permanece, é o capital social, é a formação e a experiência de organização. Isso, as crises podem dismantelar, mas ao surgir uma nova possibilidade, as pessoas aproveitam e renascem; condição fundamental. Não existe volta atrás no processo de organização. Para as mulheres também. Uma vez fora do cerco que as aprisionam, elas não voltam atrás.

:: PERGUNTA

Santana

Qual o perfil da mulher rural espanhola?

Por que os jovens não querem viver no mundo rural?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Dolores Merino

O perfil da mulher rural espanhola é o da mulher adulta de 55 anos, dona de casa, 3 filhos em média, que trabalhou toda a sua vida, mas que não tem reconhecimento, pensão, ou outros benefícios sociais.

Os jovens não querem, para si, o mesmo projeto de vida de seus pais. Os pais também não desejam isso para os filhos e apostam na formação deles. Esse é o primeiro passo para a migração. A formação não está no povoado e nos municípios pequenos. Ao sair, os jovens tomam consciência de que faltam muitas coisas em seu povo: diversão, instalações sociais, bibliotecas, quadras de esportes e projetos culturais que valorizem as múltiplas formas de patrimônio que a história deles gerou. Por outro lado, os jovens também não gostam do campo, pois a sua produção não tem preço e, assim, o seu trabalho não tem valor. Em virtude disso, os laços com o lugar ficam comprometidos. As pessoas mais velhas compreendem bem todas essas nuances. O campo é uma empresa que não tem teto nem paredes, e qualquer variação da natureza pode fazer com que se perca tudo. Os jovens, por sua vez, querem ser empresários, querem ter uma profissão digna. E, aí, estamos trabalhando para dignificar o campo e a profissão das pessoas. Por que um médico vale mais do que um agricultor? Na Espanha, mesmo tendo muita subvenção, a renda de uma família agrária é 40% menor do que qualquer outra renda familiar.

:: PERGUNTA

Mesquita

monitor do V Curso de PDLs

A Amfar limita as suas atividades de formação à qualificação profissional?

Qual é a discussão que as trabalhadoras rurais, na Espanha, fazem sobre o desemprego crescente na Europa; sobre o apoio político da Espanha ao imperialismo americano, principalmente, no que toca à invasão do Iraque; sobre a unificação da Europa; sobre a independência do país Basco?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Dolores Merino**

Nós não trabalhamos, apenas, com a capacitação para o mercado de trabalho, mas sim para que as mulheres adquiram conhecimentos, auto-estima, em um processo integral.

Bem, penso que a segunda pergunta é se, nas atividades de capacitação, está incluída a discussão política. Nós, mulheres rurais da Espanha, não somos bichos raros. Claro que na Espanha as mulheres falam de política e avaliam os processos. Como as mulheres da Espanha, que representam as cifras mais altas de desemprego de toda a União Européia, poderiam não falar de desemprego? Como nós não falaríamos da guerra do Iraque, se pagamos um preço tão alto em razão de um governo nos ter envolvido nessa guerra! Como não falaríamos da questão do país Basco, se sofremos cotidianamente com um problema histórico e político de grande dimensão! Claro que discutimos política e avaliamos as políticas. Por isso, acredito que as mudanças que aconteceram na Espanha são fruto de uma sociedade espanhola que valorizou uma certa política que há gerado uma mudança.

Na Amfar, existem mulheres de todas as opções políticas; há mulheres religiosas e não religiosas; mas, em nossa organização, nós não pedimos o carnê de identidade política, de filiação, a ninguém! Claro que avaliamos as políticas que fazem os governos, até porque elas nos interessam, nos atingem diretamente. Porém, anteriormente, eu me referi que a organização, a federação de mulheres, com todo o seu peso e força, não poderia se vender a nenhum governo. Notadamente porque os nossos interesses sempre devem ser os nossos interesses, independente de quem seja o governo. Penso que devemos trabalhar com todos os governos e criticar, de maneira construtiva, a todos os governos, sempre trabalhando por nossos interesses.

:: PERGUNTA

Zulmira de Jesus Santos Mendonça

Qual é o nível de escolaridade das mulheres na Espanha?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

Na década de 1980, aproximadamente 60% das mulheres rurais eram analfabetas funcionais. Eram mulheres que só sabiam ler e escrever e, por isso, não podiam desempenhar uma atividade profissional. Hoje, em 2004, a escolaridade até os 17 anos é obrigatória para todos. Dessa forma, a questão educacional não é mais um problema. Além disso, para cobrir aquelas pessoas que não tiveram oportunidade no tempo adequado, existem programas de educação para adultos nos municípios.

6. GÊNERO NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Moderação:
> **Maria Eline Barbosa Oliveira**

25 de março de 2004 ■

A partir desse momento do seminário, as experiências, análises e perspectivas sobre as questões de gênero no espaço brasileiro assumem o primeiro plano nas discussões.

Cristina Buarque traz uma visão macro das relações de gênero no Brasil rural, contextualizando-as no tempo histórico das organizações governamentais e não-governamentais, indicando o estado da arte das ações em favor da equidade de gênero no setor. Ela lembrou que a sociedade civil rural organizada, atual, se diferencia, política e culturalmente, de sociedades observadas em momentos históricos anteriores; mais pela presença das mulheres no movimento sindical rural e pela emergência de um movimento autônomo de mulheres trabalhadoras rurais, do que pela existência do Movimento dos Sem-Terra (MST). Novos temas, a exemplo da dominação patriarcal, exigem uma releitura das relações de poder e do papel da cultura na manutenção das relações desiguais no campo.

Eliane Furtado e Ribamar Furtado discutem a prática da mediação social, enquanto instrumento de construção de ações compartilhadas entre os indivíduos e as organizações para influenciar nas políticas públicas, partindo de uma perspectiva de sustentabilidade, que considera a importância da promoção da equidade de gênero, geração, raça e etnia para o desenvolvimento.

Esses dois palestrantes valorizam o trabalho que incorpora, no mesmo espaço, homens e mulheres, em todo o processo de planejamento e execução de ações, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, partindo de atividades das famílias, da comunidade e do território, em favor da compreensão e da construção da cidadania política das mulheres e, também, dos homens.

■ A DIMENSÃO DE GÊNERO NO MUNDO RURAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

> Cristina Buarque

é economista, mestra em Ciência Política e doutoranda em Sociologia. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

O texto discutiu a dimensão que o gênero ocupa nas relações contemporâneas do mundo rural brasileiro, partindo de uma afirmação conceitual de que a dimensão de gênero é uma dimensão fundamental das desigualdades sociais, econômicas e políticas da sociedade. Nessa direção, sinaliza à política pública de reforma agrária, à agricultura familiar e à mobilização das trabalhadoras rurais, como pano de fundo para se observar a dinâmica das relações de gênero no espaço rural.

No campo mais teórico, a palestrante ressaltou que o termo gênero, a partir da teoria feminista, sofreu um deslocamento de seu uso tradicional, passando da idéia de designador do sexo biológico dos indivíduos à de construto *societal*, que se refere às relações que processam a formação de homens e mulheres a serviço da produção de bens, da reprodução da própria espécie e da organização política da sociedade. A importância de se compreender o significado do termo “gênero” como um conceito pertencente às ciências sociais, que revela a supra-estrutura das relações de poder, seria primordial para se definir políticas públicas para a promoção da equidade de gênero, no Brasil. Não é incomum, entre as áreas técnicas e políticas nacionais, envolvidas com as transformações socioeconômicas, confundir esse conceito com a simples idéia de designador do sexo dos indivíduos, dando-lhe uso de acordo com o objetivo do usuário, e não de acordo com o objetivo de transformação das relações desiguais de poder entre homens e mulheres e, portanto, no conjunto da sociedade.



Foto 12: Cristina Buarque, relatora deste documento-síntese.

A relação entre o poder e a formação das identidades dos indivíduos, que este novo conceito sugere, desnaturaliza a condição de sexo dos indivíduos, revelando o papel das desigualdades entre os sexos, para os processos de formação política das sociedades, e um novo entendimento sobre as relações de dominação e exclusão no

espaço da democracia. Nesse sentido, gênero é uma categoria indispensável à idéia da democracia, seja no aspecto da representação de interesses dos diversos atores sociais, seja da pluralidade cultural.

Assim, um outro elemento relevante do conceito de gênero é permitir a compreensão da inter-relação constante entre as identidades pessoal, social e coletiva. Tal inter-relação se baseia no preceito de que a identidade pessoal é consubstanciada no padrão de gênero da sociedade em que estão inseridos os indivíduos. Se esse padrão é a desigualdade, ele não só influencia, de maneira decisiva, na forma como se constituem as identidades social e coletiva de mulheres e homens, mas, fundamentalmente, na apropriação da desigualdade como padrão para se construir as demais relações. Somos unânimes em dizer que as identidades são construídas por intermédio das relações de aprendizagem do mundo objetivo das coisas, do mundo social das normas e do mundo subjetivo das vivências pessoais. Ora, se esses mundos, *a priori*, são significados diferentemente para os machos e para as fêmeas da espécie humana, as identidades vão definir os papéis, os sentimentos, os desejos, o modo de pensar, de caminhar, enfim, a subjetividade, a aparência e o lugar dos indivíduos nos espaços públicos e privados, em sua estrutura, em razão do gênero. O gênero é arcaico e não-natural, pois só se nasce submetido a ele porque se nasce em sociedade.

A história das relações de gênero, no Brasil, nos fornece elementos suficientes para construirmos o quadro das desigualdades entre homens e mulheres, nos limites do desenvolvimento rural. De forma taxativa, qualquer pessoa de bom senso afirmaria que, entre o longínquo ano de 1500 e a década de 1980, as mulheres rurais, ricas ou pobres, brancas, negras ou índias, viveram na mais cruel invisibilidade, seja com relação às suas atividades produtivas, seja no tocante às suas lutas sociais; enquanto os homens, dependendo da classe, da cor, ou do período histórico, conheceram momentos de apogeu e de decadência. Não obstante as dificuldades vividas pelos homens, relativas a discriminações fora do campo do gênero, os diferentes extratos masculinos sempre foram os que mais se beneficiaram das políticas, sejam elas as governamentais de reforma agrária, a do movimento social, a das igrejas ou a dos sindicatos. Uma referência concreta a essa questão, encontra-se na fala da líder sindical Marina Rodrigues da Silva, também arrolada nesse relatório, na parte relativa às “Experiências Maranhenses em Projetos de Organização de Mulheres Rurais”.

Assim, a desigualdade é a tônica do modelo de sociedade construída no Brasil, mas a divisão sexual dos direitos civis, políticos e econômicos, iniciada com a divisão de terras, no século XVI, é um norte ancestral que

contribui para manter as desigualdades atuais, vivenciadas por homens e mulheres, e em maior dose por essas últimas. E é esse ponto que precisa ser considerado, e que é omitido na grande maioria das análises históricas, sociológicas, antropológicas, de estrutura e de conjuntura sobre o Brasil. A concentração de terras na mão de poucos homens, ontem, e nas mãos de mais homens, hoje, com as ações da reforma fundiária, esclarece que o princípio da discriminação sexual ultrapassa as discriminações de classe, raça e etnia. Houve um grande erro teórico, em todas as teorias sobre a liberdade e a igualdade, principalmente por parte dos marxistas: o de considerar que homens e mulheres, por compartilharem de um mesmo nível social, representavam os mesmos interesses, tinham as mesmas necessidades e gozavam das mesmas oportunidades, ainda que não tivessem nem os mesmos direitos, nem os mesmos poderes. Não temos idéia de como seria o mundo se as mulheres das castas elevadas, das classes abastadas, não estivessem sob a tutela dos homens. Ou, se apenas essas últimas estivessem, e as mulheres das classes pobres, não. Haver se optado por desconsiderar as desigualdades entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se construía uma teoria para transformar a sociedade, não foi um erro no detalhe: foi um erro na estrutura da análise, o que comprometeu a formulação de propostas.

No período entre 1891 e 1988, o Brasil teve seis constituições, nas quais foram tratadas mudanças nas questões relativas à terra e aos direitos políticos das mulheres. Na Constituição de 1934, incorpora-se o direito ao voto feminino e, na Constituição de 1946, pela primeira vez, se impõe à problemática sobre a distribuição de terras, uma ótica de justiça social. Contudo, as mulheres não são retiradas, ainda, da sua condição de desvantagem, em relação aos homens, frente à propriedade da terra. As suas vidas continuam sendo regidas, até o alvorecer do século XXI, por um Código Civil formatado em estreita consonância com a perspectiva patriarcal de organização da sociedade.

A reprodução das desigualdades de gênero é encontrada, também, no âmbito da burocracia, desde os primórdios das instituições governamentais responsáveis pela questão agrária, onde se observa, por exemplo, no Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) e no Serviço Social Rural (SSR), uma política de desvalorização da mulher e de não-reconhecimento do seu trabalho.

Na década de 1970, intensificam-se as lutas contra o regime militar, com expressiva participação das mulheres, inclusive das populações do campo, como é comum acontecer em situações de exceção. No final

desse período, verificou-se que não havia nem igualdade nem homogeneidade no interior das classes e dos movimentos sociais. É, então, articulado um movimento autônomo de mulheres, inspirado na perspectiva feminista, e surgem grupos de mulheres rurais ligados às organizações da Igreja Católica.

A abertura do processo constituinte, em 1986, e a proclamação da Constituição Federal de 1988, consolidavam, então, o direito à democracia para mulheres e homens neste país. Os artigos 5º, 189 e 226 fundamentam a nova era, fazendo desaparecer das instituições nacionais a figura do chefe de família.

No campo governamental, entre 1988 e 2004, o que inclui um ano do governo Lula, o Brasil não elaborou qualquer plano nacional ou setorial para a promoção da equidade de gênero. Algumas ações de capacitação foram implementadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com destaque para o Projeto FAO/Incra, nos anos 2000-2001, com ações voltadas à capacitação integrada envolvendo áreas técnicas, organizações não-governamentais e lideranças de projetos de assentamento. Ainda nesse período, entre ministérios, foram assinados protocolos de intenção para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos dirigidos às mulheres rurais. Foram feitos, também, a revisão das normas e os procedimentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), retirando-se desses documentos àqueles dispositivos que implicavam discriminações contra as mulheres. E, por fim, foi iniciada a discussão sobre a criação de linhas de crédito para a agricultora familiar. Atualmente, nesse ministério, existem várias referências a compromissos com a equidade de gênero, em correspondência com as propostas dos movimentos de mulheres rurais. Merece destaque, no momento, a instalação de um grupo de trabalho, reunindo vários órgãos governamentais e organizações não-governamentais, para definir a criação de uma linha de crédito para as mulheres. Porém, os resultados, tímidos e fragmentados, não fazem jus nem à organização das mulheres trabalhadoras rurais, nem às suas intensas mobilizações, a exemplo da Marcha das Margaridas e da Campanha de Documentação. Nesse contexto, chama a atenção a ausência de qualquer referência às questões de gênero no Ministério da Agricultura.

Os movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais têm a sua origem no cenário nacional, em meados de 1980, crescendo em toda a década seguinte.

No espaço familiar da vida campesina, os extratos femininos são cerceados por companheiros, maridos, pais e filhos, assim como submetidos

a situações domésticas de exploração de sua força de trabalho, além da desapropriação dos rendimentos obtidos em suas atividades produtivas, com registros de ocorrências freqüentes de violência física.

A identificação de situações diferenciadas e desiguais entre homens e mulheres, perpassando o público e o privado, aponta para a cultura como o ambiente de produção e reprodução do fenômeno, o que nos obriga a buscar as suas expressões cotidianas nas relações de produção, de reprodução, políticas, afetivas, sexuais, de acesso ao conhecimento, entre outras.

Observemos que a luta dos setores organizados das trabalhadoras rurais reintroduz a discussão sobre os significados das relações patriarcais para a democracia social, requalificando as relações de poder e questionando o papel da cultura. Politicamente, esse aspecto diferencia, da organização de sociedades observadas em momentos históricos anteriores, a organização da atual sociedade civil rural. Isso porque, ao politizarem a sua discriminação, problematizam a cultura, lançando para o campo político o que fora “naturalizado”. Dessa forma, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais se enquadram no espaço dos novos movimentos sociais (NMSs), caracterizando-se por serem uma iniciativa fundada na sociedade civil, de caráter coletivo, orientada para a mudança – e não para a tomada do poder – na qual a coordenação é exercida de modo não-hierárquico.

Os movimentos autônomos de mulheres buscam: 1) desenvolver uma identidade própria e constituir-se em sujeito sócio-político; 2) pertencer à construção de um projeto de mudança da sociedade e manter-se como movimento autônomo; e 3) ocupar um lugar de representação dos interesses das trabalhadoras rurais, junto ao Estado, e desenvolver-se como centro de formação política para as mulheres rurais.

A partir de 1995, os documentos referentes às propostas de desenvolvimento sócio-econômico no Brasil trazem, obrigatoriamente, recomendações associadas a gênero. Passados quase 10 anos, a situação vivida pelas mulheres rurais, no país, continua um tema bastante crítico, porém, já não existem restrições legais à sua emancipação e à sua cidadania.

O reconhecimento dos movimentos de mulheres rurais como interlocutores dos agentes de desenvolvimento é dificultado por uma visão funcionalista das relações de gênero, que se reflete na adoção da idéia de que homens e mulheres cumprem papéis no desenvolvimento, comprometendo a perspectiva política de autonomia. O passo fundamental, para que as pessoas envolvidas com os processos de desenvolvimento utilizem o conceito de gênero, de forma adequada em suas práticas, é o

de reconhecer que ele foi gestado no processo político de aprofundamento das análises sobre a opressão das mulheres e a exploração de sua força de trabalho.

Os movimentos de mulheres rurais têm, como uma de suas principais reivindicações, a formulação de políticas voltadas para o fortalecimento da produção familiar. Tal demanda está justificada no fato de esse sistema de produção permitir, às populações femininas do campo, o desenvolvimento de um trabalho de forma a conciliar melhor os papéis familiares e os de trabalhadora. Assim, a agricultura familiar, historicamente e ainda hoje, se apresenta como a maior fonte de ocupação e de renda das mulheres no campo.

A valorização das mulheres, nos processos de melhoramento e de intensificação das atividades rurais, exige que a sua participação seja concretamente facilitada, que não lhes sejam retiradas habilidades, nem que lhes imponham lugares secundários nos processos, e que haja identificação do real valor monetário do trabalho desenvolvido pelas “trabalhadoras não-remuneradas” do grupo doméstico. São também necessárias ações afirmativas com vista à sua inserção nos programas de crédito, de assistência técnica e de extensão rural, assim como para a ampliação da pesquisa agrícola em favor do desenvolvimento de tecnologias que facilitem as atividades desempenhadas pelas mulheres nos campos de cultivo e nos espaços domésticos.

Os principais pontos a considerar sobre a agricultura familiar, a partir de uma perspectiva de gênero, são os seguintes: 1) a proximidade entre as esferas da produção e da procriação, que existe no espaço da agricultura familiar, como um elemento fundamental de sua constituição; 2) a transformação das unidades familiares em simples unidades produtivas, dificultando as possibilidades de a agricultura familiar garantir a vida humana sustentável; 3) as formas de dominação de gênero, particularmente na agricultura familiar, que assumem características próprias nas diferentes regiões do país; 4) as pessoas que abdicam dos seus valores culturais, principalmente porque as condições de produção, de reprodução e a tomada de decisões, frente à vida no espaço rural, são limitadoras de suas potencialidades de mudança; 5) o fato de o gênero construir as relações sociais, assim como as relações sociais constroem o gênero; 6) as mulheres das áreas rurais, como agentes e beneficiárias dos processos de desenvolvimento da vida humana sustentável; 7) os conhecimentos e as experiências construídos pelas trabalhadoras rurais em suas práticas de sobrevivência; 8) os significados de gênero dos processos migratórios na

região; e 9) a imprescindível utilização dos instrumentos de análise da realidade que permitam identificar as relações de poder entre homens e mulheres, estabelecidas nas esferas *procriativas*, produtivas, comunitárias²⁴, e do poder local, assim como o uso de mecanismos concretos que interditem, no cotidiano da agricultura familiar, a reprodução das desigualdades e do desrespeito às diferenças.

O destino do mundo rural brasileiro depende da capacidade de a sociedade civil se manter mobilizada em torno de uma política pública de reforma agrária, edificada como instrumento de promoção da democracia e da justiça.

A existência de organizações sociopolíticas, como os movimentos de trabalhadoras rurais, constituídas por identidade de gênero e de classe, se apresenta como resultado da tensão entre as restrições da democracia à condição feminina e a valorização das práticas democráticas como ideal para gerir a sociedade.

24 No âmbito da agricultura familiar, a esfera comunitária é parte da esfera pública, ou seja, é o espaço no qual se manifestam interesses, se tomam decisões e se articulam associações e organizações, assim como as propostas da sociedade civil em torno de políticas públicas.

■ **MEDIAÇÃO SOCIAL PARA A EQÜIDADE DE GÊNERO NOS TERRITÓRIOS RURAIS**

> **Eliane Dayse Furtado**

é PhD, professora e pesquisadora do Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) e consultora do IICA.

> **José Ribamar Furtado de Souza**

é PhD, consultor do IICA, professor e pesquisador do Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC).

As transformações ocorridas na composição política, geográfica, econômica, social e cultural do mundo, principalmente na última década do século passado, têm afetado direta ou indiretamente todas as sociedades ao apontar para novos paradigmas. No Brasil, em decorrência dessas transformações, houve transferência de funções e de responsabilidades entre os governos, acarretando em processos de descentralização, municipalização e desconcentração territorial da economia nacional.

A sociedade passou a assimilar, então, novas concepções e conceitos, assim como a reformular conceitos já discutidos, e a enfatizar a dimensão territorial do desenvolvimento, considerando as pessoas e as instituições envolvidas em certos segmentos de reprodução social como atores sociais. Passa a atuar no espaço rural delimitado por um território e considera que as comunidades devem explorar características e potencialidades próprias, na busca de novas atividades que lhes tragam vantagens comparativas de natureza econômica, social, política e tecnológica, por meio de uma relação harmoniosa com a natureza e tendo a agricultura familiar como instrumento.

Como conseqüência desse processo, assistimos a diferentes formas de intervenção que vêm se dando, na maioria dos casos, de forma autoritária, ainda que no discurso se apresentem como participativas, embora saibamos,

também, de experiências que primam pela participação no desenvolvimento do trabalho com comunidades.

Ressaltando o seu compromisso com o socialismo, os palestrantes apresentaram experiências de capacitação e formação de técnicos e comunitários – envolvendo populações tradicionais, como os quilombolas, indígenas, pes-



Foto 13: Eliane Dayse Furtado e José Ribamar Furtado de Souza, consultores do IICA.

cadores – cujo objetivo era contribuir com aqueles que atuam no desenvolvimento, com uma perspectiva de sustentabilidade, por intermédio de uma abordagem que chamam de *mediação*. Tal abordagem baseia-se em uma metodologia flexível e em uma pedagogia libertadora, considerando os participantes como sujeitos-atores. O objetivo do processo é sensibilizá-los e despertá-los para a necessidade de compartilhar ações entre eles próprios e suas organizações, desenvolvendo a capacidade de atuar e influenciando as políticas.

Desse modo, a prática é centrada nos sujeitos e em sua realidade, na ação de reflexão, na construção de novos conhecimentos junto com os grupos sociais, adotando-se: (i) o conceito de desenvolvimento sustentável como referência para a reflexão e a prática das políticas públicas; (ii) a ênfase à equidade de gênero, de geração, de raça e de etnia; (iii) o uso do enfoque territorial como estratégia, e; (iv) a mediação social como uma abordagem para a inclusão social.

O conceito de desenvolvimento, marcado pelo modelo hegemônico, se vincula estritamente ao paradigma da economia e interpreta os eventos econômicos como desligados de importantes elementos de interação humana. A educação, o conhecimento e a informação têm um valor estratégico para a mudança desse paradigma, enquanto a preponderância de indicadores sociopolíticos sobre os econômicos representa mais um passo à frente. Uma perspectiva mais abrangente para o conceito, proposta por Carlos Jara, é a de que o desenvolvimento “trata de enriquecer a vida humana, a expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, orientadas para a satisfação das necessidades essenciais a todas as culturas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, identidade e liberdade”²⁵.

Aproveitando o diálogo entre os Furtados e Jara, abrimos um parêntese para que contrastassem os seus enfoques teóricos e metodológicos sobre desenvolvimento e participação para a promoção da equidade de gênero, com os das palestrantes Maria Laura Sales Pinheiro, Ana Isabel, Pilar Foti, Nuria Costa, Catanhede²⁶, Dolores Merino e Cristina Buarque. Para essas últimas, a teoria de gênero aparece articulada aos demais conceitos, presidindo às suas reflexões, metodologias e práticas; nas exposições dos Furtados e de Jara, a teoria de gênero não aparece incorporada à corrente principal de seu arcabouço teórico. Contudo, como veremos mais adiante, o tratamento das desigualdades entre homens e mulheres ocupa um espaço

25 JARA, Carlos Julio. *Projeto Identidade*. Mimeo, IICA, 2001, p. 24.

26 A palestra do Catanhede encontra-se no último painel do seminário.

importante nas experiências de Eliane e de Ribamar, voltadas para a ação da reflexão, principalmente a partir do foco na família e como forma de contribuir para que os homens avancem na reflexão sobre essas desigualdades.

Eliane e Ribamar entendem que a coesão social privilegia a equidade, o sentimento de pertença e o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, à identidade, transformando o “círculo vicioso” de exclusão, de pobreza e de miséria, no “círculo virtuoso” da inclusão, da prosperidade e da competitividade com cooperação. Por sua vez, a coesão territorial é a reação à segregação entre o urbano e o rural, que resulta na proposta de se reavaliar as funções desses espaços, de suas economias e de suas instituições. Ela assume a existência de um contínuo urbano-rural, e a abordagem de território utilizada é aquela coerente com o desenvolvimento sustentável, pautado no crescimento e na geração de riqueza, e que tem como referência às coesões sociais e territoriais.

Assim, defendem que a atuação nos territórios rurais deve ser feita a partir de uma abordagem de mediação social. Mediar, por sua vez, significa moderar, facilitar ou, inclusive, atuar como árbitro em um processo dialético e dialógico entre partes distintas, o que, nesse sentido, implica um processo de interpor-se entre diferentes interesses com o fim de encontrar, antecipadamente, um caminho de evitar, conviver, minimizar e solucionar os conflitos. No contexto do desenvolvimento sustentável, deve-se facilitar o diálogo não somente entre atores com objetivos opostos, mas, também, entre atores que defendem a mesma causa, isto é, que têm objetivos similares.

A mediação para a sustentabilidade refere-se à maneira como profissionais e comunitários desempenham um papel na construção do conhecimento necessário para apoiar, informar e influenciar as pessoas envolvidas na formulação de políticas. O objetivo é o de contribuir para um processo por meio do qual as populações excluídas possam definir, a seu modo, suas próprias formas de sobrevivência, reivindicando o uso de recursos socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Para se conseguir esse objetivo é preciso que sejam reveladas as suas visões locais e de mundo, as suas perspectivas e interesses, confluindo para que a compreensão, em nível macro, resulte em propostas políticas pertinentes.

Para que a prática dos comunitários cause impacto na política, tanto em suas vidas quanto no processo de auto-sustentação comunitária, é necessário que, além de uma interação vertical, se estabeleçam vínculos horizontais entre eles. É preciso, também, desenvolver habilidades no manejo dos recursos

materiais, humanos, financeiros e naturais, assim como estabelecer novos meios de comunicação e de relações competentes com os mercados e com as empresas que pertencem ao território, seja na perspectiva do território como espaço geográfico, seja como espaço sócio-cultural ou político.

As iniciativas das entidades de base, representativas dos comunitários, devem representar redes de territórios capazes de influenciar as políticas em todos os níveis. As organizações governamentais e não-governamentais, que atuam no espaço rural, necessitam de mudanças para saírem de uma postura de intervenção autoritária e se habilitarem à mediação. As instituições de ensino, pesquisa e extensão, os órgãos de cooperação técnica e os agentes financeiros devem abandonar as propostas do tipo “revolução verde”. O contexto vigente exige práticas agrícolas que ajustem os sistemas de produção, considerando o conhecimento nativo dos agricultores na perspectiva da agroecologia.

Os profissionais, mediadores do processo de desenvolvimento, devem desenvolver habilidades para a gestão social compartilhada das comunidades e dos territórios e trabalhar na perspectiva da equidade de gênero, de geração, de raça e de etnia.

É necessário que as sociedades política e civil e o setor privado tenham consciência da problemática, sejam inovadores em suas estratégias de organização e na construção de parcerias e alianças para que possam criar novas formas de mediação como uma abordagem para a inclusão social.

A orientação do trabalho com as comunidades é feita mediante a convocação de homens e mulheres e direciona-se para a observação dos seguintes pontos, os quais são incorporados na perspectiva de gênero: 1) a sensibilização da comunidade para o conhecimento da realidade e para a realização coletiva do autodiagnóstico; 2) o levantamento conjunto dos problemas, potencialidades, ameaças e oportunidades, bem como do futuro desejado, a partir desse autodiagnóstico; 3) a priorização dos problemas e das potencialidades como fruto da discussão com os comunitários; 4) o levantamento da visão de futuro dos comunitários; 5) a construção de ações estratégicas; 6) a definição de programas, projetos e ações; 7) a redação preliminar do Plano de Desenvolvimento dos Territórios Rurais.

Essas considerações possibilitam a construção de uma nova postura de sociedade diante dos desafios do presente e do futuro, consistindo em um novo paradigma de desenvolvimento e exigindo mudanças em algumas

questões culturais. Para isso, é fundamental o diálogo e a participação, o que implica um processo educativo de construção coletiva, no qual os atores sociais e as institucionais sejam os protagonistas do processo, e capazes de visualizar a realidade rural com toda a sua complexidade e dinâmica particular.

A questão da equidade de gênero é de suma importância porque está imbricada na realidade. Várias têm sido as abordagens políticas para se trabalhar gênero na perspectiva do planejamento do desenvolvimento sustentável, entre elas as do bem-estar, da *antipobreza*, da eficiência, da equidade e do empoderamento. Mas há limitações explicativas dos modelos de desenvolvimento ao incorporar a questão de gênero.

Na implementação das políticas públicas, a prática mais frequente com a qual nos deparamos revela a posição de desvantagem no que tange à inserção da mulher nos processos de desenvolvimento. A sua condição é sempre afetada pelo encargo das tarefas reprodutivas, o que confina as mulheres ao ambiente do lar. Daí, ser fundamental que as políticas considerem o acesso e o controle das mulheres também sobre recursos, informação e oportunidades, e que isso seja construído nas relações de gênero na base dos programas e dos projetos, que deveriam trabalhar, no âmbito da família, a importância do olhar sobre a equidade de gênero.

O trabalho conjunto de homens e mulheres, em todo o processo de planejamento e execução de ações na perspectiva do desenvolvimento sustentável, partindo de atividades das famílias, da comunidade e do território, leva à compreensão e à construção da cidadania política das mulheres e também dos homens. Desde a construção coletiva da listagem das atividades e das responsabilidades assumidas pelas mesmas, levamos os participantes, homens e mulheres, a visualizarem e analisarem a sua realidade cotidiana.

O fato de o termo gênero se referir a homens e mulheres, mas ser normalmente associado à mulher, foi deixando o homem fora do processo de reflexão pelo qual passaram as mulheres, que, além de desenvolverem uma visão crítica sobre a questão, passaram a incorporar novos papéis, contribuindo visivelmente para a economia do lar e melhorando a sua qualidade de vida e a da família. Entretanto, não parece suficientemente claro que o enfoque de gênero implica, tão-somente, incorporar a mulher nas atividades produtivas e nas decisões no lar e da sociedade; implica também promover uma distribuição equitativa das atividades domésticas, incluindo o homem em tarefas que, antes, eram de responsabilidade exclusiva da mulher.

É importante compreender que, quando se aborda políticas públicas em uma perspectiva de gênero, o que se busca é alcançar a igualdade de oportunidades entre os gêneros masculino e feminino. Ao se tratar mulheres e homens igualmente, não significa que vamos superar as desigualdades. Em um primeiro momento, reconhecer as diferenças é imprescindível. Esse é o papel das políticas afirmativas necessárias à promoção do fortalecimento da igualdade entre os gêneros: o de capacitar as mulheres para que possam alcançar a igualdade de acesso.

Conclui-se dizendo que o conceito de desenvolvimento sustentável é importante como referência na elaboração e na implementação de políticas *includentes*, enquanto o enfoque territorial contribui fortemente como estratégia para a sua efetivação. Cabe a nós, lançando mão da mediação social como uma abordagem para o enfrentamento da realidade de exclusão e de discriminação em que vivem as mulheres, promover-lhes a participação efetiva, consciente e cidadã.

DEBATES

:: PERGUNTA

O(a) participante não se identificou

Como enfrentar os interesses do capital privado diante das necessidades das populações?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Ribamar

Como já falamos, no início, e como todos nós estamos acompanhando, convivemos com uma política neoliberal num contexto de globalização. Com isso, estamos diante de um Estado que, praticamente, sai de cena, deixando que o mercado regule a vida em sociedade. Isso é decorrência de propostas feitas há seis, sete, oito anos, como a de valorização do estado mínimo, retirada do Consenso de Washington. Para que você possa resolver as questões de exclusão social que foram colocadas, é preciso considerar que temos uma política capitalista, de perseguição ao lucro e à acumulação, na qual apenas poucas pessoas, nos espaço de poder, defendem a bandeira de que a maioria deve ter acesso à terra, ao trabalho e ao capital, e que devem, portanto, ser construídas relações de trabalho mais justas. Assim, se nós não tivermos um Estado interventor nessa relação – sociedade civil *versus* iniciativa privada –, nós não vamos enfrentar a exclusão social. Eu penso dessa maneira. Quero dizer que o Estado é necessário, tem que entrar e tentar harmonizar os interesses que estão em jogo.

Agora, repito: do mesmo jeito que nós trabalhamos com o conceito de municipalização ou com a abordagem de municipalização, como se queira chamar, e com comunidades, há quem trabalhe com perspectivas assistencialistas, clientelistas, de cooptação, imaginando que apenas projetos de infra-estrutura seriam capazes de resolver o problema da fome. Começa, logo

por aí, o equívoco: ninguém combate a fome. Nós combatemos as causas da fome. A fome é ausência de saúde, de educação, de saneamento, de habitação, de lazer, de cultura. Às vezes, você sente mais fome quando é alijado de poder expor o que pensa, do que, propriamente, quando você não tem comida para comer.

Então, não vamos enfrentar a exclusão social se não tivermos um Estado que intervenha no cenário do mercado. Os dados estão aí. Nós temos em torno de 35 a 40 milhões de pessoas vivendo, praticamente, numa situação de miséria. No mundo todo, as coisas também se complicam sempre mais. Esse modelo, que está aí, está falido. E não somos nós, aqui no Brasil, que estamos dizendo isso. São os estudiosos do mundo inteiro! Tudo está mais complicado. Antigamente, a preocupação era o lucro e a acumulação; agora, a preocupação é, inclusive, a quantidade de consumidores. A gama de desempregados está grande. Então, se a abordagem é a capitalista, ou seja, aquela que se funda na perspectiva do lucro e da acumulação, aquela que não tem como prioridade as desigualdades nem resolver a exclusão causada pelo desemprego, como se pode enfrentar a exclusão social? Você enfrenta a exclusão social fazendo com que as relações entre homens e mulheres sejam de igualdade, que se respeite o jovem, o idoso, e que todos tenham acesso a bens e serviços para satisfazer às necessidades básicas. Se o caminho não for esse, é falácia.

Eu sempre coloco isso: como é que você quer pensar em equidade social, em preservação da natureza, em eficiência econômica, sem mudar as estruturas? Você vai fazer reforma agrária, fazer política de assentamento, sem mexer nas estruturas? Não adianta. As coisas estão se complicando. Se nós não tivermos um Estado, verdadeiramente ator nesse processo, que venha a defender os interesses daqueles excluídos, nós não vamos a lugar algum.

> **Cristina Buarque**

Eu acho que só há uma maneira de combater os interesses do capital privado contra os interesses da população, da comunidade, é contrapondo-se aos poderes existentes e mudando

a correlação de forças. Essa é uma questão muito clara. Mudar não depende da vontade política de ninguém, depende de relações de poder. Construir novas relações de poder é primordial para as pessoas que, como nós, trabalham com comunidade, trabalham com o movimento de mulheres, com justiça social. E, como construir novas relações de poder, suficientemente sustentáveis, diante das experiências pouco exitosas que conhecemos?

Primeiramente é preciso que a gente construa com as mulheres e com os homens novas perspectivas de poder. Essa perspectiva passa por confrontar a associação perversa, desde sempre, estabelecida entre os interesses patriarcais e os interesses capitalistas, liberais, neoliberais e, até mesmo, os marxistas, para dismantelar o sistema na sua base cultural. Toda vez que a gente vai trabalhar de uma forma um pouco diferenciada, mas reproduzindo a base ideológica da hierarquia, deixa-se de tocar nas estruturas do sistema. Simplesmente propõe-se, como novo, o que vem sendo valorizado pelo capitalismo há pelo menos 300 anos: a sociedade hierárquica, *produtivista*, economicista. Estão, aí, os equívocos dos nossos economistas progressistas para comprovar. Essa sociedade brasileira se formou pela exclusão das mulheres e dos não-brancos. Você só faz ela mudar se esses tiverem uma outra posição nas relações de poder. Fora disso, pouco se está contribuindo para transformar a sociedade, muito menos para resolver a exclusão. É preciso entender uma regra fundamental: se aqueles que sempre excluíram são os mesmos que lideraram o processo de globalização em que vivemos hoje, se são os mesmos que construíram e fazem progredir as sociedades *produtivistas*, capitalistas, consumistas, são eles também que têm a maior experiência nesse campo. Adotar os elementos básicos da sua construção, portanto, não nos levará a combater os interesses dessa sociedade neoliberal. Isso precisa ser entendido. O capitalismo baseia-se nas relações patriarcais de gênero, não as criou.

Em determinado momento deste seminário, passaram uns *slides* em que mostravam as diferenças dos nossos interesses. Então, é preciso construir outra lógica. Uma lógica da ética, uma lógica baseada em valores não-patriarcais, que é diferente da ética capitalista-patriarcal, da ética economicista. Por isso, o conceito de gênero nos serve a todos, a homens e mulheres, por

que ele foi construído para além dos que detinham qualquer tipo de poder político e econômico na sociedade. Nessa teoria, não se nega a importância das questões econômicas, mas as perspectivas de construção de novas relações de sociedade, que não estão, prioritariamente, baseadas em interesses ou nas relações econômicas. As perspectivas estão construídas em termos de causas, em termos de valores. Como valores não são interesses, então não há negociação. O que precisamos é isso: construir novos valores para pensar a economia, a política. Porém, esses valores serão realmente novos se construídos, conscientemente, por mulheres e homens, e não apenas por um sexo, para depois serem revertidos em favor do outro, como já foi apregoado em épocas passadas.

Nessa sociedade, podemos dizer que os homens não são mais felizes do que as mulheres, o que é até muito subjetivo, porém, podemos afirmar, concretamente, que eles são mais poderosos. Bom, eu acho que são necessários novos valores e novas éticas para a construção de novas relações de poder. Isso não nega que sempre haverá relações de poder, mas que sejam outras relações. Para combater esse capital privado, de vida própria e interesses tão distantes que chegam a perverter mentes muitas vezes generosas, é preciso novas relações de poder que se contraponham aos poderes estabelecidos, inclusive, ao poder dessas mentes generosas.

7. EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS EM PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO DE MULHERES RURAIS

26 de março de 2004

Moderação:
> **Rosângela Carvalho Bertoldo**

é subgerente de assistência social da Gerência de Desenvolvimento Social.

Isolda Pamplona defende a organização das mulheres como instrumento de construção de autonomia e autodeterminação, fundamental à transformação das relações desiguais de gênero na sociedade. Destaca ainda ser necessário romper com a divisão sexual do trabalho, que reduz as possibilidades de as mulheres participarem e tomarem decisões nos espaços público e privado. Isolda conclui que o ingresso das mulheres nas searas anteriormente reservadas aos homens, bem como o seu domínio de conhecimentos, de tecnologias e de toda cadeia produtiva, contribui para o seu reconhecimento social como indivíduos e como grupo.

Sílvia Bezerra de Góes, engenheira do Esplar, apresenta o projeto de fiação do algodão agroecológico, esclarecendo que essa é uma tentativa de revitalizar uma atividade que as mulheres desenvolviam no sertão do semi-árido, há 50 anos, com o algodão Mocó, fiando na roca manual, e que foi praticamente eliminada. A fiação manual se extinguiu devido ao processo de industrialização, que imprimiu uma drástica redução no preço das redes e das mantas artesanais, tornando inviável esse tipo de produção.

Irene Maria dos Santos relatou experiência em educação e explicitou que a proposta da Rede Cerrado é a de promover a escola de qualidade contextualizada na realidade rural com base em experiências realizadas em oficinas com grupos de mulheres. Defende a revisão da política de educação para que essa política passe a articular as questões de gênero, meio ambiente e cidadania no espaço rural. A prioridade são as mulheres, mas a política é para todas as pessoas.

■ A EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE: HORTICULTURA ORGÂNICA

> Isolda Pamplona

é técnica do Centro Feminista 8 de Março de Mossoró.

Este estudo busca compreender como as mulheres camponesas vivenciam as relações de desigualdade de gênero em seu cotidiano e quais as principais mudanças que têm se processado em suas vidas, seja no âmbito individual ou coletivo, a partir de um processo organizativo e produtivo. Objetiva também saber em que medida o processo de organização, por elas protagonizado, contribui para a transformação do padrão das relações de gênero no meio rural.

A partir da experiência do grupo denominado *Decididas a Vencer*, assentamento Mulungunzinho, é traçado um paralelo entre os resultados da organização e a vivência das mulheres que não estão organizadas, para que se possa compreender como é que se desencadeia o processo de organização e qual a importância que ele adquire na comunidade. Todo o processo envolve um período de, aproximadamente, 10 anos.

Mulungunzinho localiza-se no município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, região do semi-árido nordestino. Possui uma área de 3.997,3917 ha, onde vive um total de 112 famílias, distribuídas em lotes com áreas que variam de 14,0810 ha até 22,7140 ha.

A metodologia do estudo compreendeu três fases distintas, porém articuladas. A primeira consistiu em uma pesquisa documental, fotográfica, colhendo informações sobre o assentamento e o grupo de mulheres *Decididas a Vencer*. A segunda etapa compreendeu a pesquisa de campo, onde o instrumento utilizado foi a *oficina* realizada com mulheres não-organizadas e com o grupo de mulheres *Decididas a Vencer*.

A oficina abordou, como eixos temáticos, *a vida na família, o trabalho, a comunidade e a participação na sociedade*; e consistiu em expressar, em desenhos, como é a vida de cada uma das mulheres.

A organização das mulheres

O processo de organização das mulheres, no assentamento Mulungunzinho, deu-se em meio a muitos conflitos, tanto no âmbito privado quanto no público. Ultrapassar a dimensão da casa e chegar ao espaço

público foi um desafio, no campo da transformação da realidade, que teve como primeiro estímulo a existência do grupo de mulheres *Decididas a Vencer*, surgido em 1995.

A primeira luta do grupo foi pelo direito de definir a política no assentamento, por meio da participação na associação. Após vários conflitos e embates, as mulheres conseguiram mudar o estatuto da associação, conseguindo o direito de se tornarem sócias.

Os conflitos não se restringiam apenas aos espaços públicos: a luta pela participação e pelo reconhecimento também se travava no espaço da casa, junto à família. As mulheres revelaram as dificuldades para convencerem os seus maridos do sentido de estarem organizadas. Eles não compreendiam a lógica das reuniões e se recusavam a ficar com as crianças enquanto elas iam discutir em grupo. Hoje, as mulheres dizem que muitos dos maridos continuam machistas, mas *permitem* que elas façam as suas reuniões. É importante perceber que as mulheres de Mulungunzinho começaram o seu processo de autodeterminação por intermédio da construção de uma organização própria. E, nesse contexto, o diálogo do grupo com outras organizações de mulheres, ou mistas, constituiu-se em um elemento importante para fortalecer a sua vontade de organização.

Geração de renda a partir da organização social

Em meio às dificuldades e conflitos, o grupo sentiu a necessidade de buscar autonomia financeira para as mulheres. Assim, solicitou ao centro feminista o apoio para a realização de um encontro, no assentamento, para discutir alternativas de geração de renda. Naquele momento, as mulheres ainda não tinham tanta clareza de que existia opressão ao fato de não receberem qualquer remuneração nem terem reconhecimento de seu trabalho mesmo realizando o trabalho na roça, cuidando dos animais ou buscando lenha para fazer o carvão. No máximo, esse trabalho era considerado como uma mera ajuda ao marido. Porém, já diziam, nós não queremos ser apenas produtoras, queremos produzir algo que reforce a nossa identidade e a nossa organização.

Entre as alternativas de geração de renda, pensadas pelo grupo, inicialmente estava a fabricação de doces e a criação de galinhas. No entanto, algumas restrições físicas, ambientais e financeiras esclareceram que aquele não era o caminho. Em 1999, o grupo pensou a possibilidade

de cultivar hortaliças orgânicas. O desafio era fazer algo pioneiro no Estado, unindo a agroecologia, a economia solidária e a autodeterminação das mulheres.

A estratégia de articular a auto-organização com a produção e a geração de renda é o pilar de sustentação do grupo, abrindo as portas para a autonomia das mulheres. Isso se expressa na dinâmica que o grupo adquiriu nos últimos anos, onde a formação política de suas componentes, a participação em eventos promovidos pelas entidades de assessoria, ou pelo próprio movimento de trabalhadoras rurais, como a Coordenação Oeste de Mulheres²⁷, os encontros, os cursos de capacitação e as socializações da experiência na horta são momentos que, segundo as mulheres, tanto enriquecem quanto fortalecem o seu processo de organização.

Outra vez, nesse processo, mostrou-se edificante a articulação do grupo local com outras organizações ou manifestações de mulheres para o fortalecimento da autonomia para a autodeterminação das mulheres e para o crescimento do próprio grupo. As mulheres de Mulungunzinho compõem a Marcha Mundial das Mulheres²⁸ e se articula com outros movimentos, como o sindical, e com espaços de discussões e articulações, como a Marcha das Margaridas, o Fórum Social Mundial e o Fórum Social Potiguar, além de participarem de campanhas contra os transgênicos e contra a Alca. Uma expressão muito forte traduz a relevância dessa dinâmica: “dos quintais para o universo”.

Assistência técnica

Enfrentando um longo período sem assistência técnica sistemática, as mulheres vivenciaram a sua capacitação de forma empírica, pesquisando e validando o conhecimento popular. É visível o aprendizado que resulta ao se reunir o saber científico da agroecologia com a sabedoria sertaneja.

As mulheres do grupo *Decididas a Vencer* enfatizam que a produção deve ser sustentável, sem agressão ao meio ambiente e com solidariedade. Sendo assim, qualquer expansão planejada para o projeto tem base na agroecologia, na venda e no consumo solidário.

27 Articulação de trabalhadoras rurais de Mossoró e região oeste do Rio Grande do Norte, criada em 1995 para potencializar e fortalecer sua organização.

28 É uma ação do Movimento Feminista Internacional, surgida em 2000, no Canadá, atualmente organizada em vários países. No Brasil, especificamente no Rio Grande do Norte, reúne grande número de militantes, principalmente de trabalhadoras rurais.

Atualmente, o sistema integrado de produção agroecológica do grupo está sendo ampliado para produzir mais fruteiras, criar galinhas caipira, abelhas, e implantar a piscicultura.

A comercialização

Rompendo com os atravessadores, a comercialização dos produtos se dá em uma perspectiva solidária, onde os produtos são repassados diretamente para as(os) consumidoras(es). Nesse processo, estabeleceu-se uma relação de diálogo entre produtoras(es)/consumidoras(es), promovendo trocas de informações e resultando, inclusive, na criação de um minhocário.

A organização e as mulheres não-organizadas

Durante o processo de investigação, verificou-se que as mulheres do assentamento, que não fazem parte do grupo e que não estão de alguma maneira organizadas, vivenciam, de forma mais intensa, as desigualdades características das relações de gênero de nossa sociedade. No geral, são mulheres que ainda têm na casa e na roça os limites geográficos para o seu *ir e vir*.

O trabalho na roça ainda é visto, por muitas delas, como uma simples ajuda ao marido. Isso se explica pela centralidade que ocupa a divisão sexual do trabalho, como um elemento *estruturador* das relações de gênero em nossa sociedade, onde são demarcadas duas esferas: a da produção e a da reprodução. Essa divisão entre o trabalho produtivo, aquele teoricamente realizado pelos homens, compreendendo as atividades conhecidas como econômicas e, portanto, com um indicativo de valor; e o trabalho reprodutivo, de exclusividade das mulheres, como o cuidado com as crianças e com a casa, logo, sem valor monetário, é que faz com que as mulheres, em sua maioria, não se reconheçam como trabalhadoras rurais, mas simplesmente como meras auxiliares não-remuneradas.

Vários estudos já comprovaram que tal separação, para o segmento feminino, na realidade, não existe, pois a grande maioria das mulheres realiza tanto o trabalho produtivo quanto o chamado reprodutivo. Tal fato também ficou evidente durante o processo da pesquisa através dos depoimentos das mulheres.

Essa divisão sexual do trabalho influencia diretamente a possibilidade de as mulheres participarem dos espaços públicos de decisão, na medida em que elas já têm o seu tempo tomado pela dupla jornada de trabalho, o que as obriga a conciliar o quase inconciliável: a roça e todas as atividades domésticas.

O não-reconhecimento do trabalho das mulheres como trabalho produtivo significa menos autonomia para elas, tanto econômica quanto social. A grande maioria das mulheres que participou da oficina afirmou que, embora trabalhando na roça, apanhando castanha, fazendo carvão ou cuidando de animais, não tem acesso direto à renda, fruto do seu trabalho. Elas gozam ainda de pouquíssima ou nenhuma autonomia para definir o destino final da renda da família, ou tomar outras decisões que consideram importantes.

O estudo revelou, por outro lado, que a experiência de um processo de organização vivenciado pelas mulheres, possibilitou a elas mudanças significativas. A oportunidade de romper com os limites da casa bem como com a vivência nos espaços públicos permitiram a elas o desenvolvimento de habilidades como a capacidade de liderança e de coordenação, o que configura o seu processo de organização como importante aprendizado e com impacto em vários setores de suas vidas, inclusive no desenvolvimento da auto-estima. O acesso a novos conhecimentos e tecnologias e o controle de todo o processo da cadeia produtiva, restrito apenas aos homens do assentamento, contribuíram para o seu reconhecimento social e do grupo, o que potencialmente incide de forma positiva sobre as mulheres não-organizadas.

Aqui, pode-se fazer um parêntese, na fala de Isolda, para dialogar com a experiência espanhola, trazida por Dolores Merino, e com a análise sobre as experiências na América Latina, feita por Isabel Garcia. Dolores Merino nos falava da provocação que a Amfar fez às mulheres rurais na Espanha, que não queriam se organizar e que afirmavam estar bem em sua invisibilidade. Explicou que em seu país adotou-se um processo de provocação direta, no qual a liderança do movimento assumiu um papel convocatório, resistindo de forma explícita e sistemática à ausência, *a priori*, de um grupo de mulheres. No caso do processo de Mulungunzinho, se aceita tal ausência, e é por meio do efeito demonstrativo que se busca atrair o grupo que não participa a se envolver. Em ambos os casos, a organização como um instrumento para a mudança das condições de vida das mulheres, cujo resultado maior seria a transformação das relações de gênero na sociedade, se valoriza corretamente.

Porém, ao nos reportarmos ao discurso de Ana Isabel Garcia, fica a questão levantada: o foco nas mulheres, sem a implementação de ações específicas voltadas para atender às necessidades e interesses dos homens, inclusive de transformação do modelo masculino, nos levaria ao resultado desejado? Ana Isabel defende o desenho de ações dirigidas ao segmento masculino, mas esclareceu que esse procedimento não estava nos limites de permitir, ou não, aos homens, a participação em atividades que as mulheres são protagonistas ou que tomaram a iniciativa de implementar, negando, às primeiras, o direito de se organizarem de forma autônoma e, muito menos, de trabalhar gênero na perspectiva conservadora “familista”; mas sim, no âmbito de avançar, a partir do que já se havia construído, e de pensar estrategicamente ações que perseguissem a transformação das relações de gênero, convocando os homens a participar dessa tarefa.

Fechado o parêntese e retornando à fala da expositora, Isolda nos esclarece, ainda, que a renda oriunda da venda de produtos, especificamente das hortaliças, proporciona às mulheres perspectivas para além do que historicamente lhes foi designado, contribuindo para o seu permanente processo de construção de autonomia e de autodeterminação, o que, aos poucos, revela uma nova narrativa de suas histórias. Assim, a construção da autonomia é um dos elementos mais presentes na fala da maioria das mulheres, adquirindo significado na medida em que expressa a capacidade delas para decidir sobre seus próprios caminhos, rompendo com a tutela de seus companheiros.

Concluindo, a expositora afirmou que, não obstante as mudanças, nem todas as questões estão resolvidas. Alguns aspectos importantes da vida das mulheres ainda não foram mexidos ou mesmo encaminhados. Porém, a organização apresentada por essas mulheres é um grande instrumento de construção da autonomia, da autodeterminação e da formulação de novas demandas, elementos fundamentais para subverter as relações desiguais entre mulheres e homens na sociedade, com capacidade de produzir impacto também na realidade das mulheres dos assentamentos em que não estão organizadas.

■ GRUPOS DE FIANDEIRAS DE TAUÁ: “FIANDO O ALGODÃO PARA TECER SONHOS”

> **Sílvia Bezerra de Góes**

é engenheira agrônoma do Esplar.

O projeto de fiação do algodão agroecológico busca revitalizar uma atividade que as mulheres desenvolviam no sertão do semi-árido, há 50 anos, com o algodão Mocó, e que foi praticamente eliminada. Naquela época, elas fiavam numa roca manual. Atualmente, elas usam a roca elétrica. Depois, falarei do processo que nos levou a essa roca elétrica. A fiação manual se extinguiu devido ao processo de industrialização, que imprimiu uma drástica redução no preço das redes e das mantas artesanais, tornando inviável esse tipo de produção.

Diferentemente da experiência que Isolda Pamplona apresentou, nós começamos o nosso trabalho com grupos de mulheres na fiação, há apenas três anos, em 2001, em decorrência do trabalho do próprio Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar), com grupos mistos para a produção do algodão agroecológico. A produção desses grupos varia entre 3 e 5 toneladas/ano, ficando difícil colocar no mercado quantidades tão pequenas, embora exista uma procura crescente ao algodão agroecológico. Chegamos a passar mais de dois anos com algodão estocado. Então, tivemos a idéia de dar mais um passo na cadeia produtiva, passando a produzir fios de algodão agroecológico a partir de um trabalho com as mulheres que já estavam envolvidas com a produção do algodão. A faixa etária dessas mulheres fiandeiras varia entre 17 a 65 anos.

A idéia dessa produção partiu do Esplar, e não das mulheres. Porém, a adesão das mesmas se deu através de um processo participativo, com muitas reuniões, explicações e debates sobre todo o processo. Nós fizemos também um estudo de mercado, envolvendo aqueles lugares que têm tradição de trabalhar com esse tipo de material, como o Ceará, o Piauí, Minas Gerais. As pessoas acharam muito interessante e se colocaram como futuros compradores.

Os objetivos do projeto são os seguintes:

1. apoiar as mulheres na produção artesanal de fios de algodão agroecológico com o intuito de gerar renda regular estável;
2. viabilizar a comercialização de fios; e
3. contribuir para o empoderamento das mulheres, facilitando o seu engajamento em atividades produtivas.

O processo

Começamos com um projeto-piloto. Eram dois grupos de mulheres, totalizando 29 fiandeiras, pertencentes às comunidades de Açudinho e de Juá, em Tauá, no Estado do Ceará. Por outro lado, como já havíamos feito um estudo de viabilidade, que indicou a inviabilidade econômica de se trabalhar com a roca de pedal de dois fusos, entramos em contato com uma pessoa, em Santa Catarina, que desenvolveu um protótipo de roca elétrica adaptada para o algodão, instrumento que inclusive está na exposição. A roca elétrica é, portanto, o primeiro produto do projeto.

Para o início da produção de fios, preparou-se uma série de capacitações com os dois grupos, envolvendo um diagnóstico participativo das comunidades a que esses grupos pertenciam. Essa era uma forma de a comunidade informar-se sobre o projeto e, assim, apoiar esses grupos. Posteriormente, foi feita uma primeira oficina, na qual se discutiu toda a viabilidade econômica do projeto, desde os gastos até a definição de quanto as mulheres poderiam ganhar com tal atividade. Na segunda oficina, tratou-se da identidade coletiva, para assegurar a coesão do grupo. Uma terceira oficina foi realizada para discutir a organização e a gestão, chegando-se a elaborar planilhas detalhadas de todas as etapas de organização do grupo. Finalmente, aconteceu o treinamento na arte de fiar em roca elétrica, com assessoria de duas fiandeiras de Minas Gerais, que passaram duas semanas trabalhando com os grupos. As questões de gênero eram apresentadas e discutidas em todas as atividades desenvolvidas com os grupos.

Já na fase de treinamento, as mulheres apresentaram uma produtividade de meio quilo de fio por dia, nível esperado para quando já estivessem treinadas, demonstrando assim a significativa habilidade dos grupos para aquela produção. Hoje, cada mulher produz, por mês, em média, considerando a espessura do fio, 10 quilos e meio. O grupo todo produz 290 quilos.

Uma das discussões importantes que tivemos com as mulheres foi sobre o tempo de dedicação ao trabalho. Pensamos com elas que não era possível passar 8 horas por dia fiando, uma vez que elas tinham, sob a sua responsabilidade, atividades na agricultura e na casa. Então, elas acharam melhor trabalhar 4 (quatro) horas na fiação, com um grupo trabalhando pela manhã e o outro à tarde. Cada grupo tem uma coordenadora geral e várias comissões, uma responsável para cada tipo de atividade: compras, vendas, finanças e almoxarifado. Depois de um ano, faz-se um rodízio, de forma que todas elas, ao longo do tempo, serão capazes de fazer todas as tarefas e de se apropriarem, na prática, de todo o processo.

A renda

Quanto à renda que elas usufruem, devemos dizer que o valor, concretamente, não está muito definido, porque as vendas ainda não estão regularizadas. Porém, considerando o que se vende, ficou estabelecido que 50% é recolhido para cobrir as despesas e custos de produção e 50% é dividido entre elas. De acordo com os nossos cálculos, para 4 horas de trabalho/dia, elas terão entre 80 e 120 reais. A renda é ainda muito baixa, o objetivo é ampliá-la. Para isso, é necessário que existam outros grupos trabalhando de maneira a reduzir os custos de produção.

Atualmente, estamos iniciando um trabalho com 14 fiandeiras no município de Choro, também no Ceará. Com esse grupo, vamos trabalhar não só a fiação, mas também a produção de peças de crochê, porque na região as mulheres já tinham essa habilidade.

A avaliação das fiandeiras aponta os seguintes pontos como resultados relevantes para a transformação da condição de gênero das mulheres: 1) uma ocupação produtiva, com possibilidade de renda, não havida anteriormente; 2) a oportunidade de compartilhar com outras mulheres um espaço de trabalho, fora do ambiente doméstico, iniciando um processo de autonomia; 3) o acesso à capacitação; 4) a participação em eventos públicos fora da comunidade; 5) a filiação a sindicatos e associações; 6) o envolvimento com outros grupos produtivos; 7) a diversificação da produção de fios, no que se refere à coloração e à espessura.

Quero finalizar dizendo que não obstante considerarmos que a renda não é, ainda, satisfatória, por estar dependente da comercialização e da redução dos custos de produção, os avanços obtidos até agora são suficientes para continuarmos com a fiação de algodão agroecológico.

■ A EXPERIÊNCIA DA *REDE CERRADO*: ORGANIZAÇÃO DE MULHERES DENTRO DA REDE

> Irene Maria dos Santos

é técnica em magistério e administração. Professora da rede pública e membro do colegiado da *Rede Cerrado*.

A *Rede Cerrado* de ONGs congrega entidades da sociedade civil que atuam na promoção do desenvolvimento sustentável e da conservação do cerrado. O principal objetivo é incentivar e promover a troca de experiências e de informações entre as entidades, com vistas à conciliação entre equidade social, conservação ambiental e desenvolvimento. Fundada há doze anos, a *Rede Cerrado* tem a sua trajetória marcada pela busca do diálogo entre as suas entidades e os demais setores da sociedade, especialmente os governos municipais, estaduais e federal. O trabalho cotidiano da rede pauta-se na promoção de ações e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão pública.

O olhar de gênero

O conceito de gênero refere-se a um sistema de papéis, atribuídos aos homens e às mulheres, determinado pelo contexto social, político e econômico, e não pela biologia ou pela anatomia. Ele é utilizado para expressar as relações sociais, fundamentadas, principalmente, nas desigualdades entre os sexos.

A constatação de que os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens influem na sua interação com a natureza tem justificado e motivado os esforços conjuntos de representantes da sociedade civil organizada, do governo e da cooperação internacional para a construção de uma abordagem integrada entre gênero e meio ambiente, contemplando as ações locais e as políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

A experiência da oficina “Gênero e Meio Ambiente”, realizada em 2001, com o apoio do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), ilustra essa opção. Nela, constatamos que o desafio é exercitar um olhar que não contribua para que um sexo domine o outro. Um olhar que permita compreender as diversas formas de opressão e subordinação nas relações entre as pessoas. O olhar de gênero implica, muitas vezes, uma mudança cultural profunda, pois convida à construção de novas relações entre homens e mulheres, tanto na vida pública quanto na vida íntima.

Como tem sido esse desafio para a *Rede Cerrado* de ONGs? Na nossa trajetória com grupos organizados, temos, como marcos, a realização de uma pesquisa, o “1º Encontro dos Povos do Cerrado”, a Feira de Goiânia, em outubro de 2001, e o GT sobre Gênero e Meio Ambiente, no encontro de 2002.

Entre as sugestões do GT *Gênero e Meio Ambiente*, Encontro Rede de 2002, estão:

- realizar encontro temático sobre gênero e meio ambiente;
- realizar encontros locais sobre equidade e gênero, trazendo o tema mais para perto da comunidade, fortalecendo assim as redes regionais;
- fomentar a criação de grupos de discussão para a divulgação de informações sobre financiamentos, cursos, feiras etc.

Falar de gênero é falar de transformação social. É falar de igualdade de direitos e de oportunidades para todos. Para isso, gênero deve ser entendido, não apenas como uma categoria de análise, mas também como uma perspectiva de transformação dos padrões determinados para mulheres e homens na sociedade. Daí, ser um tema fundamental nos processos educativos.

Quando chamamos homens e mulheres para a discussão, evidenciamos que o objetivo é a transformação, é a urgência de se ter políticas públicas e de se ter definições sobre que tipo de desenvolvimento nós queremos para o cerrado. O cerrado é chamado “berço das águas”, por ser o nascedouro das mais importantes bacias hidrográficas brasileiras: São Francisco, Platina e Amazônica. Nós enfrentamos problemas muito sérios de construção de hidroelétricas e de hidrovias. Quando começamos, chamamos as organizações e as pessoas para essa discussão e pensamos que, no seu interior, deveriam ser trabalhadas as questões de gênero que, com certeza, estariam lá presentes. Claro que tivemos muitos problemas para construir uma união e tratar as questões de gênero, pois elas mexem com todos nós, mulheres e homens, e com as questões de poder e de visão de mundo. Não mexem apenas com mulheres e homens que estão longe de nós, mas com os que estão nas nossas próprias organizações. Vejamos.

Durante dez anos, a *Rede Cerrado* só teve coordenação de homens. Eu fui a primeira mulher a romper com esse paradigma. Depois, veio a Rosane, do Ecoa, e, em seguida, a Roni. Lutamos muito para sair daquele lugar que, inicialmente, era pano de fundo. Hoje estamos perto da igualdade. O que queremos é sentarmo-nos à mesa e fazer a discussão política. A política

do cerrado recai sobre homens e mulheres e deve ser ***pensada por, pensada para e pensada com*** homens e mulheres, a partir de suas condições concretas de vida. Por isso, consideramos que devemos estar juntos.

A escola rural de qualidade

Nesse mesmo sentido, temos como proposta, para trabalhar a equidade, a promoção de uma escola de qualidade, contextualizada na realidade rural. Tal idéia surgiu a partir da experiência em duas oficinas com os grupos de mulheres. O que queremos nessa área, explicitamente, é começar a fazer uma revisão da política de educação para que nela sejam articuladas, em direção às transformações, as questões de gênero, meio ambiente e cidadania no espaço rural. Isso significa o quê? Que é uma proposta só para as mulheres? Não. Porém, as mulheres provocaram e, em parte, são elas a prioridade. O motivo é simples: elas constituem o lado mais oprimido e explorado da sociedade em qualquer extrato social em que se encontrem.

Por fim, é necessário acreditar que um mundo diferente é possível. Para tanto, é preciso conservar a natureza, exercer a cidadania, respeitar as diversidades. É desejável e factível construir relações sociais mais justas e solidárias. O grande desafio que a questão *gênero* traz é repensar a sociedade como um todo, nos espaços públicos e privados.

DEBATES

:: PERGUNTA

Santana

Qual a estratégia de comunicação das experiências apresentadas?

Como os homens estão sendo sensibilizados para isso?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Irene**

A comunicação do nosso trabalho se dá de várias formas. O grande momento da nossa comunicação é o encontro anual do cerrado, que já acontece há três anos. Contudo, não temos a boutique social, para comercializar, para fazer um tipo de certificação participativa.

Com os homens, vamos mais devagar.

> **Silvia**

A comunicação entre os dois grupos de fiandeiras, especificamente, acontece nas reuniões próprias realizadas uma vez por ano.

A participação dos homens se dá pela produção.

> **Isolda**

Em relação às estratégias de comunicação, temos várias alternativas: jornais, veículos do Projeto Dom Helder e o Espaço Xiquexique.

:: PERGUNTA

Rosana

Essa união das escolas para o mundo rural vai trabalhar com as crianças ou com as mulheres?

Como foi o trabalho com os homens?

O que fazer para a *Rede Cerrado* chegar ao Vale do Parnaíba?

E os jovens? Como estão na *Rede Cerrado*?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Irene**

Quando falamos de uma escola para o meio rural, estamos pensando em uma escola que trabalhe com gênero, cidadania e meio ambiente. O que queremos fazer é uma revisão da política de educação, para que ela possa enfatizar a questão de gênero dentro da escola do mundo rural. Não se trata de uma escola para mulheres, mas de uma escola em que as mulheres tenham prioridade.

Quando nós chamávamos as pessoas, as organizações, para discutir, o tema era a urgência de se debater as políticas para o cerrado e, aí dentro, íamos discutindo gênero. Claro, não foi nem é fácil, mas nós vamos fazendo.

Quanto aos jovens, infelizmente, nós e todas as organizações precisamos ter urgentemente alguma coisa para chamar a atenção desse setor da população, pois não temos nada consistente ainda.

Já chegamos bem pertinho do Vale do Parnaíba. Já passamos em Uruçuí. O que se tem a fazer é entrar em contato com a gente. Somos um grupo que tem todo o interesse de fazer o debate em qualquer lugar: seja no Cerrado, seja no Pantanal.

:: PERGUNTA

Pedro

Estratégia da comercialização: como eliminar o atravessador?

Luanna Dutra Gonçalves das Chagas

Coletivo de Mulheres Rurais – aluna do V curso de PDLs

Como vocês, em Mossoró, trabalham os jovens?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Isolda**

Desde o começo do processo de produção, em Mulungunzinho, tomou-se a decisão de que não íamos trabalhar com os atravessadores. Assim, primeiramente foi formada a Associação de Parceiros e Parceiras da Terra (APT), que foi uma experiência de 30 pessoas consumidoras diretas que recebiam os produtos diretamente.

A experiência foi ampliada, em novembro de 2003, com a criação do espaço de comercialização Xiquexique, que recebe os produtos das outras organizações. Conta com uma sede muito bonitinha, que pode ser visualizada no estande da feira. Lá temos dois trabalhadores, uma mulher e um homem. Temos também financiamento garantido por um ano e estamos em processo de certificação.

Esse espaço tem duas instâncias: o conselho diretor e o conselho gestor. A estratégia é trabalhar com *consumidores fiéis*.

Com relação aos jovens, nós, que fazemos a marcha mundial de mulheres, estamos lançando, este ano, a campanha contra a comercialização do corpo das mulheres. A campanha abrange

tanto as mulheres urbanas quanto as rurais. O mercado está se apropriando do corpo das mulheres para vender um sorvete, um carro. Também, no 8 de março, deste ano, fizemos o segundo encontro de mulheres jovens da região oeste, com o tema “Feminismo e a Nova Geração Política”. A metade das participantes era da área rural.

8. EXPERIÊNCIAS MARANHENSES EM PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO DE MULHERES RURAIS

26 de março de 2004

Moderação:
> **Rosângela Carvalho**

é subgerente de assistência social da Gerência de Desenvolvimento Social.

A saudação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Maranhão, José Reinaldo Tavares, ao seminário, foi feita no encerramento das exposições deste painel.

O painel contou com os depoimentos de Irismar Santos, coordenadora da Associação de Mulheres da Comunidade de Mojó, e Maria de Jesus, em que ambas ressaltaram a satisfação de trabalhar e de gerar renda com o aproveitamento da bananeira, por esse tipo de labor não poluir o meio ambiente.

Antônia Brito, coordenadora da Embaixada do Babaçu Livre, reivindicou políticas públicas, salientando a importância da organização das mulheres para a superação do sentimento de inferioridade profissional e social da



Foto 14: Painel “Experiências maranhenses em projetos de organização de mulheres rurais”, com a participação do Governador José Reinaldo Tavares e de Conceição Andrade.

categoria. Falou do apoio da Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão (Assema), lembrando que, na feira do seminário, estavam expostos os produtos feitos pelas trabalhadoras rurais.

Ivete Ramos, representante interestadual das quebradeiras de coco babaçu, enfatizou a geração de renda e a comercialização dos seus produtos. Salientou, ainda, a grande luta das mulheres pela reforma agrária, e a relevância de terem os seus nomes no cadastro no Incra.

Diocina dos Santos, representante da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais, discorreu sobre a importância da luta das quebradeiras de coco em favor da criação da lei de acesso e proteção ao babaçu, a Lei do Babaçu Livre.

Mariana da Silva, coordenadora de Mulheres da Fetaema, descreveu as lutas das trabalhadoras rurais para participar e acessar lugares de poder no espaço sindical, relacionando-as com a possibilidade do segmento feminino ser reconhecido como titular de direito à posse da terra.

■ EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA COMUNIDADE DE MOJÓ, MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR

Artesanato com fibra de bananeira

> Irismar Nunes dos Santos

é coordenadora da Associação de Mulheres da Comunidade de Mojó.

Eu quero apresentar para vocês um produto que nós, trabalhadoras rurais, estamos produzindo com o uso da planta bananeira. Nós trabalhamos com a bananeira, e eu sou muito satisfeita com o meu trabalho, com o meu grupo. A bananeira era jogada fora, mas agora descobrimos os seus valores e não desperdiçamos mais nada. Da bananeira, além de comer a fruta, nós podemos fazer muitas coisas, aproveitando o caule, as folhas, o mangará e a própria fruta. Podemos fazer bolsas, tapetes, remédios e alimentos.

Muita gente aqui já conhece o que é mangará. A gente chama mangará, chama bimbim, pé de banana. Do mangará, a gente faz um xarope para bronquite, para gripe. É fortificante, também. Fazemos, ainda, a torta, o bife, a farofa. A gente faz tudo! Isso é maravilhoso! Eu, que trabalho na pastoral da criança, acho que muitas mães aqui já conhecem como ele é maravilhoso. Além disso, vocês devem ter visto, na exposição, como a gente pode ganhar dinheiro: trabalhando, aproveitando tudo e comercializando. O mais importante é que esse trabalho não polui o meio ambiente! Só utilizamos o tronco depois que retiramos o cacho. Essa nossa preocupação é porque sabemos que, hoje, já está faltando o buriti, não é gente? O linho do buriti já está ficando difícil, porque a maioria só se preocupa em retirar o óleo do buriti, e não se preocupa em preservar a planta. Com a bananeira, é importante saber que a gente só usa quando ela já deu fruto.

Por isso, é com muito prazer que estamos hoje, aqui, felizes de poder mostrar essa riqueza que nós temos, mas que muita gente não sabe. Quero dizer, ainda, que estamos precisando muito do apoio de todos. Essa é a mensagem que eu gostaria de passar para vocês. Obrigada!

> **Maria de Jesus**

é membro da Associação de Mulheres da Comunidade de Mojó.

Eu só queria pedir o apoio para o nosso grupo, porque, até agora, não tivemos. Como eu falei, apoio para o meu trabalho, meu esforço e o esforço das minhas amigas, das minhas colegas, do meu pai, da minha mãe, da minha família, do meu esposo. Hoje eu deixo aqui duas mensagens: que a gente tenha, de hoje por diante, o apoio do governo, e que, se todas as mulheres estiverem unidas, nós venceremos a nossa batalha! A todos vocês, mulheres e homens, muito obrigada!

■ A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS DO ESTADO DO MARANHÃO (Assema)

Participação das mulheres na construção da proposta agroextrativista

> **Antônia Vieira Brito de Souza**

é coordenadora da Embaixada Babaçu Livre, em São Luís/MA.

Eu gostaria de me apresentar, mas o meu nome já está dito. Sou da região do Mearim, onde tem a maior concentração de babaçu, e sou quebradeira de coco. Tenho orgulho de apresentar a minha identidade. Quero aproveitar e começar cantando, aqui, uma estrofe para animar as mulheres.

Oh, Mulher, te chamo porque essa luta é tua.

Oh, Mulher, te chamo porque essa luta é tua.

Deixe essa cozinha e vamos sair na luta,

Essa luta é nossa, não desanime não.

Oh, nossas palmeiras estão todas no chão.

Vamos dar um jeito que eu não agüento.

É para os nossos filhos que ainda os sustento.

Oh, Mulher, te chamo porque essa luta é tua.

Oh, Mulher, te chamo porque essa luta é tua.

Deixe essa cozinha e vamos sair na luta.

A Assema, criada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em 1989, desde a origem, tem por objetivo trabalhar com o trabalhador rural e com a quebradeira de coco, persistindo com a convicção, com a proposta, de preservar o meio ambiente e garantir a palmeira do coco babaçu em pé. Até hoje a gente vive nessa luta. O foco da Assema é a agricultura, é a comercialização, mas o forte dessa história toda é o babaçu.

Quero dizer também que a Assema, até hoje, não tem o apoio governamental. Ela é uma entidade não-governamental que se sustenta com o dinheiro de entidades filantrópicas quando, na verdade, o trabalho desenvolvido pela associação deveria ser mantido e fortalecido pelo governo do Estado e pelos governos municipais. Somos nós, trabalhadores

e trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, quem dá a sustentação desse país. Não só trabalhadores do Estado do Maranhão, mas de todo o Brasil.

Questiono: se nós não trabalhássemos no campo, como quem vive na cidade, como quem vive num hotel desse, buscaria tudo quanto é produto que se consome? Tudo o que é produto vem de uma origem trabalhista, vem dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Embora, aqui, esse produto tenha uma forma mais sofisticada, mas ele vem dessa origem.

Queria falar, também, sobre as linhas que a Assema trabalha: comercialização, produção, programa para mulher e programa de políticas públicas. Essa é a forma de a gente provocar: reivindicar a questão das políticas públicas. Nos últimos tempos, tivemos a coragem de formar, de arranjar um local, aqui, no Reviver, onde fazemos uma pequena divulgação dos nossos produtos. Não trouxemos os produtos para a mesa, mas, ali, na feira de exposição, tem produtos nossos. Nós trabalhamos com os municípios de São Luiz Gonzaga, Esperantinópolis, Lima Campo, Largo do Junco, Lago dos Rodrigues e Peritoró. Em cada local desse tem uma unidade de geração de renda, que é o nosso propósito de trabalhar. Essas unidades levam a nossa marca: “Babaçu Livre”, assim como todos os produtos (no mesocarpo, no sabonete, no óleo de babaçu, na cooperativa agroextrativista, na compota de manga, e de outras variedades de frutas, e na unidade de processamento). Por quê?

(Interrompemos, por um instante, a fala da Sr^a Antônia, para registrar a chegada, à mesa, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão José Reinaldo Tavares).

A chegada do governador é muito importante, mas, melhor seria, se ele aqui estivesse no início da minha falação, porque o que eu fiz aqui foi um tipo de reivindicação. Ainda assim, com meu pouco tempo, repito que precisamos de apoio governamental. Até agora, estamos produzindo e sendo vistas no mercado à custa de uma luta nossa, com o apoio de entidades filantrópicas, como eu falei. E o certo, o correto, é ser apoiado pelo nosso Estado, porque o nosso Estado não é miserável. O nosso Estado tem como fazer e tem como ajudar nesse desenvolvimento, principalmente, às quebradeiras de coco e ao trabalhador rural.

Os produtos que eu estava citando antes, como a compota de manga, têm a marca “Babaçu Livre” porque são trabalhados de forma associada com o babaçu, numa proposta orgânica de não-queima. Obviamente, se não houver queimada, estamos protegendo o babaçu. Também não usamos agrotóxicos porque, além de não termos uma boa assistência à saúde,

quando adoecemos, estaríamos gerando mais doenças, comendo produtos envenenados. É nosso propósito trabalhar essa proposta orgânica, e vamos dar andamento a ela.

Sei que meu tempo está terminando, tem as outras companheiras que vão dar continuidade, e queria agradecer e dizer que fico emocionada, não de estar aqui, mas de ver muita experiência e constatar que essas experiências estão sendo uma iniciativa das mulheres e, principalmente, das mulheres trabalhadoras rurais. Obrigada!

> Ivete Ramos

é integrante da Associação Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Continuando a fala sobre a experiência que a gente constrói com Assema, quero explicar que, quando se fala no “Babaçu Livre”, como a companheira já falou, está se falando de uma luta muito grande das quebradeiras de coco. Uma luta da nossa Associação para conseguir essa marca para o nosso trabalho e trabalhar com alimentos sem agrotóxicos e sem queimada. Essa foi uma luta que a gente criou, porque as palmeiras do babaçu estavam caindo no chão. Então, achamos uma forma de organizar 14 comunidades para criar uma Associação de Quebradeiras de Coco. Com isso, a gente se fortificou e, com o apoio da Assema, temos conseguido muitas coisas.

Hoje, temos um grupo de geração de renda, em que as mulheres fazem o sabonete com o babaçu e comercializam. Temos, também, os grupos de mulheres que trabalham com papel reciclado, aproveitando a fibra. Temos vários grupos de geração de renda, e, neles, as mulheres produzem e comercializam.

É uma coisa muito interessante quando se diz que as mulheres vão ajudar os homens, principalmente na reforma agrária. Na nossa região, foram as mulheres que enfrentaram essa luta, que começaram essa história. Houve muitos conflitos de terra, porque a gente vivia sem ter onde morar, no lugar mesmo que a gente se criou. E sabe por quê? Porque foi tudo cercado pelos fazendeiros. A gente conseguiu lutar e ter os assentamentos. Ontem, aqui, um senhor estava por aí pedindo ajuda para as mulheres. O que é que as mulheres podem ajudar? Para nós, foram as mulheres que conseguiram ter os assentamentos. Acho que na região dele o movimento ainda está muito fraco, por isso pedia ajuda.

Outra coisa que eu queria dizer é que, na hora da conquista, são as mulheres que ficam sendo ameaçadas, ficam nas casas, com os filhos, e

os maridos não podem ficar em casa. Mas, na hora que vem o assentamento, que vem aquele recadastramento, na hora de ter o cadastro, só vai o nome do homem, e a mulher fica de fora. Eu acho que vai precisar muitos anos, mas a gente tem que lutar para conseguir ter esse documento, ter esse cadastro, pois a mulher também tem direito. Na hora da confusão, a mulher é quem participa mais, mas, depois, os cadastrados são os homens. Isso é uma coisa pela qual a gente tem que lutar muito!

Além da Associação de Mulher, a gente tem a cooperativa que compra o coco, o babaçu e extrai o óleo. Aí, a gente compra o óleo e faz o sabonete. No final do ano, quando acontecem as assembléias, vem a sobra, para quem é sócio, oportunidade em que se verifica que a maioria é mulher! Quando a mulher pega o dinheiro, ela não vai entregar para o homem, ela faz o que tem de fazer: o dinheiro vai pra casa! Ela não entrega o dinheiro ao homem, nem procura saber do homem o que é bom comprar.

A outra coisa que eu queria falar é que, dentro da Associação de Mulheres, temos um projeto de remédio alternativo que a gente está buscando incrementar. Implantado há dois anos, chama-se Farmácia Viva. Como a gente, trabalhadores rurais, até agora, ela não teve apoio nem do governo do Estado nem dos municípios. Procuramos reverter essa situação. Em vez de os governantes comprarem o remédio lá de fora, a gente está querendo que eles comprem os nossos, produzidos pelas quebradeiras de coco, que saem a um preço mais barato. As quebradeiras produzem sem nenhum agrotóxico. É isso o que a gente está querendo, agora.

Temos, também, o *mercado solidário* que é feito nas comunidades. A gente saiu totalmente do atravessador, principalmente nessas comunidades que têm as cantinas, pois passamos os nossos produtos diretamente para as cantinas.

As mulheres assumirem que quebram coco é um dos avanços da associação, e ter esse reconhecimento é uma questão de gênero, de ser mulher; e ser mulher é ser quebradeira de coco. Antes, quando vinha uma pessoa de fora, que você não conhecia, se você estivesse quebrando coco ou usando isso que a gente coloca na cabeça, a gente corria para se esconder. Hoje, não! A gente acha que é um trabalho como outro qualquer, digno de reconhecimento, de se aceitar, de ter aquela identidade, de se identificar como quebradeira de coco. Tudo isso foi muito difícil! Agora eu vou passar a palavra para a nossa amiga. Obrigada!

> Diocina Lopes dos Santos

é integrante da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR).

Só para dar continuidade ao que as companheiras já falaram, eu quero dizer que essa luta é uma das iniciativas das próprias trabalhadoras rurais, uma iniciativa das quebradeiras que vivem lá no mato, como se fossem bichos sem valor para a sociedade. A gente não era reconhecida como pessoa. Só tinha direito de trabalhar, de cuidar da casa, de filho, de marido e nada mais. Não tinha oportunidade para nada. Vendo a grande necessidade de ter oportunidades e de sermos reconhecidas, a gente se organizou. Enfrentamos os grandes latifundiários e temos de dizer isso, porque é essa a nossa realidade.

O desafio foi muito grande, porque a gente não tinha para onde ir. Tinha que permanecer lá, de qualquer forma. A cidade estava inchada. Então, era permanecer no campo, lutar ou morrer. O que a gente enfrentou para permanecer onde estamos hoje foi uma coisa bárbara. Mas, graças a Deus, a gente se uniu e valorizou o que nós tínhamos aqui, que é o nosso babaçu, pois, não tinha mais terra para se produzir arroz, feijão. O pouco que se produzia, só dava para comer verde. O complemento era o babaçu.

A auto-sustentação das quebradeiras de coco e das famílias carentes do nosso Maranhão é o babaçu. Porém, estamos vendo um fracasso muito grande nas nossas áreas de cocais. E, assim como enfrentamos um grande desafio para sobreviver nas nossas terras, os nossos babaçuais estão enfrentando, agora, para ficar em pé. As agressões que se tem, de queima, de desmatamento e de tanta coisa que prejudica a natureza, estão levando à falência o nosso babaçual.

Tiramos tudo do babaçu, como as companheiras acabaram de citar, e, também, comercializamos. Começamos com a palha do babaçu e, daí, vamos aproveitando tudo. Lá na nossa estante, na exposição, estão as cascas, o mesocarpo, o carvão, o óleo, o sabonete, o sabão. Tem de tudo! Isso é uma renda que nós estamos tirando. Os grupos de produção da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) e da Assema vêm gerando renda com esse babaçu.

Contudo, tivemos que, antes, enfrentar o desafio de entrar na área, na propriedade do fazendeiro, e apanhar o babaçu. A situação era muito ruim. A maioria das mulheres do Médio Mearim não tem mais o mesmo couro do espinhaço com que nasceu só de rasgá-lo ao passar em arame farpado. Eu sou vítima disso, passei por baixo, correndo da “pinhola” do vaqueiro de bater no gado, e quem apanhou fui eu. Então, acho que não

somos nada diferentes das outras companheiras, mas fomos nós quem, diante da necessidade, enfrentou o citado desafio. Víamos, na prática, que, para se ter o acesso ao babaçu, tinha que ter luta, até envolvendo a lei.

Sabemos que tudo precisa de uma lei. Aí nós, todas juntas, fomos articulando as quebradeiras, com o intuito de criar uma forma de discutir uma lei. Queríamos saber como é que se poderia fazer uma lei para assegurar, no papel, o que já se tinha na prática: poder apanhar o babaçu nas propriedades. Conseguimos eleger uma companheira, para que ela nos ajudasse, na Câmara, a tramitar essa lei. Não foi nada fácil! Mas nós conseguimos! A lei foi criada em 1997!

Depois, em 2002, a gente melhorou a lei. No começo, só se falava de acesso e não das grandes derrubadas, que também era preciso. Continuamos contando com essa companheira, quebradeira de coco, que vive lá na Câmara, enfrentando todos os desafios, porque não é fácil. Com isso, estamos conseguindo nossos espaços. Estamos juntas, discutindo a lei federal e buscando melhorar tanto a lei municipal como a estadual. E, assim, vamos seguindo, mostrando as nossas experiências, lutando pela lei, pela preservação e pelo acesso. Queremos o fortalecimento de todas as companheiras a fim de que, juntas, lutem pelos mesmos objetivos. Queremos ver se, com todo o mundo junto, inclusive as entidades não-governamentais e as governamentais, a gente chega a uma “extrema” vida melhor para todos. Obrigada!

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO TERRITÓRIO DE QUEBRADEIRAS DE COCO

Açailândia	Matões do Norte
Alcântara	Miranda do Norte
Alto Alegre do Maranhão	Mirinzal
Anajatuba	Nina Rodrigues
Axixá	Olho d'Água das Cunhãs
Bacabal	Paço do Luminar
Bacabeira	Pedreiras
Bequião	Pedro do Rosário
Bernardo do Mearim	Penalva
Buritirama	Peritoró
Cantanhede	Pinheiro
Capinzal do Norte	Pio XII
Caxias	Pirapemas
Cedral	Poção de Pedras
Central do Maranhão	Porto Rico do Maranhão
Cidelândia	Presidente Dutra
Codó	Presidente Juscelino
Coroatá	Presidente Vargas
Cururupu	Raposa
Davinópolis	Rosário
Dom Pedro	Santa Rita
Esperantinópolis	São Antônio dos Lopes
Gonçalves Dias	São Francisco do Brejão
Governador Acher	São José de Ribamar
Governador Eugênio Barros	São José dos Basílios
Graça Aranha	São Luís
Guimarães	São Luís Gonzaga do Maranhão
Igarapé Grande	São Mateus do Maranhão
Imperatriz	São Pedro da Água Branca
Itapecuru-Mirim	Senador Alexandre Costa
Itinga do Maranhão	Senador La Roque
João Lisboa	Timbiras
Lago do Junco	Trizidela do Vale
Lago dos Rodrigues	Vargem Grande
Lima Campos	Viana

■ A EXPERIÊNCIA DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO (Fetaema)

Organização sindical das trabalhadoras rurais

> Mariana Rodrigues da Silva

é coordenadora das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão.

Falar da nossa experiência é, em primeiro lugar, falar da Fetaema. A experiência das mulheres que vieram da roça – como nós, que viemos da quebra do coco, que é um complemento da agricultura familiar – e chegaram à direção tanto da Fetaema quanto dos sindicatos rurais, lá na base, é muito suada. Chegamos até aqui não porque éramos importantes para o movimento sindical ou porque nossa presença fosse necessitada: foi o resultado de uma luta para que pudéssemos estar representadas em todas as instâncias do movimento sindical.

A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão foi fundada na década de 1970 e, até 1995, foi coordenada por homens de cima até embaixo. Nós, mulheres trabalhadoras rurais, só muito poucas estavam associadas nas cidades. Quem era associado eram os homens, os nossos maridos. E nós, mulheres, trabalhávamos na roça, quebrávamos coco e cuidávamos da casa; tínhamos e temos uma dupla jornada. Mas, para irmos para dentro dos sindicatos, éramos simplesmente dependentes dos maridos, pois não tínhamos direito à representação.

A nossa primeira luta foi para nos associarmos. Em Lima Campos, que é a minha cidade, e na qual o sindicato tem mais de 10 mil associados, eu fui a segunda mulher a me associar. A primeira foi Maria Adelina, uma companheira que também está aqui. Levamos, então, uma discussão com as mulheres para que elas se associassem. Esse processo não foi fácil para as mulheres, por causa do machismo dos maridos que dizem que mulher não pode sair de casa, mulher tem que varrer, cuidar dos meninos e fazer um monte de trabalho antes de sair. Tudo foi muito difícil, mas chegamos em um determinado momento em que muitas das mulheres se associaram ao sindicato e, a partir daí, fomos para a segunda etapa, que foi a luta por cargos na direção. Essa luta foi a maior polêmica já travada nos sindicatos em todos os tempos. Primeiro, porque só tinha homem, e eles não queriam

abrir mão de uma vaga. Depois, porque queríamos ter uma mulher da roça, uma mulher que nos representasse. Daí, a gente veio para a federação. Contudo, essa vinda foi de uma forma muito tímida.

Nos estatutos dos sindicatos, não estava garantida a nossa participação. Então, travamos outra luta: a das cotas mínimas de participação. Isso pra nós foi um enfrentamento enorme, pois os homens iam pra frente e faziam um discurso de que não eram contra as mulheres no movimento sindical. Refiro-me ao movimento sindical, mas sabemos que, na sociedade em que vivemos, por todos os lados, esses espaços são muito pequenos para as mulheres. Os homens diziam que não eram contra, mas na hora em que a gente se manifestava, eles perguntavam onde estava assegurada a nossa participação.

Passamos então a fazer “lobby” dentro do movimento, a conversar. Assim, conseguimos muitos parceiros, muitos companheiros que entenderam a nossa causa. Para a efetiva vinda das trabalhadoras para dentro dos sindicatos, votos eram precisos, e nós não tínhamos muitas associadas. Conseqüentemente, a maioria dos votantes era de homens. Tivemos o apoio de muitos aliados, e não eram esses homens que estão sentados aqui, eram outros homens. Homens que nos ajudaram na luta. Acredito que aqueles que nos ajudaram não ficariam três dias discutindo equidade de gênero. Quem nos negava o direito à nossa participação e à nossa representação eram outras pessoas – as mesmas que, ainda hoje, massacram, exploram e violentam as mulheres!

A Fetaema tem hoje 213 sindicatos filiados, todos têm mulheres na direção e 90% têm comissões de mulheres. A luta pela reforma agrária é uma luta do movimento sindical, mas, se as mulheres não tivessem sua própria luta política, os seus nomes não seriam sequer mencionados na hora das negociações. Por isso, até hoje, nós não temos o nosso nome no cadastro do Incra, onde deve constar o nome das mulheres. Em uma suposta separação, quem perde a terra, quem fica na rua, é a mulher. Por tudo isso, era importante entrar nos sindicatos.

Nós lutamos, fomos para as ruas, fizemos marchas, mobilizações e isso tudo é uma conquista das mulheres dos movimentos rurais. Hoje, já é obrigatório colocar no cadastro o nome do homem e da mulher.

Quero finalizar dizendo que temos muitas conquistas, mas, as políticas, que vão para zona rural, passam por cima dessas conquistas! A ausência de políticas públicas de saúde, de educação, atinge diretamente as mulheres. Somos uma organização da sociedade civil e temos propostas para melhorar a vida! Uma proposta que foi discutida pela base, que considera as questões de raça e etnia, e que se chama *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável* (PADRS). Obrigada!

Saudação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão JOSÉ REINALDO TAVARES

Quero saudar esse auditório vibrante. Quero, também, cumprimentar o Sr. Carlos Miranda, do IICA, a Sr^a Conceição Andrade, gerente de Agricultura, Agropecuária e Desenvolvimento Rural, e, ainda, homenagear as delegações internacionais da Costa Rica, México, Argentina, Equador e Espanha, que estão aqui conosco; as delegações estaduais e as delegações municipais. Quero saudar a coordenadora da Mesa, Rosângela Carvalho; as palestrantes: Sras. Irismar Nunes dos Santos, Ivete Ramos, Diocina Lopes dos Santos, Antônia Vieira de Brito Souza e Mariana Rodrigues dos Santos; e todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais, as quebradeiras de coco, as representantes de organizações não-governamentais, de instituições públicas, as senhoras e senhores presentes neste seminário.

Tem um filósofo que diz: se há um assunto a resolver, mas que não tenha uma grande prioridade, uma grande urgência, então encarregue um homem de fazê-lo; se o assunto for de grande prioridade, de grande urgência, então, coloque uma mulher à frente e ele será resolvido.

É impossível, em qualquer outro seminário que não este, formado por mulheres, ver tal entusiasmo, força e luta. Não tenho dúvidas de que os objetivos deste seminário – a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável nos territórios rurais – serão um êxito, em pouco tempo.

As mulheres estão realmente se afirmando como uma célula fundamental da sociedade. Para elas, estão sendo dirigidos os programas sociais,



Foto 15: O Sr. José Reinaldo Tavares, Governador do Estado do Maranhão.

porque se sabe que elas é que constituem a família. Eu tenho um respeito muito grande por todas. Tenho uma mulher dinâmica e lutadora, ativa, e que está fazendo um grande trabalho no governo. Ela trabalha, talvez, até mais do que eu! Mas eu queria saudar essa grande oportunidade de estar aqui, com todas vocês, com todos os que estão aqui, e poder dizer que nós também compartilhamos das preocupações de vocês.

Quando iniciamos o governo, criamos, imediatamente, as casas de agricultura familiar. Fizemos 18 casas e contratamos mais de 400 técnicos para trabalhar na área de capacitação técnica. Chamamos os bancos para o financiamento e, hoje, verificamos, pelos dados e resultados, que a casa da agricultura familiar está sendo, cada vez mais, um instrumento adequado para trazer o desenvolvimento para a área rural. Para esse setor, que é fundamental para o desenvolvimento do Maranhão, que é um dos mais importantes para o nosso governo, nós trouxemos uma mulher para dirigir: a minha amiga Conceição Andrade que, com a sensibilidade que tem, está fazendo um trabalho admirável. Essa reunião tem o apoio completo dela, e ela tem se desdobrado para tanto.

Nós estamos assinando, dentro de um mês, com o Banco Mundial, um programa que vai apoiar a área rural, principalmente, nos setores de saúde, educação e produção. Atualmente, temos, para a saúde, o maior investimento de todos os tempos. Um orçamento no valor de 424 milhões, o dobro do orçamento do ano passado. Assim, vamos fazer um programa mais forte, um programa associado às prefeituras municipais. Será o reforço ao programa de *Saúde da Família*. Nesse programa, não vamos apenas injetar recursos. Vamos cobrar, colocar as associações para fiscalizar o trabalho dessas pessoas e acompanhar o resultado, porque queremos e precisamos melhorar a área rural.

Eu estive visitando a feira instalada aí. O Maranhão desenvolveu um projeto de arranjos produtivos e, hoje, temos 14 arranjos prontos e, alguns, iniciando, como o das quebradeiras de coco babaçu. Para nós, um arranjo produtivo é aquilo que reúne muita gente, retirando o seu sustento de uma determinada atividade. E, quando não se retira o sustento integral, é porque não tem financiamento, não tem capacitação, não tem assistência técnica. Isso, para nós, é o arranjo produtivo! Eles vão mudar a face de muita gente, criando oportunidades, ajudando a comercialização, evitando que as mulheres trabalhem muito e ganhem pouco, devido à exploração dos intermediários. Isso existe em todos os estados, mas nós estamos na frente, em busca de soluções!

Vocês podem contar conosco, porque o nosso governo reconhece que as mulheres são a parte mais importante da sociedade, da família, e precisam de apoio. A situação é muito crítica, mas vamos investir muito. É importante ouvir vocês, para que as mulheres possam ter voz, ter vez. Quando tiverem uma voz predominante, a sociedade, sem dúvida nenhuma, vai ser muito melhor. Parabéns a todos e todas que fazem parte deste seminário. Todos os que estão acompanhando, fazendo palestras, trazendo as suas experiências. Para nós, este seminário não termina. As conclusões a que chegarmos, todas, serão debatidas intensamente no interior do governo, para darmos apoio às pessoas e aos seus projetos. Muito obrigado.

DEBATES

De todos os esclarecimentos que um debate pode trazer sobre uma temática posta, no caso, as questões de gênero, este painel foi exemplar, seja pela precisão das palavras usadas para revelar as desigualdades, seja pela forma com que foram expressas as diferenças entre os sexos, resgatando e resumindo as discussões anteriores.

Tivemos sete intervenções do público, cinco formuladas pelas mulheres e duas pelos homens. As primeiras cinco intervenções seguiram dois caminhos: o de perguntas às expositoras; e o de contribuições ao tema. Os homens, por sua vez, fizeram declarações de intenções e de reconhecimento.

Maria Edneuz, professora do bairro do Coroadinho, faz um comentário sobre o seminário, destacando, de início, a importância do momento, para homens e mulheres, e, principalmente, para os homens “que vão ter trabalho em se capacitar, para acompanhar as mulheres”. Ela presta, ainda, uma homenagem às mulheres quebradeiras de coco, da produção de bananas, que estão fora e dentro de casa e que estão, ainda, acomodadas, declamando uma poesia de Jonas, de Bacabal, cuja tônica é a mulher e a primazia de sua participação na “continuidade da humanidade”. Com o resgate da forma poética, para dizer de sua realidade, Edneuz indica o formato a ser adotado pelo debate, pontuando um traço fundamental da comunicação e, portanto, da cultura das mulheres rurais. Isso determinou, sobremaneira, a mudança na forma de relatar este painel.

As palavras de Rosângela, moderadora do painel, corroboram com esse caminho que as participantes deram à forma de discussão: “olha gente, as intervenções não precisam ser, necessariamente, só perguntas, podem ser como a Maria Edneuz fez, uma homenagem (...)”.

A segunda intervenção foi feita por Fátima, conhecida como Curta, presidenta do Sindicato do Lago do Junco, que questionou se a articulação do grupo de produção de peças de artesanato com a fibra da bananeira teria sido uma ação individual, pois a companheira, na sua exposição, só havia falado na primeira pessoa: “a minha luta”. Perguntou, também, sobre a comercialização dos produtos. A resposta foi “o nosso trabalho começou com uma pesquisa, comigo e a pessoa que fez a pesquisa, e, hoje, nós somos um grupo de nove mulheres, que já estão comercializando para fora, através de exposições, e nós já estamos bem mais longe”.

José Barra Nova Correia, secretário de políticas agrárias, agrícolas e de meio ambiente, do Sindicato Rural do Município de Barra do Corda, fez a terceira intervenção. “Quero aproveitar esse importante momento para me solidarizar com as mulheres e quero fazer a minha intervenção com respeito à fala da nossa companheira Mariana. Quero parabenizar as mulheres e o movimento sindical por essa brilhante iniciativa de colocar as mulheres para nos ajudar a conduzir os nossos trabalhos com os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. As mulheres têm disposição, inteligência e fôlego para levar esse movimento de trabalhadoras e trabalhadores rurais avante”. Têm fôlego, inclusive para combater aqueles pontos que já citamos, como os latifundiários, a morosidade da justiça e tudo que vem contra os trabalhadores rurais e que emperra o desenvolvimento da reforma agrária. Se tivermos uma reforma agrária ampla e que atenda aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais, aí sim, teremos espaço e vitória.

Gremilda, representante do Sindicato de Saúde e Previdência do Estado do Maranhão, perguntou, a Irismar, como se produz a fibra da bananeira. “Respondendo a sua pergunta: esse produto é manual, todo manual. Ele é tirado capa por capa do tronco, de onde são cortadas tira por tira e, depois, levadas ao sol, numa vara ou num fio. Passam cinco ou oito dias para secar. Depois de secas é que você tira para fazer o tapete, a bolsa, o chapéu, o que você quiser. Tudo é natural, não tem tinta nenhuma”.

Uma outra mulher afirmou que “não fomos colocadas para estar na administração da associação, dos sindicatos, dos grupos de mães”; fomos formadas para isso e estamos exercendo uma função. “É crítico dizer, assim, foram colocadas”. Nós temos, aqui, um cântico, para homenagear a luta das companheiras do babaçu. As trabalhadoras rurais sabem cantá-lo, e o nome dele é “Essa luta não é fácil!”.

Essa luta não é fácil

Mas vai ter que acontecer.

As mulheres organizadas têm que chegar ao poder.

Essa luta não é fácil

Mas vai ter que acontecer.

Vamos juntas companheiras

Vamos botar pra moer

Vamos quebrar as correntes do machismo e do poder.

Essa luta não é fácil

Mas vai ter que acontecer.

As mulheres organizadas têm que chegar ao poder

Essa luta não é fácil

Mas vai ter que acontecer.

O Dr. Edson, do Iterma, justifica que havia se expressado mal em uma fala no primeiro dia do seminário. E, o que ele e os cinco companheiros do Iterma estavam, realmente, querendo dizer era que “estavam fazendo todo o possível e tentando dar todo o apoio para que as mulheres, as queridas companheiras, pudessem avançar na sua luta, no seu trabalho e conquistar todos os espaços possíveis dentro da zona rural. Eu, se me fiz comunicar errado ou mal, peço desculpas a vocês”. Podem contar conosco.

Dada encerrou os debates do painel, dizendo: “a minha fala era mais para parabenizar essa mesa. Acho que esse seminário é muito oportuno, mas, como sou polêmica, tenho ainda uma coisinha para colocar. Eu acho que as nossas companheiras tinham muito mais a dizer, estavam preparadíssimas, afiadíssimas para uma discussão maior, que terminou sendo prejudicada por conta do tempo, dos imprevistos”. Então, eu acho que tinha uma coisa muito interessante de ter sido falada, e, principalmente, na presença da autoridade maior do Estado, que é o governador. Vir só para parabenizar não era legal. Era interessante ter esperado, até o final desta mesa, para ouvir as nossas reivindicações, porque tem uma questão que se refere aos grandes projetos: existem financiamentos para grandes devastações. Existe financiamento para a implantação de empresas que nos causam prejuízos. Tenho certeza de que as nossas companheiras estavam com essa discussão preparada para colocar, para falar, mas não houve tempo. Mesmo assim, esse seminário está valendo a pena e, essa mesa, sem desmerecer as outras, trouxe o nosso retrato. A nossa realidade foi bem representada, e eu não poderia sair daqui sem parabenizar Antônia, que foi belíssima; a Ivete, que foi maravilhosa; a Diocina, que foi o máximo; a comadre Mariana, que faz uma representação à altura do Estado, maravilhosamente bem; e as meninas que estão começando, Irismar e Maria de Jesus, que apresentaram um trabalho muito interessante.

Eu acho que é dessa forma mesmo. A gente começa com uma timidez, mas depois a gente se solta! Esse espaço é nosso! Vocês foram maravilhosas! E nós, mulheres, estamos de parabéns; e os homens, também, por terem mulheres maravilhosas ao lado deles! Esse seminário está valendo a pena para nós, e vamos dar continuidade à nossa luta por políticas, até que sejamos inseridas.

Concluindo o relatório desse painel, pode-se observar que esse debate, por si só, oferece material suficiente, não para definir metas, mas para orientar a forma de como se trabalhar em prol da equidade de gênero e da promoção da mulher nos territórios rurais, considerando, nas ações a serem planejadas, as especificidades dos seguimentos feminino e masculino. As palavras do governador do Maranhão, transcritas a seguir, evidenciam um aspecto fundamental dessas especificidades: “É impossível, em qualquer outro seminário, que não este, formado por mulheres, ver tal entusiasmo, força e luta. E eu não tenho dúvidas de que os objetivos deste seminário – a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável nos territórios rurais – serão um êxito, em pouco tempo”.

9. PROPOSTAS PARA A INCORPORAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

26 de março de 2004 ■

Moderação:

> **Domingos Albuquerque Paz**

é o presidente da Federação de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema).

Isabel Garcia abre o painel informando que na América Latina, incluindo o Brasil, existe uma proposta de articular gênero de maneira estratégica, com desenvolvimento rural, na perspectiva do enfoque territorial. Em seguida, analisa as experiências de políticas públicas para equidade de gênero e promoção da mulher na região.

Raimunda de Mascena, por sua vez, destaca a tradição excludente das políticas públicas e a importância da emergência das mulheres como protagonistas do desenvolvimento, pontuando que as políticas públicas de desenvolvimento rural só serão sustentáveis se promoverem a equidade de gênero e considerarem a mobilização de trabalhadores e trabalhadoras.

O sociólogo Domingos Cantanhede enfatiza o papel da educação, entendendo-o de forma ampla, como um instrumento socialmente construído, fincado à cultura, capaz de moldar o indivíduo e de desencadear processos de desigualdades e de equidade de gênero.

A agroecologista Marluze Pastor contribui para o debate esclarecendo sobre a importância de se trabalhar o desenvolvimento rural, considerando que, nas comunidades do campo, as manifestações populares, as festas religiosas e lúdicas estão relacionadas aos ciclos agrícolas, e destacando as variadas expressões corporais apresentadas pelas mulheres nos espetáculos.

Humberto Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), busca mostrar a articulação que existe entre as desigualdades regionais e as desigualdades de gênero, trazendo a questão da cultura e das identidades como pano de fundo para a discussão de uma política pública nacional que seja voltada para o desenvolvimento regional.

■ AS POLÍTICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO DIRIGIDAS AO MUNDO RURAL

> Ana Isabel Garcia

é natural de Costa Rica. É socióloga e diretora executiva da Fundação de Gênero e Sociedade (Gesó) da Costa Rica.

Na América Latina, existe uma proposta de articular, estrategicamente, gênero com o desenvolvimento rural na perspectiva do enfoque territorial. No Brasil, recentemente, tenta-se pôr em prática essa visão, mas, para se alcançar esse patamar de integração, na região, ainda há muito a fazer.

Penso que é oportuno, então, neste momento, apresentar uma imagem concisa sobre como a América Latina vem trabalhando o tema “gênero e setor agrícola”, ou mesmo usando uma outra terminologia: a de “gênero e desenvolvimento rural”. Em outras palavras, como são definidas as políticas de gênero, nacionalmente, e como elas são operacionalizadas, normalmente, por meio de planos, dos quais constam objetivos, ações, pessoas responsáveis, metas e um sistema de monitoramento e avaliação.

É a partir de 1995 que quase todos os nossos países começam a trabalhar com políticas públicas com enfoque de gênero para o espaço rural. Alguns poucos países, como Colômbia e Costa Rica, começaram a trabalhar antes dessa data. Contudo, foi depois da “IV Conferência Mundial sobre a Mulher” que se adquiriu, realmente, um pouco mais de clareza sobre como se trabalhar a temática *gênero* no âmbito de uma política setorial.

Passemos à análise das experiências do Chile, Colômbia, El Salvador, Costa Rica e Honduras.

O Chile é um país que já possui dois planos de ação nacional para a promoção da equidade de gênero: um para o período de 1994 a 1999; e o outro, de 2000 a 2010. O país optou por trabalhar com gênero, de início, tomando os temas *mulher rural*, *mulher indígena*, *mulher urbana* e *mulher pobre*, como parte das distintas áreas da educação, da saúde e outras. Porém, rapidamente, os movimentos de mulheres e os setores de governo, centralizado e descentralizado, perceberam a necessidade de se trabalhar a particularidade do tema rural; pois, de outra forma, não se saía do lugar, dando, assim, origem a políticas setoriais, no âmbito rural, para gênero.

Outra questão interessante, no exemplo do Chile, é que, no primeiro plano nacional, se falava da *promoção de igualdade de oportunidades para as mulheres* e, no segundo, já se fala da *promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres*, que representa o mesmo modelo de Costa Rica.

Isso significa uma mudança qualitativa, pois se avançava na perspectiva de “gênero inclusivo” para os setores masculinos, sendo recomendável continuar a se basear na condição das mulheres, mas buscar incluir os homens. Em ambos os planos, contudo, não foi dedicado um capítulo completo, sequer, à especificidade rural. O que se fez, em verdade, foi elaborar um documento que não tinha um caráter de plano, mas que ajudou ao governo e aos movimentos de mulheres rurais nos âmbitos nacional, regional e local, a trabalhar. Esse documento, que se chamou *Igualdade de oportunidade para as mulheres rurais*, não tinha todos os elementos de um plano, porém apresentava as especificidades.

A Colômbia se destaca por ser o primeiro país na América Latina a trabalhar com um plano setorial para as mulheres rurais, inclusive antes mesmo de ter elaborado o seu plano nacional. Com esse plano setorial, de 1984, a Colômbia se adiantou 10 anos em relação às recomendações da *Plataforma de Ação Mundial*. Isso se deve ao fato não só de o espaço rural possuir um papel muito significativo na vida colombiana, mas, também, à importância do trabalho das mulheres em seu interior. Por sua vez, o movimento de mulheres rurais no país é muito grande e muito estável, tendo como único problema a perseguição política.

Assim, desde o princípio da formulação de um plano nacional, estava muito claro, para os setores rurais, que as atividades de elaboração do Plano Nacional deveriam ser feitas em conjunto pelas áreas institucionais e o movimento de mulheres. Desse modo, o Plano Nacional da Colômbia foi desenvolvido a partir de uma metodologia participativa, tanto em relação ao local quanto ao nacional. Entretanto, não foi legitimado devido a questões políticas do país. Já o plano setorial vingou e representa uma experiência interessante que merece ser estudada. O plano setorial foi complementado, inclusive, com uma lei que apóia financeiramente as ações de gênero e que trata da questão da capacitação para as mulheres rurais.

O plano setorial de 1984, porém, deu ênfase ao aspecto agrícola e deixou de considerar outras atividades que se desenvolvem no espaço rural. Um segundo plano, datado do ano de 2000, se apresentou mais amplo, considerando outros elementos, embora ainda precisasse avançar.

Em El Salvador, como no Chile, existem dois planos nacionais. O primeiro plano foi avaliado, e várias coisas não saíram de maneira correta. Somente depois foi elaborado um segundo plano. Assim deveríamos trabalhar todos nós. Com relação à questão rural, esse plano não traz um capítulo específico, mas busca introduzir gênero em todas as áreas. Devemos registrar, contudo, que ele contém um capítulo que fala de agricultura, mas não de desenvol-

vimento rural; e um outro que trata do meio ambiente. De toda maneira, aquele plano não abrange, de forma integral, a questão do desenvolvimento rural e de gênero, deixando de estabelecer as relações com as áreas de saúde, educação, serviços, emprego e renda.

Já a Bolívia, assim como a Costa Rica, optou por diversos planos: um plano nacional integral; um plano nacional contra a violência; e um plano nacional para mulheres pobres. A especificidade da Bolívia é a de trabalhar, simultaneamente, com três eixos de cidadania: o político, o econômico e o social, abrangendo oito áreas de atuação, além de colocar meio ambiente e desenvolvimento rural como capítulos específicos. Como se pode ver, a particularidade boliviana é a de ser um dos dois países da América Latina que trabalha com a perspectiva do desenvolvimento rural, trazendo a questão setorial rural em um capítulo específico do plano integral.

No plano contra a violência, a Bolívia não faz tantas referências, distinguindo urbano e rural. No plano de pobreza, a questão da mulher assume um lugar muito importante. Primeiro porque a Bolívia é um dos quatro países mais pobres da América Latina; e, segundo, porque essa questão está incluída nas estratégias de combate à pobreza e recebe um apoio financeiro significativo.

A Costa Rica, ao elaborar o seu primeiro plano nacional de igualdade de oportunidades, construiu um capítulo específico sobre a área agrícola e o meio ambiente. Na mesma linha da Colômbia, não considerou necessário distinguir particularidades rurais para alcançar a igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Há um capítulo específico, porém, que se denominou de “adendo”, e que realmente se constituiu em um plano especial. As 45 ações ali previstas para serem realizadas, num prazo de três anos, se transformaram em mais de 200 ações, envolvendo os ministérios da educação, da saúde, prefeituras, organizações não-governamentais, entre outros. Esse é um dos casos em que houve desdobramento e que, mesmo havendo sido abandonado o plano nacional, por questões de mudança de governo, o plano setorial vingou. Tal exemplo chama a atenção para a seguinte observação: as mudanças de governo continuam sendo o problema central para a continuidade das políticas públicas na maioria dos países na América Latina. Dessa maneira, as políticas públicas para equidade de gênero não escapam a esse desafortunado procedimento político.

Honduras, como o Brasil, vem se esforçando para abandonar a visão estritamente agrária e adotar uma perspectiva de desenvolvimento rural, inclusive por intermédio de promulgação de leis específicas. Em Honduras, desde 1996, existe uma iniciativa da cooperação sueca, em acordo com as Nações Unidas, para apoiar o setor rural. Na condição de país

essencialmente rural, Honduras possui um movimento de mulheres rurais muito forte, e isso foi forçando uma atenção especial por parte do governo e da cooperação.

No entanto, Honduras fez o seu primeiro plano para a equidade de gênero, período de 2002-2007, composto por 5 capítulos, combinando o urbano e o rural. No caso hondurenho, como nos demais países que igualmente procederam, foram providenciadas para a elaboração do plano, convocações de âmbito local, setorial, regional e nacional. O resultado foi uma negociação, na qual se combinaram as demandas com as possibilidades reais de atuação. Tal situação é muito importante porque, na mesa de negociações, quando se está ao lado da sociedade, o papel é o de demandar. Porém, quando se está do outro lado, a vivência é a de se confrontar com as dificuldades que impedem de concretizar as ações. São apresentados problemas normativos, de competência das instituições, problemas com choques, superposições, repetições e outros. Desse modo, o processo de negociação/participação, para se chegar a uma agenda mínima, em torno de uma política pública de equidade de gênero, é muito interessante, principalmente por ensinar a negociar, tanto aos que estão no governo quanto aos que não estão. Aprende-se que é preciso estabelecer um equilíbrio entre o que é desejável e o que é econômica e praticamente possível. Começa-se a ter, então, uma noção de ganhos distribuídos em tempos diferentes, pois, como se está trabalhando com períodos distintos, é possível fazer ajustes no decorrer das etapas e observar que as pendências podem ser tratadas em momentos posteriores.

A avaliação sobre as experiências dos países latino-americanos com planos setoriais para a promoção da equidade de gênero no espaço rural traz, pelo menos, 7 ou 8 observações. A primeira esclarece que, não obstante haja um leque de modalidades para integrar o enfoque de gênero na ação dirigida às zonas rurais, predominam dois modelos: o tratamento da área rural, como capítulo de um plano nacional de equidade de gênero, a exemplo de El Salvador e Bolívia; ou a elaboração de um plano específico para a área rural, com distintos graus de articulação com o plano nacional, como fez a Colômbia, Costa Rica e Honduras. A segunda observação aponta para a existência de dois caminhos de elaboração de políticas para a equidade de gênero no espaço rural. Um se faz por meio da participação, da negociação das agendas em torno das atividades que deverão se realizar nos campos local, regional e nacional para a elaboração do plano – e os grupos vão, então, sentindo a necessidade de ir colocando os seus interesses e as particularidades rurais. Em outro caminho, essa necessidade se coloca desde o ponto inicial do processo: é o caso de Honduras, do Chile e da Colômbia.

Uma terceira avaliação indica a existência de uma certa prioridade para a questão da produção agrícola, o que indica que perdura a idéia de o rural ser puramente agrícola. Contudo, isso já não é tão certo quanto antes, e alguns países passam a considerar que o rural envolve comércio, serviços, turismo, ecologia, outras atividades, enfim.

A quarta conclusão do balanço é a de que ainda não existe uma mensuração objetiva do impacto das políticas de gênero, pois todas as experiências são recentes, tanto as focadas na produção agrícola, como aquelas focadas no desenvolvimento rural. A partir da comparação entre as experiências, no entanto, algo é considerado como fundamental: quando não se planeja bem, isto é, quando não se possui um instrumento consistente para operacionalizar a política, ela não consegue passar do discurso. Sendo assim, o desenho da planificação tem que explicitar muito claramente os objetivos que são, em média, 10 ou 12 por tema. Cada objetivo, por sua vez, deve vir desdobrado em ações e com tempos específicos de execução. Além disso, cada ação deve ter seus próprios responsáveis, governamentais e não-governamentais, sendo que os governamentais são obrigatórios. Por fim, é necessário haver um sistema de monitoramento e avaliação. O funcionamento desse sistema é fundamental para o setor não-governamental, pois é a partir dos dados que ele oferece que se pode cobrar a fatura e se ter o controle social sobre a ação governamental. Para o governo, ele é também muito útil, pois permite fazer ajustes, elaborar diagnósticos e produzir novos planos. Possibilita demonstrar, também, que está honrando com os seus compromissos internacionais, dando transparência à sua atuação. Nesse contexto, é preciso pontuar que, até o momento, não existe um diagnóstico atualizado do enquadramento das relações de gênero, seja no âmbito regional latino americano, seja no âmbito nacional de cada país.

O quinto ponto das observações do balanço, sobre a promoção das políticas de gênero dirigidas ao espaço rural, refere-se à sustentabilidade dessas políticas frente às mudanças de governo. Embora já tenhamos mencionado isso, tornamos a insistir, pois, a possibilidade de tais políticas produzirem um verdadeiro impacto depende de sua continuidade. Desse modo, o primeiro registro a se fazer é o seguinte: não temos experiências suficientes com esse tipo de políticas, como existe com aquelas de educação e de saúde, por mais precárias que sejam. O segundo registro volta-se para aquelas políticas que se sustentaram quando foram suficientemente desenvolvidas por meio da participação, ou seja, quando delas nos apropriamos (mulheres, setores interessados na equidade de gênero, setores institucionais, inclusive partidos políticos), pois, com isso, se criou uma demanda sustentável como na

Nicarágua, na Costa Rica e na Bolívia, em que os governos mudaram, foram descartados os planos nacionais, mas a demanda setorial garantiu a continuidade de ações na área rural.

Como sexto aspecto, observou-se a importância fundamental de se ter uma visão intersetorial e interinstitucional para trabalhar as questões de gênero e o desenvolvimento rural.

Um outro aspecto conceitual merece, ainda, ser assinalado: os países, em geral, apresentam a tendência de considerar gênero. Porém trabalham, quase exclusivamente, para a população feminina. Existe uma diferença, contudo, entre os planos nacionais e os planos dirigidos às áreas rurais. Nos primeiros, considera-se que as políticas de gênero devem incluir ações voltadas, também, para os homens. O fato de as políticas para a área rural dirigirem-se, quase totalmente, às mulheres, talvez encontre a sua razão de ser no fato de se considerar que as mulheres rurais se encontram em uma situação de desvantagem. Assim, geralmente, as iniciativas para o setor rural estão incluídas nas agendas de combate à pobreza. Claro, é no rural que se concentra a pobreza. No entanto, há problemas com esse enfoque porque ele é assistencial, porque não trata da questão estratégica, do poder, da tomada de decisões, da violência, das desigualdades da produção no espaço familiar.

O esquema apresentado a seguir é muito simples, mas pode facilitar a compreensão de certas questões de enfoque que, em longo prazo, trazem mais problemas que soluções. Numa sociedade tradicional, em que normalmente existe apenas um tipo de cultivo no território, acredita-se que o trabalho principal é aquele organizado pelos homens. A consequência disso é o recrudescimento do androcentrismo, ou seja, o fortalecimento daquilo que desejamos romper. A mudança da visão sobre o espaço rural, libertando-o da perspectiva estritamente agrícola, permite observar, mais facilmente, a participação por sexo na dinâmica produtiva e social, o que incide sobre a transformação cultural e sobre a valorização de todas as atividades.

Na nova ruralidade, é tão importante o que é feito dentro quanto o que é feito fora da casa – o sabão, o azeite, a colheita, o plantio – porque tudo isso é visto como contribuição ao desenvolvimento. Tudo é produtivo, não há uma atividade fundamental nem pessoas fundamentais: todas elas contribuem. Essa perspectiva faz com que se agregue valor social e econômico ao que as mulheres, os idosos e os jovens fazem. O trabalho das quebradeiras de coco, assim, adquire um valor real, e não só aquele expresso na retórica da diplomacia. Uma visão ampla do desenvolvimento rural alimenta a diversificação produtiva, a valorização do que é realizado por todos os membros da família, impulsionando a mudança cultural desejada. Obrigada!

■ A MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES POR POLÍTICAS PÚBLICAS

> Raimunda Celestina de Mascena

é coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag.

No Brasil, as políticas públicas vêm sendo preconizadas e gestadas sem a participação da classe trabalhadora e a partir de uma visão homogeneizadora e urbana da população e da realidade brasileira. Tais formas de gestar e de conceber as políticas públicas se mostram insuficientes para enfrentar os problemas apontados pelas populações e pelos estados e municípios, sobretudo por negar suas diversidades populacional, social, econômica, organizativa, ambiental e cultural.

O poder público mantém deficiências estruturais e funcionais, acarretando em um quadro onde os recursos humanos e os equipamentos sociais são insuficientes para atender à demanda da população e ao estímulo à participação da sociedade civil nos espaços de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. E o poder de decisão permanece centralizado na mão do prefeito, comprometendo a transparência do uso dos recursos públicos. A descentralização, entretanto, não vem se mostrando eficiente para responder aos problemas da gestão pública, principalmente no âmbito municipal.

Quanto à emergência das mulheres, no contexto das políticas públicas, lembro que as trabalhadoras rurais estiveram na invisibilidade, sem o reconhecimento de sua condição de trabalhadoras e, conseqüentemente, sem o acesso aos direitos sociais como cidadã. Por sua vez, as referências aos trabalhos de campo da mulher atribuíam um caráter provisório e de complementaridade ao trabalho do homem.

Na década de 80, emergem novos movimentos estimulados pelo Movimento Feminista, as organizações de mulheres que, assumindo ou não um caráter feminista, conquistam uma expressão política e ganham espaço na sociedade civil organizada. É nesse contexto que surge a organização de mulheres trabalhadoras rurais, no movimento sindical, inserindo novos temas e reivindicações na agenda política do MSTR; mostrando força organizativa, por intermédio das comissões estaduais e da comissão nacional de mulheres trabalhadoras rurais, trazendo a temática de gênero, questionando relações até então estabelecidas e conquistando espaços nos cargos por meio de políticas afirmativas, em especial, pelas cotas e atividades formativas.

Em menos de duas décadas, essas mulheres conquistaram visibilidade e reconhecimento, com uma organização que vem *desconstruindo* as representações de gênero e que, inclusive, conseguiu mudar a cara do MSTTR, passando a ter um outro “T” em sua sigla, já em resposta a essa mudança.

Fundada nas desigualdades de gênero, a cultura patriarcal discrimina as mulheres trabalhadoras rurais e procura excluí-las das políticas públicas. No entanto, não há como questionar a importância social dessas trabalhadoras.

É de responsabilidade do Estado resgatar a dívida social para com as mulheres e inserir o campo nas perspectivas sustentáveis de desenvolvimento, mobilizando, para isso, ações que visem à igualdade de acesso e de oportunidades, bem como o empoderamento das mulheres de modo a: (1) reconhecer e respeitar as mulheres como sujeitos políticos e autônomos em todos os processos de desenvolvimento, e não meramente como público central das políticas de combate à pobreza, cujo foco é, apenas, a dimensão reprodutiva ou a exploração da força de trabalho; (2) reconhecer que as mulheres trabalhadoras rurais têm necessidades específicas e diferenciadas, levando em conta a região onde vivem, o trabalho reprodutivo e produtivo que exercem (atividades agrícolas e não-agrícolas), e as condições que dispõem para realizar o trabalho; (3) trabalhar a dimensão territorial, potencializando o protagonismo dos atores e atrizes sociais, as identidades individuais e coletivas, os vínculos históricos, políticos, organizativos, produtivos, culturais, ambientais e a construção de alianças.

Um exercício de mobilização e de construção de desenvolvimento sustentável rural, com perspectiva na igualdade de gênero, é a Marcha das Margaridas, articulada por mulheres trabalhadoras rurais e com o desafio político de *desconstruir* a visão de *rural* associada à miséria, à fome e ao atraso, e reafirmando a importância estratégica que as atividades rurais agrícolas e não-agrícolas têm para o desenvolvimento sustentável do país.

A Marcha das Margaridas vem afirmar o papel das mulheres trabalhadoras rurais na qualidade de atrizes políticas nos processos de desenvolvimento, na perspectiva de uma nova dimensão de espaço e realidade rural, sem a discriminação de gênero, tendo como objetivos políticos os seguintes: (1) afirmar a identidade das mulheres como trabalhadoras rurais, cidadãs, sujeitos políticos, pertencentes a uma categoria específica (trabalhadoras rurais), possuidora de identidade, raízes históricas, direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, e atrizes na construção

de um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Esse processo de afirmação contribuirá para o empoderamento das mulheres na família, comunidade, MSTTR, partidos, mercados e outros; (2) fortalecer as mulheres trabalhadoras rurais e suas organizações, estimulando a formação de grupos de mulheres na comunidade, favorecendo a reflexão sobre a sua condição de vida e o seu papel político nos processos de desenvolvimento, e mobilizando-as na busca de respostas para os problemas cotidianos; (3) elaborar, apresentar e negociar propostas com perspectiva na igualdade de gênero nos espaços de decisão, formulação e implementação de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

A Marcha das Margaridas busca: (1) mobilização, a partir de temas comuns do cotidiano da vida dessas mulheres; (2) denúncia da condição de pobreza, de fome e de violência em que vivem as mulheres rurais no Brasil, assim como da ausência de políticas específicas e da transversalidade de gênero nas políticas universais; (3) formação, com aprofundamento teórico e debate político dos temas prioritários, exercitando a construção de soluções para os problemas locais; (4) proposta para fortalecer a autoestima e a cidadania das mulheres, tornando visível a sua capacidade reprodutiva, produtiva e organizativa; e (5) negociação de políticas públicas capazes de atender às demandas e aos direitos das mulheres.

A Marcha das Margaridas toma, como eixos prioritários, questões que envolvem (i) o acesso das mulheres à terra; (ii) a sustentabilidade do manejo das águas e a agroecologia; (iii) a política permanente de recuperação do salário mínimo; (iv) a saúde pública com assistência integral à mulher; (v) o combate à violência sexista e outras formas de violência e discriminação no campo. Dessa forma, a Marcha não é só um espaço de denúncia e de reivindicação, mas de demonstração de força, causando impactos em favor do empoderamento das mulheres dentro dos espaços de negociação das políticas públicas. Obrigada!

■ GÊNERO: HISTÓRIA SOCIAL E INCORPORAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

> Domingos Cantanhede

é sociólogo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, além de bolsista da Fundação Ford.

A educação em voga tem, por base, as diferenças de acordo com o sexo, oportunidade em que meninos e meninas adquirem atribuições correspondentes aos considerados papéis masculinos e femininos. A criança é moldada, culturalmente, a se identificar com símbolos masculinos e femininos socialmente construídos, constituindo um aspecto importante para a construção das desigualdades, haja vista os papéis masculinos serem mais valorizados; sendo a educação *“(...) um meio pelo qual ela prepara, na formação das crianças, as condições essenciais de sua própria existência”²⁹*. Portanto, o sentido do termo educação, aqui enfocado, é o mesmo sugerido por Durkheim, enquanto fenômeno eminentemente social, exterior ao indivíduo e com um alcance que extrapola a prática formal do banco escolar. Nessa perspectiva, o indivíduo é moldado segundo normas socialmente estabelecidas pela sociedade na qual está inserido.

Ressalto que homens e mulheres são anatomicamente diferentes, e, sobre essas diferenças, são construídas as idéias de subordinação ou de inferioridade, legitimadas socialmente como algo promovido pela ordem natural das coisas.

O indivíduo deve cumprir com o papel que a sociedade lhe atribui, de acordo com o seu sexo. Assim, desde a infância, o indivíduo será agraciado pela sociedade com objetos e atribuições que simbolizam um e outro sexo, reservando às mulheres o espaço doméstico/privado, e, aos homens, o espaço público. *“Assim, as crianças são levadas a se identificarem com modelos do que é masculino e feminino para melhor desempenharem seus papéis correspondentes. Os atribuídos às mulheres não são só diferentes dos homens, são também desvalorizados”³⁰*.

A naturalização das desigualdades de gênero integra uma ideologia que tem como objetivo fazer crer que, essa realidade, é fruto da biologia. A expressão “relações de gênero” é utilizada para demonstrar que tais

29 DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, p. 10, 1978.

30 FARIA, N. & NOBRE, M. *Gênero e desigualdade*. São Paulo: Cadernos Sempreviva, p. 10, 1997.

desigualdades não são oriundas de diferenças biológicas, não são naturais, mas, sim, produtos de construções sociais em determinados momentos históricos.

Sabe-se que as relações sociais de gênero são construções históricas, podendo sofrer transformações ao longo do tempo. Esse fato é reconhecido, quando se observa que, nas relações de gênero, ao longo do século XX, ocorreram: crescimento do número de mulheres na política, em sindicatos, no mercado de trabalho e em movimentos sociais com especificidades próprias como as autodenominadas profissionais do sexo. Essas mudanças são produtos da ação política das mulheres e, muitas vezes, com a ajuda de homens que tentam romper com os condicionamentos culturais aprendidos.

O gênero se constitui em uma “categoria de entendimento”, termo definido por Bourdieu, ao explicar os diversos comportamentos de homens. O gênero, como categoria de entendimento, desloca o foco da questão exclusivamente feminina para abordar uma análise de relações mais amplas, enfocando os mecanismos de subordinação das mulheres aos homens e, ao mesmo tempo, compreendendo como se estruturam as relações sociais, seja na legislação, no Estado, no mundo do trabalho e no campo simbólico.

Gênero e sexo não são sinônimos. O termo gênero diz respeito às relações sociais construídas historicamente, às criações da sociedade que atribuem os papéis do feminino e do masculino, diferenciando-se no espaço (lugares) e tempo (épocas). Já a referência ao sexo diz respeito a aspectos estritamente físicos, que se desenvolvem a cada etapa da vida humana.

Na perspectiva de Saffioti³¹, o gênero é relacional, devendo assim ser capaz de captar a trama das relações sociais e as transformações históricas sofridas, por meio dos distintos processos sociais.

As idéias de igualdade permearam não somente os movimentos de mulheres como, também, outros movimentos sociais, influenciando as políticas públicas e a concepção de desenvolvimento. No Brasil, houve um pioneirismo do movimento de mulheres nas discussões e nas elaborações de propostas que dizem respeito às mulheres e políticas para o meio rural.

A partir do momento em que as mulheres se aproximam da arena pública, sobretudo a partir da década de 1960, “surge um conjunto de idéias que articula esses temas anteriores a uma análise de discriminação da mulher na sociedade. Esse novo discurso, chamado de feminismo, que

31 SAFFIOTI, H.I.B. (1999) *Rearticulando gênero e classe social*. In: BRUSCHINE, C. & COSTA, Albertina de O. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. p. 187.

é extremamente variado e cheio de matizes, possui um denominador comum: o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais entre homens e mulheres³².

Surge, portanto, um movimento que se nega a obedecer a uma ordem social que, ideologicamente, impõe às mulheres um papel de subordinação como se fosse natural. As mulheres se recusam a ser o segundo sexo, ou mesmo o tradicional sexo frágil, e buscam construir uma identidade positiva do feminino, mas reafirmando as suas diferenças com relação ao masculino, diferenças que não devem ser requisitos para o condicionamento de desigualdades.

Na década de 1970, o Movimento Feminista emerge juntando-se às organizações independentes dos trabalhadores. Nesse momento, várias lideranças feministas tomam a frente de movimentos sociais de grande expressão, como o Movimento contra a Carestia. Esse movimento abriu caminho para a organização do movimento sindical, que culminou com as greves operárias de 1978 e 1979. Teve importância também para a sindicalização das mulheres, que começaram a ampliar a sua ocupação no espaço sindical, antes reservado ao sexo masculino.

O Movimento Feminista, assim como outros movimentos sociais, buscam *desconstruir* conceitos socialmente elaborados, com os quais o feminino é colocado sob opressão, e tentam construir relações que valorizam os seres humanos como seres dotados de múltiplas capacidades. Se os movimentos sociais (popular e sindical) buscam mudanças, não se concebe tal discurso, sem que as relações sociais de gênero sejam consideradas.

O movimento de mulheres integra os “movimentos sociais de novo tipo”³³, voltados para a construção de novas relações sociais, ou “normas culturais”, e também novos direitos estabelecidos em leis. Dessa maneira, “a ação destes movimentos (...) se faz pela mobilização de recursos políticos em um campo de recrutamento delimitado por critérios particularistas (...) lutam pela proteção da identidade, da dignidade e pelo tratamento equânime dos grupos subprivilegiados (...); o movimento de mulheres fornece um bom exemplo (...). O direito de ser reconhecido como diferente é uma das mais profundas necessidades da sociedade pós-industrial ou pós-material”³⁴.

32 ARRUDA, A. & HEILBORN, M. L. (1998) *Legado feminista de mulheres: notas preliminares*. In: *Cadernos da ABONG*, n° 22, Rio de Janeiro, p.11.

33 PAOLI, M.C. *Ciências Sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero*. In: *Novos Estudos Cebrap*, n° 31. Rio Janeiro: Cebrap. p. 113.

34 *Idem*, p. 114.

O termo desenvolvimento, apesar de ter um sentido amplo, é comumente utilizado como sinônimo de crescimento econômico e resultado tecnológico, com um viés meramente economicista. Com relação a essa visão de desenvolvimento, a ruptura é bem recente e vem se dando mediante o apontamento da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento baseado, apenas, no crescimento econômico. Tal concepção vem sendo reconstruída de forma a manter relação com o crescimento econômico e com a justiça; a manter a participação e a equidade de gênero; a preservar o ambiente e outros.

Desenvolvimento sustentável é um termo extremamente influenciado pela questão de gênero e utilizado pioneiramente no mundo das ONGs, inclusive das chamadas “ONGs de mulheres”. Antes, quando o termo desenvolvimento ainda estava impregnado por uma visão economicista, acreditava-se que as mulheres tinham pouca participação nesse processo. No entanto, pesquisadoras feministas mostraram que as mulheres sempre tiveram responsabilidades preponderantes na produção econômica, principalmente no que concerne à produção de alimentos.

O desenvolvimento sustentável teria surgido como alternativa aos modelos de desenvolvimento unidimensional, de perfil economicista e *eurocentrista*. Mas, o que se observa, é a utilização da expressão em projetos que não levam em consideração os pressupostos que deram ao termo desenvolvimento o adjetivo sustentável.

O desenvolvimento sustentável é aquele enfocado nas teses dos congressos de agricultoras e de agricultores familiares associados ao MSTTR: são os denominados Projetos Alternativos de Desenvolvimento Rural Sustentável, projetos assentados na expansão e no fortalecimento da agricultura familiar, na realização da reforma agrária, na equidade de gênero, de geração, étnica.

Pensar em equidade de gênero nas políticas de desenvolvimento sustentável é pensar em ações que contribuam para o empoderamento das próprias mulheres nos diversos espaços de poder. Trata-se de mudanças de relações de poder, de maneira que mulheres e homens ocupem, de forma equânime, espaços na esfera pública, participando ativamente das decisões relativas ao desenvolvimento dos seus territórios.

Um primeiro aspecto de fundamental importância, diz respeito às políticas de reparação das desigualdades, que o MSTTR vem experimentando com sucesso, ao introduzir cota mínima de 30% de mulheres nas instâncias desse movimento. Da mesma maneira, os programas ditos “voltados para o desenvolvimento sustentável” deveriam determinar mínimos de recursos aplicáveis nos projetos que dêem visibilidade às mulheres rurais.

O outro aspecto refere-se ao relacionamento Estado e sociedade, em especial quanto ao atendimento das reivindicações dos movimentos sociais.

Para a incorporação da perspectiva de gênero, faz-se necessário trabalhar, também, a transversalidade. Trabalhar a transversalidade requer uma revisão de postura dos operadores das políticas públicas, de maneira que eles compreendam o significado dessa revolução. Portanto, a capacitação de homens e mulheres é uma condição fundamental. Em alguns momentos, é necessário o trabalho formativo exclusivamente com as mulheres, a fim de que essas possam trabalhar a elaboração de seus discursos.

■ TRABALHANDO COM MULHERES NOS QUINTAIS, NOS ROÇADOS E NAS FESTAS

> Marluze Pastor Santos

é agrônoma e possui mestrado em Agroecologia.

Este documento é fruto das discussões sobre produtividade agrícola, festas, e trabalho das mulheres, surgidas no processo de acompanhamento do *Projeto Rosa Negra*. Esse projeto trabalha com 156 famílias e vem sendo implementado desde 2001, no contexto da realização de um programa de formação para as mulheres do povoado de Oiteiro dos Pretos, no município de Itapecuru-Mirim. A dinâmica do projeto levava ao grupo a necessidade de se trabalhar o rearranjo de sistemas agrícolas, com aproveitamento de áreas em pousio dominado por ervas, tornando os sistemas mais diversificados, complexos e compatíveis com as necessidades da unidade familiar. Com isso, introduziu-se a possibilidade de se restaurar as festas e as manifestações culturais, reafirmando, assim, a identidade negra. Com a mesma perspectiva, está sendo desenvolvida uma experiência com 76 famílias, no povoado negro de Salvaterra, município de Rosário, no Estado do Maranhão.

O trabalho teve início junto às mulheres com a implantação de culturas alimentícias e beneficiamento, garantindo-lhes uma melhoria na alimentação e certa independência do mercado. Foram implantadas culturas econômicas como o cupuaçu, o café e a pimenta-do-reino, que buscaram uma maior renda e tecnologias de recuperação de solo, a fim de permitir a utilização da área roçada por um período maior. Buscava-se, desse modo, garantir um maior acúmulo de matéria orgânica e, conseqüentemente, o aumento da fertilidade do solo e da produtividade. As atividades de intercâmbio e formação vêm proporcionando contatos com outros grupos e impulsionando o empoderamento e a auto-estima.

No Estado do Maranhão, os sistemas tradicionais de agricultura são utilizados pelos agricultores e agricultoras familiares por meio de sistemas baseados no pousio florestal. Devido à redução da fronteira agrícola do Maranhão, à expansão do latifúndio e à pressão demográfica, os agricultores e agricultoras passaram a reduzir o pousio florestal, voltando a cultivar as áreas em intervalos de quatro, três e, às vezes, até dois anos de repouso. Conseqüentemente, sabe-se que o pouco tempo de pousio aumenta a quantidade de ervas, forçando a redução do tamanho da área cultivada, o que contribui para o contínuo empobrecimento dos agricultores,

agricultoras e dos solos. Com a intensificação do uso dessas áreas ocorreu a queda da produção, da produtividade e a degradação da biodiversidade.

Os agricultores e agricultoras que optaram por reduzir o tamanho das roças, mantendo o pousio florestal, tiveram a sua produção reduzida. Nos dois casos, há escassez de alimentos e de renda familiar, bem como o esgotamento da cobertura florestal, com conseqüente redução do nível de sustentabilidade desses sistemas. Um outro agravante é o fato de as roças estarem mais próximas das casas. Quase todas as famílias possuem animais de grande porte, e eles utilizam mais intensamente os restos vegetais e espécies das capoeiras³⁵. A recomposição desses ecossistemas vai se tornando mais lenta, o que resulta, por fim, no comprometimento da otimização de recursos e espaços.

As mulheres são responsáveis por atividades essenciais na agricultura, pela recriação e transmissão de aspectos culturais. São elas que guardam e selecionam as sementes, que fazem a coleta e o beneficiamento de plantas medicinais, exercitam a pesca artesanal, cuidam dos pequenos animais, praticam as atividades de extração e de beneficiamento dos produtos extrativistas, desenvolvem o artesanato, além de se responsabilizarem pelo abastecimento de água da família. As suas atividades, entretanto, são consideradas de menor impacto, nas clássicas interações consumidor(a)-recurso³⁶, e elas não participam da partilha, aqui compreendida como a etapa de comercialização dos produtos. Com a *biopirataria* e a *transgenia*, elas perdem a autonomia pela guarda e multiplicação de recursos genéticos. Além de tudo isso, muitos projetos implantados influem, negativamente, nas áreas de trabalho das mulheres.

O beneficiamento de matérias-primas, no contexto do projeto, é uma atividade que busca novas alternativas econômicas, porém com base no aproveitamento de resíduos e sob o princípio da preservação das espécies. As atividades agrícolas danosas são aquelas que acarretam desgaste e improdutividade do ambiente, com prejuízos concretos para os agricultores e para as agricultoras.

Vejamos alguns exemplos. Das espécies vegetais, consideradas madeiras de qualidade superior, a exemplo da andiroba (*Carapa guianensis*) e bacuri

35 Capoeira é uma vegetação que substitui a floresta. STEVENS et al. (1992) definem capoeira como vegetação de pousio, cuja função do ponto de vista produtivo é restaurar os níveis de fertilidade do solo, restaurando conseqüentemente a produtividade do sistema. In: STEVEN, D. A. et. al. (1992). *Ecologia reprodutiva e dinâmica de regeneração de espécies arbustivas e arbóreas após prática de agricultura tradicional*. Belém: Embrapa/CPATU.

36 RICKLEFS, R. E. (1996). *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

(Platonia insignis), são também consumidos os frutos que, normalmente, são coletados por mulheres. Na medida em que a madeira é explorada, as mulheres perdem trabalho e renda. No caso da andiroba, observou-se nos municípios de Axixá, Presidente Juscelino e Rosário que, nas áreas onde há uma maior coleta de andiroba, há uma menor extração de madeira, obviamente porque existe um reconhecimento de que a renda, advinda da produção do óleo, agrega maior valor ao orçamento familiar.

Com a expansão da *eucaliptocultura* e da *sojicultura*, observou-se que a exposição das mulheres a diferentes tipos de produtos tóxicos acarretava aceleração da menopausa, estresse, depressão, entre outros problemas. No caso da parteira, que utiliza as plantas medicinais em seu trabalho, a perda de recursos compromete a eficácia de suas ações, com prejuízos para toda a comunidade.

As manifestações culturais, as festas e os valiosos elementos culturais de um mundo antigo persistem em várias facetas da expressão artística dos territórios e das comunidades rurais, com destaque para os que envolvem a percussão. Esses ritmos integram-se a todas as atividades da vida da comunidade: lazer/lúdico, religiosidade, prazer, cultos funéreos e outros, com destaque para as mais variadas expressões corporais apresentadas pelas mulheres nos espetáculos.

No Maranhão, a população negra concentra-se na área rural, cujas manifestações culturais estão ligadas aos ciclos agrícolas. Com a redução da produção e da produtividade, tais manifestações vêm sendo comprometidas, concomitantemente, inclusive afastando os jovens de sua identidade étnica e de sua própria história. Essa relação entre manifestação cultural e produção, que tem sido pouco considerada, é um norte importante para a implementação de projetos com as comunidades rurais.

O projeto tem buscado dinamizar os sistemas e subsistemas agrícolas por meio de incentivos, da adoção de tecnologias de menor impacto e de culturas economicamente valorizadas. De uma maneira estratégica, a proposta é iniciada pelos quintais e pelas mulheres. A intervenção seguinte é nas áreas em pousio. Nos quintais, a introdução de espécies industrializáveis objetiva a obtenção de produtos de grande necessidade, sem dependência da relação de compra.

A intensificação e o enriquecimento de quintais e pomares com espécies madeireiras, frutíferas, plantas medicinais, hortaliças e temperos, bem como espécies para a alimentação de animais, proporcionarão a melhoria da alimentação; a introdução de tecnologias agroecológicas no roçado tradicional; a manutenção de espécies florestais nativas e a redução das

queimadas. As espécies econômicas proporcionarão uma renda às comunidades. O melhoramento das capoeiras possibilitará o aumento do pousio florestal, um maior acúmulo de matéria orgânica e, conseqüentemente, o aumento da fertilidade do solo e da produtividade.

As mulheres detêm o conhecimento sobre o manejo dos pequenos animais, assim como o beneficiamento de seus produtos, principalmente suínos e galináceos. Entretanto, observa-se que essa atividade só fica nas mãos das mulheres enquanto está destinada ao consumo interno. Quando a criação passa a ser comercial, ela é transferida para os homens.

As atividades de formação, atualização e monitoramento devem proporcionar a dinamização e a preservação das manifestações culturais, valorizando as festas tradicionais. Todas as atividades, por um lado, devem fazer parte do conjunto de tarefas já realizadas pelas mulheres. Por outro lado, devem ser estimuladas aquelas atividades que proporcionam também o lazer, para motivar a participação de jovens, divulgando a comunidade e, conseqüentemente, gerando novos investimentos e a possibilidade de sua reprodução em outras comunidades.

■ POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM EQUIDADE DE GÊNERO

> Humberto Oliveira

é técnico agrícola e secretário de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Eu gostaria de saudar todas vocês aqui presentes, pelo exemplo de luta que dão, inclusive com a sua presença em momentos como esse, quando se debate um tema tão relevante para o país, não só para as mulheres, mas para toda a sociedade. Eu quero fazer uma saudação às pessoas da mesa, a todas aquelas que me antecederam e, também, àquelas que organizaram esse importante Seminário Internacional, já em sua segunda edição, por garantir, nesse espaço, a colaboração de quem vivencia diretamente esses temas. Quero dizer, ainda, que este é um momento em que eu não delego a ninguém para vir me representar, apesar de ter pessoas muito competentes na nossa secretaria para falar sobre gênero e desenvolvimento territorial. Considero essa temática fundamental e assumo a responsabilidade de gestor público para conversar com vocês sobre ela. Vou buscar, no exemplo de coragem das mulheres trabalhadoras rurais, a força para trazer uma contribuição a esse debate.

Considero que vocês têm um papel importantíssimo na discussão sobre desenvolvimento territorial e equidade de gênero. Quero ressaltar a necessidade de compreendermos, sempre mais profundamente, a questão do desenvolvimento territorial e do desenvolvimento regional para o país. Acho que vocês ajudam, mais do que ninguém, a compreender que, no Brasil, as desigualdades possuem feições diferentes. Vocês revelaram que as desigualdades sociais também têm a sua faceta de gênero, de raça e de etnia. Ou seja, são desigualdades sociais, mas são desigualdades de gênero, de etnia e de raça. No Brasil, existem, também, desigualdades regionais importantes que precisam ser reveladas. Então, vocês que compreenderam e ajudaram a revelar, para o país, que existem essas diferentes desigualdades, e que elas precisam ser compreendidas em suas particularidades, são aliadas importantes nessa outra tarefa.

Pela primeira vez, o governo brasileiro está tratando as desigualdades regionais na perspectiva de uma política pública, compreendendo a necessidade de se desenhar estratégias diferenciadas para enfrentá-las. A colega da Costa Rica, Ana Isabel Garcia, falou sobre a necessidade de se possuir estratégias específicas para as questões de juventude, de mulheres e outras. Eu coloco, aqui, a necessidade de se ter, inclusive, estratégias

específicas para enfrentar as desigualdades regionais. Essas desigualdades não são, apenas, desigualdades entre as grandes regiões. Não são desigualdades que a gente possa traçar um perfil, como se faz com a pobreza no Brasil, por exemplo, que certamente tem a face de uma mulher negra que mora no Nordeste ou no Norte.

Não é só entre as grandes regiões que nós identificamos as desigualdades: existem desigualdades, também, no interior das grandes regiões brasileiras. É impressionante que em São Paulo, um estado tão rico, exista uma região ou uma sub-região em extrema pobreza, como a do Vale do Ribeira. Na parte central do Paraná, vamos encontrar regiões ou sub-regiões envolvidas pela extrema pobreza. Ou seja, embora essas desigualdades sejam mais comuns nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, elas têm a sua sub-regionalidade. Portanto, é importante dizer que, neste governo, está sendo construída uma proposta de política nacional de desenvolvimento regional. Será criada, em breve, nos próximos 15 ou 30 dias, no máximo, uma câmara de política de desenvolvimento regional, no âmbito do conselho de governo, composta por vários grupos de trabalho e, um desses grupos, vai tratar do planejamento territorial.

No Brasil, já existem várias experiências de regionalização, de territorialidade, de ações em microrregiões, seja do lado governamental, seja do lado dos movimentos sociais. Eu diria que os próprios pólos sindicais representam experiências regionalizadas. Mas, estamos falando, aqui, de termos uma política pública que considere as desigualdades regionais e, portanto, que proponha, positivamente, uma política de desenvolvimento das regiões brasileiras em suas diferentes escalas – macrorregiões, mesorregiões e microrregiões –, pois são os lugares onde as pessoas vivem, onde elas se identificam. E aí, novamente, chamo a atenção para a forte relação entre o desenvolvimento regional e a questão de gênero. Por quê? Porque estamos falando de identidades de regiões ou de territórios de identidade, e essas identidades foram socialmente construídas: elas existem, são especialmente culturais. O seu território são os lugares, as regiões onde as pessoas possuem muita semelhança na forma de pensar, de agir, de viver, formando um ambiente de conhecimento, de uma cultura muito própria. Vamos falar do Pajeú e do Seridó. Aqui, no Maranhão, poderíamos falar do Médio Mearim. Nessas regiões, as pessoas construíram uma identidade, principalmente cultural, por viverem ali ou compartilharem aquele lugar. E tal identidade possui uma relação muito forte com a identidade de gênero. Ou seja, são identidades que são construídas dentro das próprias identidades. Eu queria dizer que, quando olhamos para os territórios rurais, nós estamos identificando identidades.

Nós consideramos que os territórios rurais têm três grandes questões. Uma delas é a de que esses territórios são *núcleos de conhecimento*: são centros de vida, onde as pessoas constroem um determinado conhecimento, saber, talento, diretamente relacionado com o meio ambiente, com as potencialidades, com os recursos que dispõem e com toda a história de vida que foi construída naquele lugar. Pois bem, nesse contexto, temos que pensar sobre como as mulheres revelam os seus conhecimentos, os seus talentos, a sua própria história de vida, e como fazem esses elementos importantes serem reconhecidos no desenvolvimento desses lugares. Então, revelar esse conhecimento, essa identidade, está diretamente relacionado com os esforços de desenvolvimento do território. Porém, não se trata somente de revelar, mas também de superar alguns aspectos, pois, na linguagem masculina, quando se fala de identidade, a primeira prioridade é a preservação das tradições culturais. Contudo, a preservação cultural traz e carrega, em si mesma, uma forte dose de elementos de subordinação das mulheres, de subordinação de gênero, característica do patriarcado que determina a dinâmica dessas regiões, bem como a história desses lugares. Mais claramente, nós, quando estamos discutindo territorialidade, do ponto de vista de ser um núcleo de conhecimento, de cultura, precisamos revelar as questões de gênero para poder pensar em um desenvolvimento que tenha equidade de gênero. Portanto, já estou inserindo elementos propositivos, seja no sentido de adotarmos ações transversais, de forma que em todas as etapas possa se discutir a situação das mulheres, seja no sentido de tratarmos situações específicas, por meio de capacitações dirigidas para as mulheres. Um dos objetivos é revelar essas situações. Em ambos os casos, perseguem-se os objetivos de revelar e de modificar o núcleo de conhecimento e de cultura desses territórios.

A segunda questão é revelar esses territórios como *núcleos de poder*. É disso que nós estamos falando quando nos referimos à perspectiva de regionalizar as políticas públicas, de trabalhar as políticas públicas, a partir dos lugares em que as pessoas vivem concretamente. Assim, nós estamos falando do empoderamento daquelas sociedades locais, para que elas possam tomar decisões importantes a respeito de suas vidas, do futuro daqueles lugares, do planejamento e do modelo de desenvolvimento a ser adotado. E aí, mais uma vez, precisamos revelar em que medida as mulheres vão, especialmente, se empoderar. Senão, nós podemos estar empoderando, até, toda a sociedade, mas estaremos preservando uma relação de desigualdade de gênero dentro dos territórios. Portanto, o que estamos buscando é um outro olhar. O território, dessa forma, como núcleo de

poder, precisa ser trabalhado, considerando estratégias de poder para as mulheres, seja do ponto de vista das discussões, incluindo as questões de gênero nos vários momentos do debate do empoderamento da sociedade, seja construindo ações específicas, novamente de capacitação, de encontros e de ações, que possam tratar especificamente das questões relativas às mulheres dos territórios.

A terceira e última questão é a seguinte: estamos querendo olhar para esses territórios como *núcleos de planejamento* e de *gestão social*. Aqui, existe uma forte interseção com a questão do poder, porém, na realidade, relaciona-se, mais especificamente, com o desenho do plano de desenvolvimento, com o desenho dos projetos que serão colocados ali. Novamente, precisamos trazer o recorte de gênero por ocasião do plano de desenvolvimento e dos projetos, para que, quando se discuta desde a necessidade de se ter uma creche – coisa que o universo masculino nunca priorizou – até outras ações e projetos, as mulheres tragam para essa discussão, particularidades e especificidades que precisam ser levadas em consideração, a exemplo de todo o trabalho, de toda a participação histórica das mulheres na produção, na comercialização, como bem destacou, aqui, a companheira do Ibama. O momento do planejamento é um momento especial, no qual as mulheres ou se apropriam do resultado do seu trabalho ou todo esse resultado passa a ser apropriado pelo homem. Às vezes, tal apropriação não é feita nem pelo homem da família, mas pelos intermediários, que estão atuando nesse nível de comercialização. Logo, na hora de se discutir planejamento e gestão social, é fundamental que seja dado o recorte de gênero, para que se compreenda e se discuta as desigualdades regionais, junto com uma perspectiva de superação das desigualdades entre mulheres e homens.

Na discussão sobre o desenvolvimento territorial, sobre o desenvolvimento de regiões deprimidas, que não representam prioridades para o grande capital, mas que são de responsabilidade do poder público, queremos enfatizar que essas regiões precisam ser priorizadas, pois o grande capital, seja nacional ou estrangeiro, só vai investir onde já existe infraestrutura, serviços e condições para que ele se reproduza com maior rapidez. Portanto, a discussão do desenvolvimento regional é uma responsabilidade vinculada ao campo das políticas públicas que precisa ser acelerada, para que essas regiões, que parecem inúteis aos olhos do grande capital, sejam incorporadas ao planejamento do desenvolvimento do país. E enfatizar, ainda, que a questão da equidade de gênero não é uma questão das mulheres: é uma questão essencial para o desenvolvimento sustentável.

Antes de finalizar, queria mostrar um dado da realidade que, no meu entender, serve para reflexão ou mesmo provocação. As discussões dos temas abordados aqui são feitas no âmbito de determinadas institucionalidades que são criadas, a exemplo dos conselhos municipais, estaduais ou regionais. Assim, na Secretaria de Desenvolvimento Territorial, temos a responsabilidade de trabalhar com o Conselho Nacional e com os conselhos estaduais. Pedi, então, que fosse feito um levantamento da participação das mulheres nos conselhos estaduais de desenvolvimento rural sustentável. E ali, o índice mais favorável à participação das mulheres chega a 39%, no Rio de Janeiro; porém, a grande maioria está abaixo de 20%, sendo a média nacional 12%. Essa participação, inclusive, não significa que seja uma representação das mulheres, mas de mulheres que estão representando instituições de governos ou organizações não-governamentais que não trazem nem discutem as questões de gênero dentro dos conselhos estaduais. Certamente, aquela composição e essas características ocorrem nos conselhos municipais, e se não tivermos uma estratégia própria vão, também, se repetir nos conselhos regionais de desenvolvimento dos territórios. Portanto, há um desafio que é nosso, de governo, mas também dos movimentos de mulheres, dos movimentos sociais que trabalham com gênero, em uma ação voltada para aumentar a representação das mulheres nas diversas instâncias de discussão do desenvolvimento dos territórios.

Eu quero encerrar dizendo o seguinte: nós não acreditamos que podemos fazer democracia sem equidade de gênero. Não dá para fazer democracia no país quando, como disse Raimundinha, 52% da população são mulheres, e essas mulheres não estão representadas nos espaços de discussão, de poder e de formulação de políticas públicas. Portanto, não trago propostas, propriamente, mas elementos para reflexão e discussão e, quem sabe, para criar momentos específicos, dirigidos para traçar propostas de um maior envolvimento das mulheres no desenho dessas políticas, que são importantes para toda a sociedade brasileira. Obrigado!

GÊNERO NOS CONSELHOS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CDRS)

CEDRS	CONSELHEIROS TITULARES	
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
	%	%
AC	84	16
AL	95	5
AP	84	16
BA	87	13
CE	90	10
DF	83	17
ES	75	25
GO	100	0
MA	91	9
MG	91	9
MT	83	17
MS	91	9
PA	89	11
PB	95	5
PE	76	24
PI	85	15
PR	97	3
RJ	61	39
RN	96	4
RO	100	0
RR	89	11
RS (Pronaf)	91	9
RS (Cedra)	95	5
SC	95	5
SE	76	24
SP	94	6
TO	86	14
MÉDIA	88	12

DEBATES

:: PERGUNTA

Eurídice Marques, Roxinha

STRs de Mirindal

Quero tirar uma dúvida: o Ibama tem condição de dar uma ordem, por escrito, para um companheiro derrubar 30 palmeiras por linha?

Está havendo uma devastação do palmeiral da região de Mirindal e essa é a área da qual a comunidade retira o coco babaçu.

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Marluze**

As palmeiras do babaçu estão protegidas por uma lei estadual. O Ibama não dá ordem para desmatar o babaçu, inclusive porque nem competência tem para tal ato nessa área. Isso acarretaria a prisão dos próprios prepostos do Ibama. O que está previsto, mas que, também, não é da competência do Ibama fiscalizar, é um certo manejo que consiste em retirar aquelas palmeiras que já não produzem, que estão envelhecidas.

Várias outras espécies, como o pequi, são protegidas por lei. Para as que não são protegidas e estão ameaçadas, como o bacuri, espécie muito importante para o Maranhão, estamos em busca dessa proteção, inclusive por intermédio de encaminhamento de projeto de lei para a Assembléia Legislativa.

:: PERGUNTA

Nilton Cezar Nogueira Souza

É sabido que os búfalos devastam as áreas ribeirinhas e a mata ciliar da beira dos rios, na Baixada. Até quando eles e aquelas cercas vão ficar na nossa região?

Antenor Ferreira de Souza

Qual a pena que os poderes responsáveis estabeleceram para o criador de búfalo, grande devastador da Baixada Maranhense?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> **Marluze**

Os búfalos se constituem em uma grave questão. A Dr^a Conceição, em 1988, juntamente com outros deputados já lutavam para que a Constituição Maranhense regulasse a criação e o manejo do búfalo. Na Constituição, o que está dito é que os búfalos não devem continuar na Baixada Maranhense. O búfalo, em si, não é um animal ruim. O problema é o manejo inadequado, sendo antieconômico para os criadores e prejudicial para os agricultores, principalmente para as mulheres. Hoje, há um grupo do Ministério Público que está trabalhando para disciplinar a presença desses animais na Baixada. Nós já fizemos, junto com o Ministério Público, um levantamento nesse sentido. Alguns técnicos dizem que esse animal não é do ecossistema, devendo ser eliminado. Outros dizem que o animal já existe na paisagem e é importante economicamente, devendo ser disciplinado. Essas são as compreensões que se tem com relação ao búfalo, atualmente. A assembleia, também, está levando, outra vez, a discussão sobre o búfalo na Baixada.

:: PERGUNTA

Célia Santos Firmo

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Feira de Santana

Primeiro, eu tenho uma proposta para a organização do evento, que é a de se convidar, nas próximas oportunidades, para participar de painéis como esse, as representantes do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e do Movimento de Mulheres Camponesas, pois, juntamente com a Raimundinha, poderiam, também, ter a oportunidade de discutir essas questões.

Depois, gostaria de saber se o Coletivo de Mulheres da Contag tem uma proposta, uma orientação, para os sindicatos e federações discutirem, no interior dos territórios, as questões da equidade de gênero?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Raimunda

A Contag é uma das organizações sindicais no Brasil que vem, desde a década de 90, se propondo, dentro da sua organização, a mexer em sua orientação política, de forma a pensar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável sem a tônica no econômico e valorizando as pessoas, os cidadãos, para assim olhar em especial às mulheres, sem deixar de considerar os homens.

A Contag, hoje, começa a repensar as suas formulações. Ou seja, quando ela desenvolve as suas atividades ela se pergunta como vai tratar as questões de gênero. As nossas capacitações, por exemplo, são regidas por uma lei interna, que vem das resoluções dos nossos congressos, que diz: 50% dos participantes devem ser mulheres e 50%, homens.

Por sua vez, os eventos de capacitação de técnicos são precedidos por uma capacitação em gênero, porque entendemos que para os técnicos e técnicas trabalharem nas comunidades,

eles precisam compreender, fundamentalmente, o que significam as diferenças e as desigualdades que existem entre homens e mulheres.

> Maria Tereza da Conceição Monteiro

A realidade do Sindicato de Igarapé Grande é quase a mesma que Raimundinha falou com relação a outros sindicatos. Nós temos 4.000 associados, sendo que só 2.000 estão adimplentes e, entre estes, 1.500 são mulheres.

Outra coisa, nós mulheres fizemos 500 projetos para o Pronaf-B, aquele que é mínimo, de R\$500,00, e que não dá chance de crescer quase nada. O prazo de pagamento era de um ano, mas as mulheres pagaram em seis meses. Assim, nós sempre estamos avançando, somos pagadoras, estamos em dia. Nós queríamos que o governo acabasse com essa burocracia toda para as mulheres. Nós precisamos de crédito. E, não é para desclassificar a classe dos homens, mas nós sempre estamos com as nossas contas em dia.

> Raimunda

Em todos os lugares, essa questão da adimplência e da pontualidade das mulheres é reconhecida: as mulheres devem e pagam. Isso é diferente do que os homens fazem: eles reconhecem que devem e dizem que pagam, quando puder. Se elas não puderem pagar, também não fazem tanta dívida. Não se costuma ver muitas mulheres devendo, inclusive porque nós não temos o costume de ter dinheiro.

:: PERGUNTA

Benedito da Silva Souza

STRs, Nova Olinda

Há um jeito de agilizar o pagamento dessa “conta” que os governos têm com a reforma agrária?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Domingos

Para que os agricultores e a sociedade brasileira tenham a dívida da reforma agrária paga, é preciso que os movimentos sociais se organizem, se fortaleçam e possam pressionar, sempre mais, as áreas competentes.

Trabalhar a transversalidade de gênero, nas políticas públicas, e aderir ao sistema de cotas de gênero, nos processos de participação, ajudam a acelerar o pagamento dessa conta.

:: PERGUNTA

Rosângela

coordenadora municipal da CTR de Caxias

Quais os critérios para a definição dos territórios? É necessário existir um consórcio entre a prefeitura e o MDA?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Humberto Oliveira

A caracterização do território é uma questão cultural. Os critérios para traçar os primeiros territórios foram: maior concentração de assentamentos de RF, presença da agricultura familiar, existência de acampamentos e organizações sociais. Os consórcios não definem os territórios.

:: PERGUNTA

Célia Santos Firmo



A Secretaria de Desenvolvimento Territorial tem uma política para promoção da equidade de gênero que contemple as discussões tanto na construção dos consórcios como dos planos territoriais?

:: RESPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES

> Humberto Oliveira

Estamos fazendo estratégias para inclusão das questões de gênero nos conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Quanto aos planos e projetos, nós não temos, ainda, uma estratégia definida para discutir a participação das mulheres. Estamos abertos a construir bônus para aqueles projetos que contenham a perspectiva de gênero.

10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES E PARALELAS

22 a 26 de março de 2004

Coordenação:

- > **Lélio Costa da Silva &**
- > **Maria Regina Teixeira da Rocha**

- **Visita aos locais de trabalho das mulheres rurais.**
- **Momento exclusivo para o grupo do “V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão”.**
- **Pequenas reuniões entre as palestrantes.**
- **Feira de iniciativa produtiva de organização de mulheres rurais.**

Em uma perspectiva de integração de atividades e de pessoas, para revelar conhecimentos e saberes, o seminário garantiu uma série de oportunidades de comunicação e de troca de informações que reforçaram o processo coletivo de pensar a construção da equidade de gênero e do desenvolvimento num enfoque territorial.

Visita aos locais de trabalho das mulheres rurais

Na seqüência às atividades que antecederam a abertura do seminário, foram realizadas visitas às áreas de trabalho das mulheres rurais, em Pedreiras, descortinando o mundo do aproveitamento do babaçu e de outras atividades produtivas, em seu entorno, como a preparação de compotas de frutas locais e a elaboração de peças com papel reciclável. Esse momento, além de um contato direto com o ambiente, permitiu, às especialistas em gênero e em desenvolvimento territorial, uma discussão mais próxima com os sujeitos daquela produção sobre os

aspectos de organização, gestão e comercialização, que possibilitou identificar problemas e realizações que vivenciam as produtoras rurais no Maranhão.

Momento exclusivo para o grupo do “V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão”

Dois dias depois, houve um momento específico de debate entre as palestrantes, as 38 alunas e a coordenação do “V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão”, oportunidade que contribuiu para ampliar e aprofundar os debates provocados pelas exposições, valorizando o contexto de formação.



Foto 16: Alunas do V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável no Maranhão.

Pequenas reuniões entre as palestrantes

Os dois momentos anteriores contribuíram muitíssimo para que, nos intervalos, as palestrantes permanecessem juntas, promovendo pequenas reuniões para pensar formas, não só de continuar discutindo e pensando as questões comuns para além dos dias do seminário, mas também de colaboração e de intercâmbio com os grupos de mulheres representados no seminário.

Feira de iniciativa produtiva de organização de mulheres rurais

A feira, coordenada por Maria Regina Teixeira da Rocha e Lélío Costa da Silva, revelou-se, no decorrer do Seminário, como uma atividade de grande potencialidade pedagógica, pois contribuiu para ilustrar as falas de muitas das expositoras e participantes, e para a troca de experiências sobre os processos de fabricação dos produtos.

A feira contou com trinta e nove expositoras e dois expositores que trouxeram os mais diferentes produtos elaborados na zona rural: do tradicional e requintado artesanato dos bordados e das rendas às surpreendentes bolsas, tapetes e chapéus, feitos com o aproveitamento do caule da bananeira, passando pelo azeite, a torta, o carvão e o sabonete da marca “Babaçu Livre”.

No sentido da própria comercialização, a feira significou um espaço concreto de boas vendas e indicou os caminhos de articulação para a comercialização entre as expositoras, que saíram desenhando futuras iniciativas conjuntas.



Foto 17: Exposição de produtos originados da zona rural.

11. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AVALIAÇÃO

Uma das acepções da palavra **seminário**, que vem do latim, significa *meio onde algo se origina e se propaga*. No mundo do conhecimento, a palavra **seminário** é compreendida como espaço de formação; já no debate das idéias, é traduzida como encontro de cientistas e especialistas, no qual são feitas apresentações seguidas de discussão. Considerando esses três significados, pode-se afirmar que os objetivos mais profundos do Seminário Internacional “Equidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais” foram atingidos em sua plenitude.

Algumas razões nos levam a essa afirmação. Primeiro, os depoimentos de satisfação e de reconhecimento das pessoas que dele participaram, quaisquer que tenha sido o tipo de responsabilidade que ali estavam cumprindo. Segundo, por estarem contidas nesses depoimentos duas relações: a relação entre os conteúdos e as realidades das pessoas e a relação entre presente e perspectiva. Ou seja, dali se extraíam sementes. Terceiro, pelo fato de o seminário estar inserido em um curso de formação. Por fim, porque as suas atividades complementares e paralelas não só valorizaram o próprio tema em debate, mas, metodologicamente, contribuíram para otimizar as atividades de cada uma das pessoas que nele estavam envolvidas.

Imputamos tal resultado à perspectiva de integração que presidiu toda a proposta do seminário, fazendo, inclusive, com que as atividades paralelas recebessem o mesmo tratamento especializado que se havia emprestado às atividades principais. Lá estavam vivas as questões teóricas, metodológicas e práticas, e os seus sujeitos, esclarecendo que

as diferenças e as desigualdades eram objetos da preocupação de todos. Assim, o desenvolvimento do seminário constitui-se em espaço de semear, refletir, comprovar e rever idéias e ações, estimulando laços de solidariedade, de identidade profissional e de pensamentos entre as pessoas.

Com isso, resumindo o conjunto dos depoimentos sobre o seminário, estão de parabéns a coordenação, as pessoas que apresentaram trabalhos, as que debateram, as que venderam seus produtos na feira, as que construíram o encerramento com músicas, danças e poesias, as que abriram seus espaços para visitação. Todas contribuíram para a compreensão do tema e para aumentar o sentido de responsabilidade coletiva sobre desenvolvimento e equidade de gênero nos territórios rurais.

ANEXO:

■ Programação

■ PRIMEIRO DIA: 23 de Março (terça-feira)

16h Credenciamento e entrega de materiais

18h Abertura oficial do seminário

Mesa de Abertura:

- Maria Laura Sales Pinheiro, secretária adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
- Alexandra Miguel Cruz Tavares, secretária de Estado Extraordinária de Solidariedade Humana
- Conceição Andrade, secretária da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seagro)
- Carlos Miranda, representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
- Rócia Silva Oliveira, representante da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE)
- Domingos Albuquerque Paz, presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema)

Conferência Magna: *Equidade de gênero e políticas públicas*

- **MARIA LAURA SALES PINHEIRO**
Secretária adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

▪ **SEGUNDO DIA: 24 de Março (quarta-feira)**

MANHÃ

Moderação: Conceição Andrade

Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seagro)

8h30 *Eqüidade de gênero e cidadania*

• **CARLOS JARA**

Equatoriano, sociólogo, advogado e cientista político. Consultor do IICA, ex-presidente do Banco de Desenvolvimento Rural do Equador, ex-assessor do PCPR de Pernambuco pela cooperação do IICA

9h30 Comentários e debates

10h30 Merenda

10h45 *Gênero nas políticas de desenvolvimento na época Post-Beijing*

• **ANA ISABEL GARCÍA**

Mestre em Sociologia, diretora executiva da Fundação Gênero e Sociedad, Costa Rica

11h45 Comentários e debates

12h30 Intervalo para almoço

TARDE

Moderação: Claudete de Jesus Ribeiro

Presidenta da Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (Funac)

14h *Gênero e atores sociais no enfoque territorial do desenvolvimento rural*

• **MELANIA PORTILLA**

Costarriquense, antropóloga, mestre em Estudos do Desenvolvimento com ênfase em Políticas e Estratégias de Desenvolvimento, integrante da Diretoria de Desenvolvimento Rural (DRS/IICA), Costa Rica

15h Comentários e debates

15h45 Merenda

16h15 *Incorporação do gênero em políticas públicas de desenvolvimento rural: a experiência mexicana*

• **NURIA COSTA**

Mexicana, mestre em Desenvolvimento Rural, presidenta da *Red Mexicana de Mujeres Rurales* e consultora principal da FAO

17h15 Comentários e debates

■ **TERCEIRO DIA: 25 de Março (quinta-feira)**

MANHÃ

Moderação: **Carlos Miranda**

Coordenador de operações do IICA no Brasil

8h30 *Capital social, economia solidária e desenvolvimento local: o caso da Federação de Cooperativas de Trabalho de Mulheres de Fecosud, Argentina*

• **MARIA DEL PILAR FOTI LAXALDE**

Argentina, socióloga, especialista em formulação e gestão de políticas, programas e projetos de desenvolvimento sócio-produtivo com perspectiva de gênero; promoção e capacitação de organizações e microempresas familiares; estudo social com ação participativa; enfoque de desenvolvimento local

9h30 Comentários e debates

10h15 Merenda

10h45 *A equidade de gênero nas ações de desenvolvimento rural: Amfar, uma experiência espanhola*

• **MARIA DOLORES MERINO CHACON**

Espanhola, filóloga, licenciatura de Filologia Inglesa pela Universidade de Castilla – La Mancha; presidenta nacional da Federação de Mulheres e Famílias do Âmbito Rural (Amfar)

11h45 Comentários e debates

12h30 Intervalo para almoço

TARDE

Moderação: Maria Eline Barbosa Oliveira

Pró-reitora de Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Estadual do Maranhão (Uema)

14h *A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo*

• **CRISTINA BUARQUE**

Brasileira, economista, mestra em Ciências Políticas, doutoranda em Sociologia, especialista em gênero de desenvolvimento rural, pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco

15h **Comentários e debates**

15h45 **Merenda**

16h15 *Mediação Social para equidade de gênero nos territórios rurais*

• **ELIANE FURTADO**

Brasileira, pedagoga, mestra em Psicologia Cognitiva pela UFPE e em Rural Social Development pela Universidade de Reading/Inglaterra, PhD em Economics and Social Sciences pela Universidade de Manchester/Inglaterra, pós-doutorado no Instituto de Educação de Londres. Atualmente é professora do Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira da UFCE, pesquisadora do CNPq e consultora do IICA/Brasil

• **JOSÉ RIBAMAR FURTADO DE SOUZA**

Brasileiro, engenheiro agrônomo, PhD em Economia e Ciências Políticas – London School of Economics and Political Sciences –, Universidade de Londres/Inglaterra. Professor da pós-graduação da Universidade Federal do Ceará e consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

17h15 **Comentários e debates**

■ **QUARTO DIA: 26 de Março (sexta-feira)**

MANHÃ

Moderação: **Rosângela Carvalho Bertoldo**

Subgerente de assistência social da Gerência de Desenvolvimento Social (GDS)

8h30 *Experiências brasileiras em projetos de organização de mulheres rurais*

A experiência do Rio Grande do Norte: horticultura orgânica

• **MARIA ISOLDA PAMPLONA**

Coordenadora do Centro Feminista 8 de Março e coordenadora nacional da Marcha Mundial de Mulheres no Brasil

A experiência dos grupos de fiandeiras de Tauá/Ceará: “Fiando algodão para tecer sonhos”

• **SÍLVIA BEZERRA DE GÓES**

Engenheira agrônoma

A experiência da *Rede Cerrado*: organização de mulheres dentro da *Rede Cerrado* – enfoque de gênero e meio ambiente

• **IRENE MARIA DOS SANTOS**

10h Comentários e debates

10h30 Merenda

11h *Experiências maranhenses em projetos de organização de mulheres rurais*

A experiência da Associação de Mulheres da Comunidade de Mojó, município de Paço do Lumiar: artesanato com fibra de bananeira

• **IRISMAR NUNES DOS SANTOS**

Trabalhadora rural e artesã

A experiência da Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão (Assema): a participação das mulheres na construção da proposta agroextrativista da Assema

- **MARIA ALAÍDES ALVES DE SOUSA**
Vereadora, sócia da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR)
- **ANTÔNIA VIEIRA DE BRITO SOUSA**
Coordenadora da Embaixada Babaçu Livre, em São Luís/MA

A experiência da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema): organização sindical das trabalhadoras rurais do Maranhão

- **MARIANA RODRIGUES DA SILVA**
Coordenadora das mulheres trabalhadoras rurais do Estado do Maranhão

12h30 Comentários e debates

13h Intervalo para almoço

TARDE

Moderação: **Domingos Albuquerque Paz**

Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema)

14h30 *Painel sobre propostas para a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas de desenvolvimento*

- **ANA ISABEL GARCÍA**
Mestra em Sociologia, diretora executiva da Fundação Gênero e Sociedade, Costa Rica
- **HUMBERTO OLIVEIRA**
Brasileiro, técnico em cooperativismo pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Comércio Exterior. Atualmente, secretário de Desenvolvimento Territorial (MDA)
- **RAIMUNDA CELESTINA DE MACENA**
Brasileira, coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (Contag)

- **MARLUZE PASTOR SANTOS**
Brasileira, engenheira agrônoma, gerente executiva do Ibama/MA
- **DOMINGOS CANTANHÊDE**
Brasileiro, sociólogo, consultor da Secretaria de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura no Estado do Maranhão (Fetaema)

16h30 Comentários e debates

17h15 Apresentação de conclusões e de recomendações, seguida de encerramento

18h Merenda

■ ATIVIDADE PARALELA AO SEMINÁRIO

Feira de iniciativa produtiva de organização de mulheres rurais

- Coordenação técnica da feira:
Lélio Costa da Silva (IICA/MA)
Maria Regina Teixeira da Rocha (PCPR/MA)



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura – IICA

Representação do IICA no Brasil

SHIS QI 5, Bloco D, Comércio Local

71615-090 – Brasília-DF

Fone: 55 61 248 5477

Fax: 55 61 248 5807

E-mail: iica@iica.org.br

Homepage: www.iica.org.br

REALIZAÇÃO TÉCNICA



PROMOÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL

